

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO (UNFV)
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM — CCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA — PPGSP

LUCAS TEIXEIRA TAVARES

As relações entre o Programa Bolsa Família e o comportamento econômico dos seus beneficiários em Campos dos Goytacazes: desigualdades multissistêmicas, estrutura de renda e moralidade

CAMPOS DOS GOYTACAZES

FEVEREIRO DE 2024

LUCAS TEIXEIRA TAVARES

As relações entre o Programa Bolsa Família e o comportamento econômico dos seus beneficiários em Campos dos Goytacazes: desigualdades multissistêmicas, estrutura de renda e moralidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Dutra Torres Junior

CAMPOS DOS GOYTACAZES

FEVEREIRO DE 2024

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

T231

Tavares, Lucas Teixeira.

As relações entre o Programa Bolsa Família e o comportamento econômico dos seus beneficiários em Campos dos Goytacazes : desigualdades multissistêmicas, estrutura de renda e moralidade / Lucas Teixeira Tavares. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

106 f. : il.

Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2024.

Orientador: Roberto Dutra Torres Junior.

1. Desigualdades Multissistêmicas. 2. Práticas Econômicas Populares. 3. Beneficiários do Programa Bolsa Família.. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

As relações entre o Programa Bolsa Família e o comportamento econômico dos seus beneficiários em Campos dos Goytacazes: desigualdades multissistêmicas, estrutura de renda e moralidade

Lucas Teixeira Tavares

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política. Orientador: Prof. Dr. Roberto Dutra Torres Junior

Aprovada em: 09/05/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Dutra Torres Júnior (Sociologia Política — UENF) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro — UENF (Presidente)

Prof^a. Dra. Wania Amélia Belchior Mesquita (Sociologia Política — UENF) — Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro — UENF

Prof^a. Dra. Érica Terezinha Vieira de Almeida (Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas — UFF) — Universidade Federal Norte Fluminense — UFF

Prof. Dr. Mauro Macedo Campos (Sociologia Política — UENF) — Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro — UENF

Campos dos Goytacazes, RJ

2024

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram para a realização desta dissertação de mestrado. Este trabalho representa um esforço coletivo e não teria sido possível sem o apoio e a orientação de muitas pessoas.

Primeiramente, quero expressar minha sincera gratidão ao meu orientador, Roberto Dutra Torres Júnior, por sua orientação perspicaz, paciência e incentivo constante. Suas valiosas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também aos membros da banca examinadora, Wania Amélia Belchior Mesquita, Érica Terezinha Vieira de Almeida e Mauro Macedo Campos, por dedicarem seu tempo na avaliação rigorosa deste trabalho e por suas valiosas sugestões que enriqueceram significativamente o conteúdo desta dissertação.

À minha família e amigos, sou profundamente grato pelo apoio incondicional ao longo desta jornada acadêmica. Seus encorajamentos foram uma fonte constante de motivação.

À equipe da biblioteca e aos profissionais administrativos que sempre estiveram dispostos a ajudar, agradeço por sua eficiência e cortesia.

Por fim, quero expressar minha gratidão a todos os que de alguma forma contribuíram para o sucesso desta pesquisa. Este trabalho não é apenas meu, mas também de todos vocês que compartilharam seus conhecimentos e experiências.

Muito obrigado a todos.

RESUMO:

O presente estudo tem como propósito investigar a relação entre o Programa Bolsa Família (PBF) e o comportamento econômico seus beneficiários. As discussões partem da teoria dos sistemas sociais funcionalmente diferenciados para compreender o PBF e as desigualdades sociais, combinada com as teorias da sociologia econômica para compreender as práticas econômicas populares. A pesquisa busca compreender de que forma o PBF influencia as práticas econômicas dos beneficiários, utilizando uma abordagem metodológica qualitativa com técnicas como observação e entrevistas semiestruturadas. Os resultados preliminares sugerem que a estrutura de renda dos beneficiários é comprometida, falta de perspectivas futuras, institucionalização das práticas econômicas e relativa autonomia decisória. Além disso, conclui-se que a comunicação política do Programa Bolsa Família e a moralidade sobre a pobreza tem potencial de influenciar as práticas econômicas dos beneficiários. A Dissertação contribui para a compreensão das dinâmicas entre políticas de transferência de renda e comportamento econômico em contextos específicos a partir do CRAS no bairro Jardim Carioca em Campos dos Goytacazes.

Palavras-chave:

Desigualdades Multissistêmicas; Práticas Econômicas Populares; Beneficiários do Programa Bolsa Família.

ABSTRACT:

The present study aims to investigate the relationship between the Bolsa Família Program (PBF) and the economic behavior of its beneficiaries. The discussions stem from the theory of functionally differentiated social systems to understand the PBF and social inequalities, combined with theories of economic sociology to comprehend popular economic practices. The research seeks to understand how the PBF influences the economic practices of the beneficiaries, using a qualitative methodological approach with techniques such as observation and semi-structured interviews. Preliminary results suggest that the income structure of beneficiaries is compromised, there is a lack of future prospects, institutionalization of economic practices, and relative decision-making autonomy. Additionally, it is concluded that the political communication of the Bolsa Família Program and the morality surrounding poverty have the potential to influence the economic practices of the beneficiaries. The dissertation contributes to understanding the dynamics between income transfer policies and economic behavior in specific contexts, drawing on insights from the CRAS in the Jardim Carioca neighborhood in Campos dos Goytacazes.

Key words:

Multisystemic Inequalities; Popular Economic Practices; Bolsa Família Program
Beneficiaries.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos Bairros em Campos dos Goytacazes	60
Figura 2 - Ranking de vulnerabilidades e riscos sociais das famílias e pessoas referenciadas ao Cadastro Único, por território.....	63

LISTA DE IMAGEM

Imagem 1 - CRAS do Jardim Carioca	65
---	----

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Perfil das Entrevistadas	71
---	----

LISTA DE SIGLAS

CRAS — Centro de Referência de Assistência Social

EBIA — Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

FMIJ — Fundação Municipal da Infância de Juventude

PAB — Programa Auxílio Brasil

PBE — Programa Bolsa Escola

PBF — Programa Bolsa Família

PT — Partido Trabalhista

SMDHS — Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

SUMÁRIO:

1. CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	10
1.2 Metodologia	15
1.3 Justificativa	16
1.4 Problema de pesquisa.....	17
1.5 Objetivo geral	17
1.6 Objetivos específicos	17
2. CAPÍTULO 2 - AS DESIGUALDADES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E A TEORIA DAS DESIGUALDADES MULTISSISTÊMICAS	17
2.1 Nova teoria dos sistemas sociais — Niklas Luhmann	22
2.2 Programa Bolsa Família sob uma perspectiva multissistêmica	28
3. CAPÍTULO 3 - BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E PRÁTICAS ECONÔMICAS POPULARES	33
3.1 principais apontamentos sobre o Bolsa Família	36
3.2 Sociologia econômica e práticas econômicas	40
3.3 A pobreza da moralidade, consumo popular e estrutura de renda	49
4. CAPÍTULO 4 - PRÁTICAS ECONÔMICAS DOS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA NO CRAS JARDIM CARIOCA, GUARUS	54
4.1 A escolha do subdistrito de Guarus	58
4.2 A escolha do CRAS no Jardim Carioca.....	61
4.3 Materiais e métodos — relato e análise do campo	63
4.4 Análises das entrevista.....	69
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
ANEXO: Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento.....	104

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais são um fenômeno complexo e multifacetado que permeia as estruturas sociais em todo o mundo, influenciando diretamente a qualidade de vida e as oportunidades disponíveis para diferentes grupos da sociedade. No contexto brasileiro, as disparidades econômicas, sociais e culturais são evidentes e representam um desafio significativo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Nesse cenário, políticas públicas como o Programa Bolsa Família (PBF) surgem como principal mecanismo mobilizado na tentativa de mitigação da pobreza e na promoção da inclusão social. Considerando isso, o objetivo desta pesquisa se volta para compreensão das relações entre o Programa Bolsa Família e seus beneficiários, principalmente no que diz respeito às suas práticas econômicas, condições de vida, estrutura de renda e moralidade do consumo popular.

No âmbito econômico, as desigualdades sociais se traduzem na disparidade de renda e na concentração de recursos nas mãos de uma minoria, enquanto a maioria da população enfrenta dificuldades financeiras e precariedade. Essa discrepância econômica gera um ciclo de reprodução da desigualdade para dimensões além da econômica, onde indivíduos de classes sociais mais baixas têm menos oportunidades de ascensão social e enfrentam obstáculos para melhorar suas condições de vida. Além disso, as desigualdades sociais se manifestam em termos de acesso desigual a serviços básicos, como saúde e educação. Grupos marginalizados e vulnerabilizados, muitas vezes enfrentam barreiras para obter cuidados de saúde adequados, educação de qualidade e outros serviços essenciais, contribuindo para a perpetuação da exclusão social e da injustiça. No campo da educação, as desigualdades sociais se refletem na discrepância de oportunidades de aprendizagem entre diferentes grupos socioeconômicos. A falta de acesso a uma educação de qualidade pode limitar as perspectivas de futuro de crianças e jovens, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade intergeracional.

As desigualdades sociais também têm implicações profundas na saúde e no bem-estar das populações. Grupos em situação de vulnerabilidade enfrentam maior exposição a condições precárias de moradia, alimentação inadequada, falta de acesso a serviços de saúde e outros fatores que impactam negativamente sua saúde física e mental. De todo modo, as desigualdades sociais representam um desafio significativo para as sociedades contemporâneas, exigindo ações e políticas que visem reduzir as disparidades e promover a justiça social. A compreensão atenta dessas questões é crucial para o desenvolvimento de táticas eficazes para amenizar as

desigualdades em suas múltiplas dimensões, ou multissistêmicas, como será abordado no primeiro capítulo a partir de Luhmann (1997), e para promover a igualdade e inclusão social.

Apesar da corriqueira utilização, importa destacar que segundo Moreira (2020), os conceitos de: vulnerabilidade e pobreza passam a ser discutidos a partir do início do século XX tendo como expoentes autores como Robert Castel e Ulrich Beck em contexto europeu de precarização do trabalho e desigualdades sociais. Desta maneira, no campo das políticas públicas e assistenciais esses conceitos são problematizados, uma vez que tendem a ser abrangentes, o que dificulta ações que precisam considerar dimensões específicas. Somado a isso, também ocorre uma tendência de responsabilização e culpabilização dos indivíduos por suas condições, desconsiderando fatores estruturais e sistêmicos da sociedade. Sendo assim, os conceitos de vulnerabilidade e pobreza, ao longo desses escritos, busca uma articulação crítica que considera os aspectos estruturais, sistêmicos e multidimensional. A abrangência desses termos contribui para a discussão sobre desigualdade em uma perspectiva multidimensional, que concebe a condição de fragilidade, exposição a riscos sociais, econômicos e políticos como fruto da limitação política.

Tratando-se desse assunto, segundo Soares (2009) as linhas de pobreza são critérios estabelecidos para distinguir entre indivíduos considerados pobres e aqueles que não são. Elas podem ser abordadas de diversas maneiras, como linhas absolutas, que definem um padrão fixo de pobreza, e linhas relativas, que consideram a distribuição de renda da sociedade. Além disso, existem linhas objetivas, baseadas em necessidades básicas mensuráveis, e linhas subjetivas, que levam em conta a percepção individual de pobreza. Essas linhas são essenciais para orientar políticas públicas e programas de combate à pobreza, refletindo diferentes visões sobre o que significa ser pobre e quais necessidades devem ser atendidas.

Por outro lado, ainda segundo o autor anteriormente citado, as linhas de pobreza multidimensionais consideram não apenas a renda, mas também diversos aspectos da vida das pessoas, como acesso à saúde, educação, moradia e outros serviços básicos. Essa abordagem busca capturar a complexidade da pobreza e suas diversas dimensões, permitindo uma visão mais abrangente e precisa da situação de vulnerabilidade das populações. Ao incorporar múltiplos indicadores, as linhas de pobreza multidimensionais podem identificar de forma mais precisa as áreas em que as pessoas são mais vulneráveis e direcionar políticas e programas de desenvolvimento de maneira mais eficaz, contribuindo para uma abordagem mais ampla no combate à pobreza. O Programa Bolsa Família incorpora tanto a abordagem de linhas de

pobrezas relativas, que levam em consideração a distribuição de renda da população, quando a abordagem de linhas de pobreza objetivas, que levam em conta necessidades básicas mensuráveis principalmente como critério de seleção. Mas também incorpora a concepção de linhas de pobreza multidimensionais na manutenção e assistência do benefício, principalmente no que diz respeito as condicionalidades do PBF quando considera as dimensões da saúde, educação e assistência social por exemplo.

Importar ressaltar, que a noção de pobreza discutida aqui é definida como multidimensional, pela falta de bem-estar material necessário, voz, poder, independência, e sujeita os pobres, “à exploração; à propensão à doença; à falta de infraestrutura básica, à falta de ativos físicos, humanos, sociais e ambientais e à maior vulnerabilidade e exposição ao risco” (Crespo; Gurovitz, 2002, p.11). Segundo a autora, essas são as principais dimensões sobre as discussões a respeito da pobreza, embora, este trabalho não cogita fazer uma análise detalhada de todas essas dimensões, no entanto, faz-se importante ter em vista esses aspectos. O foco das análises se volta às relações entre as dimensões políticas, econômicas e das práticas econômicas dos beneficiários do bolsa família, uma discussão ainda pouco explorada.

Desse modo, o debate proposto sobre desigualdades tem a pretensão de discutir questões referentes à pobreza e políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família. No entanto, a perspectiva é das desigualdades multissistêmicas, sendo assim, as desigualdades não estão restritas apenas às condições econômicas e materiais, mas também subjetivas e simbólicas a fim de explorar dimensões ainda pouco discutidas na literatura sobre desigualdades. As noções de pobreza e vulnerabilidades discutida aqui, são definidas como multidimensionais e caracterizada pela falta de bem-estar material, poder político, capital cultural e outros recursos sociais. Neste quadro, a pobreza sujeita os pobres “à exploração; à propensão à doença; à falta de infraestrutura básica, à falta de ativos físicos, humanos, sociais e ambientais e à maior vulnerabilidade e exposição ao risco” (Crespo; Gurovitz, 2002, p.11).

Nesse sentido, a presente dissertação de mestrado tem como objetivo central compreender as relações entre o Programa Bolsa Família (PBF) e as práticas econômicas populares dos seus beneficiários. Por meio de uma abordagem qualitativa, pretende-se analisar de forma crítica as relações entre as políticas de transferência de renda, como o PBF, e as condições de vida dos beneficiários. Os principais trabalhos encontrados sobre os temas referente ao Programa Bolsa família são de Castro (2010); Campello (2013); De Souza (2019), artigos reunidos em livros diferentes, todos produzidos pelo IPEA. Os temas discutidos dizem

respeito aos avanços e desafios da implementação do Programa Bolsa Família, inclusão, exclusão, cidadania e seus impactos na redução da pobreza extrema. Os autores como Pires (2013); Silveira (2017); Martins (2019) estão discutindo o Programa Bolsa Família e as implicações educacionais no tratamento das desigualdades sociais. Segundo Oliveira (2013); Santos (2020); De Oliveira Cunha (2021) as discussões sobre assistência social, Bolsa Família e saúde, em principal saúde bucal. Para Mariano (2013); Matos (2021); Amoras (2022) o debate de raça, gênero e classe são aspetos pertinentes ao tema das desigualdades sociais em que atua o Bolsa Família.

Portanto, os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) refletem uma realidade da desigualdade brasileira da pobreza e extrema pobreza composto por famílias consideradas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essas famílias enfrentam dificuldades financeiras para garantir condições mínimas de sobrevivência, tem como característica presença predominante de pessoas pardas e pretas, de mulheres como chefe de família, sobrecarga de responsabilidades segundo Amoras (2022). Além disso, sofrem falta de acesso a oportunidades dignas de trabalho e dificuldade em conciliar demandas familiares e profissionais. Os beneficiários do Bolsa Família enfrentam desafios como baixa escolaridade e acesso limitado a serviços de saúde, bem como a itens básicos de consumo. No entanto, para não correr o risco de apresentar os beneficiários do Bolsa família apenas como pessoas em situação de vulnerabilidade, ou completamente sujeitas as dinâmicas da estrutura social, importa dizer que os beneficiários também desempenham ações que influem na estrutura social. A exemplo disso, como aponta Marins (2014), os beneficiários usam estratégia para conseguir o benefício, preparam-se oralmente para o momento do cadastramento, além de estratégias de sobrevivência contatando com rede de solidariedade entre amigos e familiares. Ou como aponta Simoni (2021) sobre o papel dos beneficiários em eleições.

Essa dissertação esta dívida em 5 capítulos, no primeiro, busca-se uma análise a partir das teorias dos sistemas sociais funcionalmente diferenciados, conforme proposto por Luhmann (1997), a fim de compreender o papel das operações políticas que envolvem o PBF nas práticas de econômicas dos beneficiários. As operações do sistema político compreendem a tomada de decisão, o processo pelo qual são formuladas políticas, leis e regulamentações que afetam a sociedade como um todo. O estabelecimento de legitimidade para o governo por meio das instituições políticas, das leis e de processos como eleições, representação democrática e procedimentos jurídicos. Além disso, incluem a comunicação política, que ocorre por meio de várias formas de mídia, discursos políticos, debates públicos e campanhas eleitorais.

As práticas econômicas dos beneficiários serão abordadas a partir das teorias da sociologia econômica de autores como Simmel (2009), Bourdieu (1983), Granovetter (2007) e Lahire (2002), que nos permitem compreender as práticas e disposições econômicas. Além disso, serão consideradas as disposições de consumo ascético e hedonista conforme abordadas por Alves (2022), a estrutura de renda, autonomia decisória e prospecção de renda conforme discutido por Rocha e Visse (2022), bem como questões relacionadas ao consumo popular e moralidade conforme analisadas por Pinto (2023) e Marins (2014).

Essas abordagens teóricas nos auxiliarão na compreensão das dinâmicas econômicas dos beneficiários, permitindo uma análise mais aprofundada das práticas e valores que orientam suas escolhas econômicas. Através dessa perspectiva multidisciplinar, poderemos identificar padrões de comportamento, necessidades e desafios enfrentados pelos beneficiários em relação a sua estrutura de renda, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de intervenção e suporte.

A fim de contribuir para um entendimento mais aprofundado das dinâmicas sociais envolvidas. As técnicas mobilizadas na coleta de dados são de observação e entrevistas semiestruturadas. O desenvolvimento desta pesquisa se estrutura em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução, contextualizando o tema, os objetivos da pesquisa e a relevância do estudo no contexto das desigualdades sociais no Brasil. São apresentados o contexto e a relevância do tema das desigualdades sociais, destacando a complexidade e abrangência desse fenômeno nas estruturas sociais. São delineados o problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos do estudo, bem como a metodologia adotada para investigar as desigualdades sociais e seus impactos.

O segundo capítulo aborda a fundamentação teórica, discutindo as teorias das desigualdades sociais e multissistêmicas, bem como a perspectiva sistêmica do Programa Bolsa Família. Dessa forma, é realizada uma revisão da literatura sobre desigualdades sociais, abordando diferentes perspectivas teóricas e conceituais que ajudam a compreender a natureza e as causas das disparidades sociais. Autores clássicos e contemporâneos são explorados, fornecendo um embasamento teórico sólido para a análise das desigualdades em suas múltiplas dimensões. Oferece uma análise das desigualdades multissistêmicas, destacando a importância de considerar a complexidade e a interconexão entre diferentes sistemas sociais ao examinar as

disparidades e as políticas de alívio da desigualdade, como o Programa Bolsa Família.

No terceiro capítulo, são analisadas as relações entre o Programa Bolsa Família e as práticas econômicas populares dos beneficiários, considerando aspectos econômicos, sociais e culturais. No capítulo sobre Sociologia Econômica e Práticas Econômicas Populares, em resumo, busca-se analisar as interações complexas entre os aspectos econômicos e sociais que influenciam o comportamento de consumo das classes populares, contribuindo para uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais e econômicas presentes nesses grupos.

O quarto capítulo contextualiza a pesquisa em locais específicos, descrevendo a metodologia de coleta de dados e análise das entrevistas realizadas com os beneficiários do programa. Em resumo, oferece uma contextualização detalhada da realidade socioeconômica de Campos dos Goytacazes, com enfoque em subdistritos específicos e na análise de dados coletados no campo, visando fornecer um panorama abrangente e aprofundado sobre as condições de vida e as dinâmicas sociais presentes na região estudada.

Por fim, o quinto capítulo apresenta os resultados da pesquisa, destacando os principais achados e conclusões, bem como as implicações para políticas públicas e futuras pesquisas na área. Ao final, são apresentadas breves considerações que ressaltam a importância dos resultados obtidos e apontam para possíveis direções para estudos futuros. Nesse sentido, por meio desta dissertação, espera-se contribuir para o avanço do conhecimento sobre as relações entre políticas de transferência de renda, práticas econômicas populares e desigualdades sociais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas mais eficazes e inclusivas na redução da pobreza e na promoção do bem-estar dos cidadãos brasileiros.

1.2 Metodologia

Trata-se de uma proposta de pesquisa qualitativa, considerando a sua proposta em desvelar processos sociais pouco explorados e relacionados a grupos específicos. Para isso, o método qualitativo oferece um aporte teórico, técnico e científico sofisticado para a pesquisa dos fenômenos sociais que necessitam dar conta de explicar processos comunicativos e sentido social. Nesse sentido, afirma Mills (2009) que a história de vida do pesquisador e também a história de vida de cada pessoa, inclusive dos sujeitos de uma pesquisa, se integram com a história do mundo. Esse movimento entre a vida particular a um contexto geral é o exercício autorreflexivo que Mills chama de artesanato intelectual. Desta forma, a pesquisa qualitativa é adequada para investigação a respeito das relações entre o Programa Bolsa Família e as práticas

econômicas dos beneficiários.

Em estudos sobre os processos sociais, existe a necessidade de um ambiente natural como fonte de coleta de dados, o pesquisador como agente fundamental, o caráter descritivo, a importância do significado que as pessoas atribuem às coisas e a competência intuitiva do pesquisador (a) (Augusto; Souza; Dellagnelo; Cario. 2013). A sociologia compreensiva, defendida por Weber (1998) de maneira geral, se volta para a compreensão dos significados dos comportamentos dos indivíduos, bem como dos valores, das crenças, das motivações e dos sentimentos humanos. Por sua vez, o método qualitativo se utiliza de procedimentos de interpretação de dados em seu plano e contexto simbólico, investigando os ditos e, principalmente, os não ditos na realidade dos indivíduos.

A coleta de dados para esta pesquisa, contou com o auxílio de técnicas qualitativas, como observação não participante e participante, além de entrevistas semiestruturadas para se investigar as práticas de econômicas dos beneficiários do Bolsa Família. Nesse sentido, as técnicas de coleta de dados foram realizadas no CRAS do Jardim Carioca, no subdistrito de Guarus, na cidade Campos dos Goytacazes. O subdistrito foi escolhido por ser populoso e pela sua diversidade socioeconômica. É um local que fica separado do centro da cidade pelo Rio Paraíba do Sul, com acesso via ponte, e possui como característica marcante a estigmatização pela pobreza. No entanto, é possível notar as diferenças socioeconômicas também.

1.3 Justificativa

Como aponta a literatura especializada, essa proposta de pesquisa se justifica na importância da compreensão da política pública pelos seus beneficiários. É preciso compreender a realidade dos sujeitos aos quais são direcionadas determinadas políticas sociais, pois se trata de indicadores, norteadores da concepção, implementação e avaliação deles. Desta maneira, essa proposta de pesquisa é justificada pela relevância da contribuição dos atores sociais inseridos na realidade cotidiana do contexto tematizado. A aproximado o conhecimento das demandas diárias, preocupações e anseios que envolvem um histórico de vida individual dos beneficiários, bem como, das consequências práticas do Programa Bolsa Família na produção científica.

Desta forma, existem diversas pesquisas sobre o Programa Bolsa Família, essas pesquisas abordam diversos temas, como avaliação do PBF, aspectos educacionais, de saúde, segurança alimentar, classe, gênero e raça. Grande parte dessas pesquisas discutem aspectos

estruturais, quantitativos e amplos, assim como outras pesquisas, mesmo que em menor volume, discutem a partir das perspectivas dos beneficiários. Segundo Ranincheski (2013), em parâmetro gerais, há uma carência de estudos a respeito das percepções dos usuários das políticas sociais.

Em pesquisas sobre práticas econômicas dos beneficiários do Bolsa Família os trabalhos mais frequentes são sobre práticas de consumo alimentar em Rosa (2011); Do Nascimento (2016); Sperandio (2017). Dessa forma, além da carência de estudos sobre as práticas econômicas, estrutura de renda e consumo dos beneficiários do PBF, existem poucas discussões que buscam articular sobre Bolsa Família, consumo, bem-estar e moralidade, salvo algumas que serão mencionadas mais a frente ao longo do trabalho. Como em Pinto (2023) e Marins (2014) onde identificam como aspectos morais na sociedade contribuem para o julgamento social sobre consumo popular, julgando o que pessoas de baixa renda devem/podem ou não consumir, principalmente no caso dos beneficiários do Programa Bolsa Família. No entanto, é importante ressaltar que todos os estudos apontados aqui possuem grande relevância para o tema das desigualdades e políticas de transferências de renda, porém, estudos sobre Bolsa Família, consumo, bem-estar e moralidade parecem os menos explorados dos temas mencionados até aqui.

1.4 Problema de pesquisa:

Como as operações políticas do Programa Bolsa Família podem influir nas práticas econômicas de classes populares, como no caso dos seus beneficiários?

1.5 Objetivo geral:

Compreender possíveis impactos das operações políticas nas práticas de econômicas dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

1.6 Objetivos específicos

- Discutir a desigualdades multissistêmicas, as práticas econômicas populares e as políticas públicas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família;
- Compreender as práticas econômicas dos beneficiários do Programa Bolsa Família a partir de uma teoria disposicionalista das relações e trajetórias individuais;
- Analisar o papel do Programa Bolsa Família na estrutura renda dos beneficiários.

2. CAPÍTULO 2 - AS DESIGUALDADES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E A TEORIA DAS DESIGUALDADES MULTISSISTÊMICAS:

As discussões a respeito da desigualdade é tradição nas Ciências Sociais, alguns autores clássicos já traziam essa questão em suas obras, ainda que não tenha dedicado uma obra inteira com o tema. Entretanto, estudiosos, como Marx e Weber, estão dialogando sobre o poder, as diferenças e a dominação, seja de classe, status ou estamentos. Entretanto, no século XVII, 100 anos antes dos clássicos da sociologia, Rousseau (1989) aborda a origem das desigualdades entre os seres humanos, destacando dois tipos de desigualdades: a natural e a moral ou política. A desigualdade natural se refere às diferenças físicas, de idade, de força e do espírito. Já a desigualdade política ou moral se concentra na desigualdade produzida e consentida pelos seres humanos, a fim de garantir privilégio, produzindo prejuízo a outro. Desta forma, o autor descreve a desigualdade como produto de um processo social, refutando o argumento de que é natural.

Na obra *A Ideologia Alemã* (2007), Karl Marx discute a respeito do materialismo histórico a partir de diálogos que o autor estabelece com argumentos de Feuerbach. Deste modo, em uma crítica a filosofia teológica, Marx aponta que a crítica à religião é insuficiente para a libertação do homem, uma vez que só pode ser alcançada no mundo real e pelo emprego real dos meios reais. Isto é, o homem só será liberto quando for possível “obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta em qualidade e quantidade adequada (Marx, 2007, p. 29)”.

A desigualdade social moderna, segundo Marx (2011), é proveniente da organização do modo de produção capitalista que, a partir da acumulação primitiva, os camponeses se veem obrigados a vender a sua força de trabalho para os detentores dos meios de produção e propriedade. A mão de obra dos trabalhadores é superexplorada com o fenômeno da mais-valia. Ou seja, o preço do trabalho desempenhado na produção de mercadorias é muito inferior ao valor da mercadoria final, gerando lucro que não é distribuído para quem produz, mas fica concentrado nas mãos da classe dominante. Com isso, compreende-se um sistema econômico que produz riqueza aos detentores dos meios de produção, a partir da exploração do trabalho da classe dominada. Esse sistema econômico produz as classes sociais, ou seja, a riqueza e a pobreza, conseqüentemente, a desigualdades econômica e social.

Para Weber (1982), a desigualdade é multidimensional, é fruto da dominação econômica, social e política que atuam de maneira interdependentes. Em outras palavras, os fatores étnico-raciais, religiosos e ideológicos também orientam as desigualdades sociais além do econômico. Esses independem uns dos outros, no entanto, relacionam-se entre si. Logo, o autor diverge da centralidade econômica da teoria marxista, buscando ampliar esse horizonte.

Weber (1982, p. 211-228) distingue Classe, como um aspecto econômico, estamento, como um elemento social e cultural, e partido, como uma questão política. Nesse sentido, Weber avança na noção de desigualdade, compreendendo os outros fenômenos além dos materiais, como o exercício do poder entre os estratos sociais.

Posteriormente, outros autores desenvolveram as suas teorias sobre os aprofundamentos da modernidade, abordando questões de desigualdade social, a partir de aspectos de classe, salarial e do trabalho. Castel (1998) concentra as suas análises no salário que, para ele, foi o responsável por manter a coesão e a inserção social, combatendo a desigualdade. No entanto, mesmo com a ascensão da sociedade salarial, não se erradicou a desigualdade e os bolsões de pobreza. Wright Mills (1969), em sua obra sobre a nova classe média, discorre sobre o status dos colarinhos brancos em meados do século XX. O autor identifica todo um conjunto de esforços financeiros, tipos de vestimenta, padrão de vida, nível educacional em uma série de distinções e aproveitamentos do prestígio da empresa que trabalha para se manter nessa posição intermediária de uma classe média. Em Sennett (2006), o trabalho passa a ser flexível, ou seja, a força de trabalho exercida e o tempo do trabalho são flexibilizados conforme as demandas de mercado, significando, em outras palavras, precarização, instabilidade e incerteza no trabalho. Desse modo, que os empregos passam a ser temporários, o tempo de vida útil no trabalho se torna mais curto e o talento especial ou aptidão excepcional passam a ser valorizados mais que a formação ou as conquistas passadas, importando o quão útil você se mostra. Com isso, em Sennett, o modelo de trabalho flexível é um fator responsável pela manutenção da desigualdade.

Outros autores demarcaram outros aspectos das desigualdades que vão além das dimensões econômicas, status social e político, mas que se referem às desigualdades categoriais, ou seja, desigualdades raciais, idade e gênero, por exemplo. Charles Tilly (2005) discorre acerca dos processos de diferenciação e desigualdade proveniente do mundo globalizado, nesse sentido propõem um esquema conceitual em pensar as desigualdades a partir de categorias sociais. Sendo assim, para o autor, categorias sociais como de raça, classe e gênero sofrem com um processo de diferenciação que pode gerar desigualdades. Isso ocorre a partir da interação entre grupos e suas construções simbólicas, mas principalmente a partir das organizações, que em conjunto podem contribuir com uma generalizada diferenciação e por consequência desigualdade.

O autor Göran Therborn (2006) também discute a multiplicidade de dimensões das desigualdades sociais contemporâneas para além do caráter econômico, estabelecendo três

dimensões principais: desigualdades vitais, existenciais e de recursos. As desigualdades vitais estão relacionadas a aspectos de vida, morte e saúde, que apesar de parecerem aspectos biológicos são indicadores sociais de natalidade, mortalidade e longevidade que varia entre grupos e sociedades. As desigualdades existenciais se referem às desigualdades de reconhecimentos dos seres humanos que tange noções de liberdade, direitos e reconhecimento, podendo implicar discriminações e estigmatizações de certas categorias sociais. E as desigualdades de recursos como desigualdade de rendimento, o grau de escolaridade, posições hierárquicas nas organizações.

Desta forma, pensando nas dimensões das desigualdades tanto econômicas como categoriais, algumas formulações teóricas estabelecem uma dicotomia, principalmente no que diz respeito às propostas de combate às desigualdades, como, por exemplo, entre redistribuição e reconhecimento. Nancy Fraser (2003) discute em sua obra questões centrais a respeito das injustiças sociais e está dialogando com Axel Honneth a partir da dicotomia entre redistribuição e reconhecimento, duas causas de desigualdade e da deterioração da noção de cidadania. Em contraponto a Honneth (2003), Fraser não acredita que redistribuição pode derivar do reconhecimento, nem que reconhecimento pode derivar da redistribuição e como exemplo cita um banqueiro afro-americano de Wall Street encontra problema para pegar um táxi mesmo tendo dinheiro. Acrescenta a autora, que para lidar com isso, uma teoria da justiça deve ir além de redistribuição de direitos e bens, mas examinar e combater padrões institucionalizados de valor cultural racista. Outro exemplo é do trabalhador industrial masculino, branco e qualificado que perde o emprego com fechamento da fábrica, sendo preciso mais que reconhecimento, mas também redistribuição em seu caso (Fraser, 2003, p.35).

Entretanto, Fraser tem uma visão bidimensional que tange às noções de reconhecimento e da redistribuição, que podem ser orientadas pela dimensão política e pela dimensão econômica, sendo importante para a autora ambas as dimensões, que por vezes precisam atuar em conjunto. Essa constatação alcança certas aproximações com a visão sistêmica de Luhmann (1997), que será melhor discutido a seguir, mas em uma prévia, o autor aponta para existência de sistemas sociais autônomos fundamentados na autorreprodução, como, por exemplo, o sistema econômico e político. Nesse sentido, cada sistema possui uma operação própria, ou seja, não podem ser pensados como uma coisa só, portanto, os dois autores convergem quando colocam que um grupo de pessoas podem estar incluídos em um sistema e excluído de outro,

ou que a exclusão de um sistema pode implicar na exclusão em outro.

Deste modo, vale destacar que as teorias dos sistemas se distinguem das teorias capitalistas, não por motivos de que a teoria dos sistemas ignore completamente os processos do mundo capitalista, mas porque compreendem os sistemas como múltiplos, autônomos e dinâmicos. Sendo assim, a teoria dos sistemas tende a diluir a centralidade do sistema econômico a sua forma circunstancial em suas análises. Tendo em vista isso, a depender do objeto analisado, outros sistemas, como político, jurídico, entre vários outros, podem se mostrar dominantes em um determinado contexto

Segundo Schimank (1992), a teoria da diferenciação funcional foi construída como uma alternativa às teorias capitalistas, demarcando uma oposição à concepção marxista clássica na descrição da sociedade moderna. No entanto, segundo o autor, não são teorias necessariamente antagônicas, sendo possível a combinação. Nesse sentido, a diferenciação funcional na sociedade moderna é composta por diversos subsistemas autônomos, como política, economia, educação, entre outros, cada um com sua própria lógica e função específica. A diferenciação funcional permite a especialização e interação entre esses subsistemas, contribuindo para a complexidade e dinâmica da sociedade. Deste modo, a sociedade é compreendida como um sistema integrado de subsistemas autônomos, autorreferentes e que se autorreproduzem a partir de operações próprias de cada sistema funcional. Para o autor, o capitalismo pode ser considerado como uma consequência da diferenciação funcional. Por isso, a economia capitalista pode ser compreendida como um subsistema funcionalmente diferenciado e especial em relação aos outros subsistemas. Isso se deve às suas características distintivas, como a orientação para o valor de troca, a centralidade dos mercados, a codificação dos fatores de produção e a auto referencialidade, que a tornam fundamental na estrutura e dinâmica da sociedade moderna. Com isso, o subsistema de economia capitalista se autoperpetua por sua lógica própria de busca pelo lucro. Desta maneira, a teoria capitalista é combinada e articulada em um quadro teórico maior da teoria dos sistemas sociais funcionalmente diferenciados.

No caso da relação entre sociedade socialista e diferenciação funcional é complexa e interessante segundo Hagen (2001). Nas sociedades socialistas, a diferenciação funcional é uma característica importante, pois esses sistemas buscam integrar a estrutura de classes com a coordenação das funções sociais. A diferenciação funcional, um conceito-chave da teoria dos sistemas, refere-se à divisão das funções sociais em sistemas autônomos e interdependentes. No contexto socialista, a diferenciação funcional é evidenciada pela tentativa de combinar a

organização social baseada em classes com a necessidade de integração social. Isso significa que, apesar da existência de classes sociais, a sociedade socialista procura garantir que as funções sociais sejam desempenhadas de forma coordenada e integrada. A organização abrangente e a comunicação centralizada são características comuns das sociedades socialistas, onde as decisões são tomadas visando o bem-estar coletivo e a implementação das políticas do Estado.

Contudo, em síntese da discussão sobre desigualdades apresentada até aqui em relação aos beneficiários do Programa Bolsa Família, os autores estão tecendo sobre processos da realidade social em diferentes contextos geográficos, históricos, sociais, econômicos e políticos que dizem respeito as condições de vida, trabalho, renda e identidade. Nessa perspectiva, segundo Moreira, (2020) as problemáticas insurgentes se debruçam sobre temas como a precarização, vulnerabilidades, exclusões e injustiças sociais. Essa são condições em que a literatura sobre os beneficiários do Programa Bolsa Família diz que eles se encontram, em situação de pobreza e falta de acesso a bens e serviços básicos o que afeta múltiplas dimensões da vida. No entanto, os enquadramentos dos beneficiários enquanto pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômicas pode de alguma forma pressupor sujeitos sem ação, completamente determinado por suas condições, porém importa ressaltar, como aponta Marins (2014) que os beneficiários agem dentro das suas possibilidades, criam estratégias individuais e coletivas

2.1 Nova teoria dos sistemas sociais — Niklas Luhmann:

Luhmann (1997) propõe uma teoria moderna, complexa e inovadora, rompendo com o pensamento clássico da teoria social contemporânea, porém sem invalidar os clássicos, somente estabelecendo limites. Segundo Dutra (2014), na sociedade moderna não cabe apenas a noção de estratificação social, como apontada por Weber. O autor alerta que a sociedade contemporânea difere da medieval e das estruturas de classe e desigualdade que, atualmente, não são estáticas e fechadas. Isso não significa que o conceito de estratificação deixou de fazer sentido, mas que é necessária uma teoria que também dê conta da contingência e consiga conceber certa imprevisibilidade nas trajetórias individuais. Desta forma, as teorias das desigualdades ganham uma amplitude maior na teoria social em Luhmann (1997) que propõe uma perspectiva sistêmica da sociedade. Desse modo, para o autor a sociedade é composta por sistemas funcionais que se autorreproduzem de acordo um código próprio de operação binário que se diferencia do ambiente/outro sistema, objetivando selecionar o que incluir e o que excluir.

Vale destacar que os sistemas não operam apenas com o seu código binário, mas necessitam também de um programa. Uma série de orientações valorativas estimulam as operações dos sistemas e descaracterizam o binarismo do código como um terceiro elemento.

Na teoria dos sistemas em Luhmann (1997), faz-se necessário para a sua compreensão, principalmente no tangível, a relação entre o sistema e o ambiente, a tríade conceitual de "autopoiesis", "fechamento operacional" e "acoplamento estrutural". Autopoiesis é conceito referente a biologia e que Luhmann faz uso em sua teoria dos sistemas. A sua principal característica é a diferenciação do sistema em relação ao meio, contendo em si mesmo a sua distinção, o que, por sua vez, o torna autorreferente. Em outras palavras, a autopoiesis se refere à capacidade dos sistemas de autoprodução e elaboração de si mesmo, das suas estruturas e dos elementos que o compõem. Não se trata apenas de sistemas vivos, mas de sistemas psíquicos e sociais também (Luhmann, 1997, p. 15 e 16).

Como consequência lógica da autopoiesis, o conceito de fechamento operacional reforça a ideia de que o ambiente não pode contribuir para nenhuma operação de reprodução do sistema e esses não podem operar no seu ambiente e, por isso, o sistema não pode usar a sua operação para estabelecer contato com o seu ambiente. Todas as operações dos sistemas são operações e seleções exclusivamente produzidas internamente (Luhmann, 1997, p.41).

O acoplamento estrutural explica como as dependências em relação ao ambiente são compatíveis com a autopoiesis e com o fechamento operacional do sistema. Nesse sentido, o acoplamento estrutural designa a relação de interdependência entre sistema e ambiente. Embora as relações entre o ambiente e os sistemas não sejam definidoras um do outro, é possível que irritações do ambiente sejam processadas no sistema. Assim, Luhmann (1997) admite que é possível que essas irritações alterem o processo histórico de auto estruturação dos sistemas autopoieticos. Esse fenômeno ocorre com o condicionamento circular e recíproco entre a consciência, a linguagem e a sociedade. Os acoplamentos estruturais estão ligados como os acoplamentos ambientais da comunicação estão limitados à consciência. Esse ponto é fundamental para compreender a teoria da socialização em Luhmann que abriga dois lados, o da autossocialização dos sistemas fechados da consciência individual e o do efeito global que se dá por meio do acoplamento estrutural. A partir disso, estabelece-se o conceito de sociedade como comunicação.

A nova teoria dos sistemas é formulada por Luhmann (1997) na tentativa de resolver

alguns problemas do aporte teórico em dar conta das diversas questões contemporâneas que a sociologia clássica não consegue compreender. Os novos temas da contemporaneidade suscitam os novos problemas como da ecologia, dos fluxos monetários internacionais, de regionalismo e internacionalismo, do desequilíbrio do desenvolvimento e do individualismo que burlam a ordem estatal, mostrando que falta uma teoria sociológica adequada. No entanto, a nova teoria dos sistemas visa adequar a teoria para uma explicação da sociedade. O movimento proposto foi de conceber o sistema como operativamente fechado e não como um sistema aberto, como uma maneira de mantê-lo vivo e estabilizar os desequilíbrios.

Luhmann (1997) propõe articular o conceito de sociedade com base na teoria dos sistemas, mas, para isso, é preciso entender de que maneira o sistema social se diferencia. Ou seja, qual a operação característica da sociedade. Isso transpõe a teoria sociológica do conceito de ação para o conceito de comunicação, possibilitando apresentar o sistema social como um sistema de produção e reprodução das comunicações. Deste modo, com o conceito de comunicação é possível conceber o sistema social como um sistema autopoietico, constituído por comunicações. A comunicação, aqui, não pode ser confundida com a transferência de informações de um lugar para outro, por isso, uma comunicação só se realiza quando três aspectos podem ser sintetizados em: performance comunicativa, informação e compreensão. Logo, a informação do ambiente não produz o próprio sistema, pois ela não é comunicação.

Essencialmente, a teoria da sociedade em Luhmann (1989) é uma teoria da diferenciação funcional que se refere ao processo pelo qual os sistemas sociais se especializam em funções específicas e operam de forma autônoma, com códigos e comunicações próprios. Cada sistema social, como o político, econômico ou jurídico, desempenha uma função distinta e interage com os outros sistemas de maneira interdependente. Essa abordagem destaca a importância da autopoiese, da comunicação e da autonomia dos sistemas na sociedade contemporânea, proporcionando uma compreensão mais profunda da complexidade e da dinâmica das interações sociais.

A diferenciação se dá ao nível do código de operação de um sistema, ao qual possui um código simples e binário de operação fechado. No nível do programa, o sistema pode alterar a sua estrutura sem perder a sua identidade, designada pelo código, implicando em certa abertura. Desta forma, é por meio da diferenciação entre o código e o programa que o sistema pode operar fechado e, simultaneamente, aberto. Isto é, o código é uma operação abstrata e o programa uma

operação concreta.

Pode-se dar o exemplo do sistema econômico que, para Luhmann (1989), é um dos principais sistemas funcionais, e, o seu código de operação é fundamentado no dinheiro, ou seja, no pagamento e não pagamento, nesse sentido, seu código é fundamentado em regras, estatutos e regimentos. Vale lembrar que para Luhmann (1989, p. 49) “In this way a scarcity of resources can produce political problems in addition to economic problems like price increases”. Ou seja, as operações e as comunicações de um sistema podem ressoar em seus ambientes e outros sistemas, provocando irritações e até distúrbios.

The structurally imposed non-substitutability of function systems does not exclude interdependencies of every kind. A flowering economy is also a political blessing - and vice versa. This does not mean that the economy could fulfill a political function, namely, to produce collectively binding decisions (to whose profit?). Instead, the non-substitutability of functions (i.e., the regulation of substitution by functions) is compensated by increasing interdependencies. Precisely because function systems cannot replace one another they support and burden one another reciprocally. It is their irreplaceability that imposes the continual displacement of problems from one system into another. The result is a simultaneous intensification of independencies and interdependencies (dependencies) whose operative and structural balance inflates the individual systems with an immense uncontrollable complexity (Luhmann, 1989, p. 110).

Dessa forma, não existe uma substituição das funções dos sistemas, mas, também, não significa que não existam interdependências entre os sistemas. Como o exemplo da citação acima, um sistema econômico em desenvolvimento também pode representar sucesso no sistema político. No entanto, não quer dizer que o sistema econômico pode cumprir a função do político, ou o contrário e, exatamente, por isso que os sistemas são interdependentes. Eles se apoiam, sobrecarregam, reciprocamente, e impõem descolamento contínuo de problemas uns aos outros.

Em sua obra “La Sociedad de la sociedad”, Luhmann (2007) diz que as diferenciações são regras de repetição de diferença entre a inclusão e a exclusão. Com isso, a sociedade moderna apresenta mais possibilidades de integração e não integração que a sociedade medieval. Os conceitos de inclusão e exclusão devem ser vistos como interdependentes, pois não existe um sem o outro, além de que corroboram com a ideia de igualdade e desigualdade. Nesse sentido, a inclusão está relacionada ao fato de quem é relevante socialmente, e possui reconhecimento, já a exclusão está relacionada ao não identificado ou irrelevante (Luhmann, 2007, p. 492). Segundo Domingues (2019), a inclusão ou exclusão dos sistemas sociais em Luhmann ocorrem de maneiras diferentes, enquanto a inclusão encontra-se espalhada entre os

sistemas, a exclusão se estabelece com certa integralidade. Nesse sentido, nem todo mundo participa de todos os sistemas, apenas de alguns, por outro lado, quando alguém é excluído de um, acaba excluído de vários outros sistemas.

Em uma sociedade estamental, a inclusão ou exclusão é resultado do pertencimento a um determinado estamento, em que as possibilidades de mobilidade social são muito restritas e estão resumidas a este pertencimento. Na passagem para as sociedades modernas, esse processo de inclusão e exclusão estamental é substituído pela diferenciação funcional. Deste modo, a inclusão implica em todos estarem sujeitos às leis e ao acesso à renda suficiente para participar da economia. Assim, todos têm direito a um mínimo de benefícios sociais, como serviço de saúde e enterro legal (Luhmann, 2007, p. 492-495). Vale ressaltar que, segundo Rudolf Stichweh (2013), a exclusão opera em um processo multidimensional, cumulativo, e, sequencialmente, encadeado de interdições na multiplicidade dos sistemas funcionais. A pobreza não é tomada apenas como uma categoria econômica, mas que se intersecciona com outras dimensões, como as políticas, as jurídicas etc.

Contudo, se faz muito importante contextualizar a discussão sobre o primado da diferenciação funcional na América Latina que, conforme Mascareño (2010), enfrenta problemas de diferenciação. Nesse sentido, o autor aponta duas diferenças na diferenciação social, uma de caráter concêntrico, mais relacionado a América Latina, e outra de caráter policêntrico, mais relacionado à Europa. O modelo policêntrico diz respeito a uma heterogeneidade de centros autônomos, definidos, autopoieticos e diferenciados entre si. Quanto ao modelo concêntrico, esse foi estruturado no século XIX e desenvolvido em parte do século XX, cuja característica principal era o centralismo do Estado, marcado pela pujante política, perante a outras esferas como, por exemplo, o mercado. Mais tarde, o mercado assume essa centralidade e autonomia sobre as outras esferas, evidenciando a hierarquização entre os sistemas e implicando em uma desdiferenciação da operação própria. Os sistemas centrais operam para além da sua autorreprodução, implicando na incapacidade de autoprodução e autonomia dos outros sistemas. Por exemplo, diante da autonomia do mercado, cria-se um risco para si mesmo que só pode ser resolvido por intermédio do acoplamento da política, direito e economia (mascareño, 2010, p. 27-32).

Brans e Rossbach (1997), sobre a autopoiesis da administração pública, elucidam a diferenciação da racionalidade individual da racionalidade dos sistemas sociais, ou seja, a diferenciação entre os sistemas individuais e os sistemas sociais. Estes tendem a transformar os

problemas que encontram em seu ambiente em problemas internos, assim, os problemas são simplificados, limitados e distribuídos para o sistema lidar. Essa multiplicidade de problemas evidencia a complexidade da administração pública para os governos e a função do sistema político na sociedade, que é integrar e fornecer capacidade de impor decisões coletivas.

Ainda segundo Brans e Roszbach (1997), o Estado social tem a prerrogativa de inclusão de todos que não estão incluídos, porém, não tem condições de oferecer orientações muito objetivas, principalmente no que diz respeito à atividade Estatal, gerando complexidades nas operações do sistema político. No Estado social, as políticas tendem a operar de forma rápida e convincente em ganhos econômicos, educacionais e de saúde para pessoas e grupos. Para tanto, o sistema político usa, de maneira superestimada, dinheiro e leis como meios de comunicação, delimitando a administração pública a uma abordagem policêntrica que tende a sobrecarregar esses meios. Sendo assim, o Estado de bem-estar social gera muitos gastos, mas também a expansão dos domínios jurídicos, esse fenômeno pode gerar um efeito colateral em que as regras deixam de ser aplicadas, provocando o não cumprimento, evasão fiscal e corrupção. Pela falta de critérios e limites do crescimento, as organizações burocráticas medem o sucesso pela autossatisfação de suas funções, conseqüentemente ocorre um aumento de escritórios burocráticos empenhados em obter resultados com aumento de hospitais, escolas e professores.

Segundo Domingues (2019), a promessa de modernidade se coloca sob a prerrogativa de inclusão de todos os seres humanos no sistema político em primeiro lugar, mas também em outros sistemas visando a garantia de direitos fundamentais. Por isso é preciso pensar para além das melhorias nas condições de vida por aumento de renda, nível de escolaridade, acesso a serviços de saúde e trabalho, mas também acesso à cultura, lazer, tempo livre, acesso a alimentos sem componentes nocivos à saúde. Entretanto, o sistema político do Estado democrático de direito responde ao código operacional de governo/oposição, mas também a um segundo código progressista/conservador. Além disso, possui relevante sensibilidade à opinião pública, sofre constantes irritações dos sistemas econômicos, jurídicos, educacionais, de saúde etc. Isso eleva o grau de complexidade que o sistema político precisa lidar e oferecer uma resposta no período entre uma eleição e outra, a fim de garantir sua continuidade.

Portanto, essa proposta de pesquisa assume uma perspectiva multidimensional e multissistêmica das desigualdades sociais para compreender, a partir do marcador de renda, os aspectos da realidade econômica das populações em situação de vulnerabilidade social, como no caso, dos beneficiários das políticas distributivas no Brasil. Dessa forma, esse projeto busca

analisar a relação dos sistemas principalmente políticos e econômicos e seus efeitos sobre as práticas econômicas dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Com isso, importa destacar que discutir políticas de distribuição de renda é também discutir inclusão no sistema econômico, uma vez que uma grande parte da população brasileira está excluída do acesso a bens de consumo e serviços básicos. Segundo Da Cunha (2012), ainda que pareça contraditório pensar na inclusão do consumo nas classes populares no Brasil, enquanto o mundo se preocupa com o excesso de consumo e os danos ambientais, é preciso garantir direitos, qualidade de vida e cidadania, também a partir do consumo.

Por isso, é preciso pensar o consumo para além da aquisição de bens e serviços, mas enquanto constitutivo das identidades e relações sociais e como uma política pode incluir ou excluir seres humanos dos sistemas sociais, dependendo de como suas diretrizes programáticas compreendem e respondem a determinado fenômeno e de como lidam com as complexidades e contingências.

2.2 Programa Bolsa Família sob uma perspectiva multissistêmica:

Tratando-se do Brasil, o programa de transferência de renda de relevante impacto no país, o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003 por meio de Medida Provisória e instituído pela lei 10.836 no primeiro mês de 2004 (Almeida, 2022, p. 692), pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT). O Cadastro Único surge nesse contexto como uma ferramenta fundamental para a operacionalização e gestão do Programa Bolsa Família (PBF), como aponta De Souza (2019). Criado em 2001 e consolidado com a implementação do PBF em 2003, o Cadastro Único se tornou a principal fonte de dados sobre a população de baixa renda no Brasil. O PBF surge como uma ampliação do Programa Bolsa Escola (PBE), cujo principal objetivo era a distribuição de bolsas para a manutenção dos filhos de mulheres pobres nas escolas. Desta forma, o PBF surge como uma política focalizada no alívio da pobreza e da extrema pobreza com distribuição de renda, onde os beneficiários possuíam renda per capita mensal entre $1/4$ e $1/2$ salário-mínimo. No entanto, não só a transferência de renda está prevista nesse programa, como também outras condicionalidades, a saber:

- (i) acompanhar o calendário de vacinação e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de sete anos, (ii) acompanhar o pré-natal das gestantes e as nutrízes na faixa etária de 14 a 44 anos, (iii) famílias com crianças entre seis e 15 anos precisam comprovar a matrícula e a frequência escolar mínima de 85% e de 75% para adolescentes entre 16 e 17

anos, (iv) crianças e adolescentes com até 15 anos, em risco ou retiradas do trabalho infantil, devem participar dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal (apud Pase;Melo, 2017, p.319).

Nesse sentido, o PBF surge não só com a preocupação de distribuir renda como resposta imediata a redução da pobreza, mas também como uma política que visa garantir direitos básicos como saúde e educação. Como já argumentou Luhmann (1997), a desigualdade é multissistêmica e precisa ser tratada numa perspectiva multidimensional, bem como aponta Fraser (2003), as políticas de redistribuição, sem políticas de reconhecimento, não combatem as mazelas sociais por si só.

Deste modo, o Programa Bolsa Família é uma política de transferência de renda que sob a ótica dos sistemas sociais permite compreender as complexidades das operações do sistema político que, como já mencionado, sofre uma sobrecarga dos outros sistemas. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família é uma política de amenização da pobreza e extrema pobreza por meio da distribuição de renda. Com isso, o sistema político realiza um acoplamento com os sistemas jurídicos de modo a formular uma lei que legitime o PBF. O sistema econômico, realiza operações básicas a partir de cálculos de gastos e lucros, sendo assim, o valor total dos benefícios é bem alto, possui uma cobertura nacional e as famílias revertem o dinheiro em consumo pelo Brasil. No entanto, o PBF também conta com condicionalidades, por exemplo, que as famílias comprovem assiduidade dos filhos na escola e acompanhamento médico. Isso compreende uma ótica multidimensional e articulada entre sistemas educacionais e de saúde, uma vez que a inclusão em um sistema social não implica na inclusão em todos e por isso exige um esforço e uma complexidade maior para maior efetividade da política.

Deste modo, o Programa Bolsa Família é uma política alívio da pobreza e extrema pobreza por meio da distribuição de renda. Com isso, o sistema político realiza um acoplamento com os sistemas jurídicos de modo a formular uma lei que legitime o PBF. O sistema econômico, para realizações de operações básicas a partir de cálculos de gastos e lucros, sendo assim, o que consiste em um direcionamento para um quantitativo alto de valor financeiro. Além de ser destinado para um determinado fim e não outro, possui uma cobertura nacional e as famílias revertem o dinheiro em consumo pelos estabelecimentos no Brasil.

Ao aplicar a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann (1997) ao Programa Bolsa Família (PBF), considerando conceitos-chave como diferenciação funcional, acoplamento estrutural, inclusão e exclusão, podemos analisar de forma mais específica como esses elementos se manifestam. Como, por exemplo, a partir da diferenciação funcional, o sistema político-

administrativo, no contexto do PBF, desempenha uma função específica na sociedade relacionada à formulação e implementação de políticas sociais. Ele é diferenciado de outros sistemas sociais, como o econômico, jurídico e cultural. O Programa Bolsa Família é um programa do sistema político-administrativo que interage com sistemas econômicos, saúde, família e educação. Ele tem uma função claramente definida redução da pobreza por meio da transferência de renda, contribuindo para a diferenciação funcional do sistema político.

A luz da teoria dos sistemas em Luhmann (1997), o PBF está acoplado estruturalmente a outros sistemas sociais, como o sistema econômico (por meio da transferência de recursos financeiros), o sistema jurídico (em termos de regulamentação e normas) e o sistema político (por meio das tomadas de decisões coletivas e vinculantes). O acoplamento estrutural permite ao PBF adaptar-se às condições do ambiente. Mudanças nas condições sociais, econômicas e políticas exigem uma resposta adaptativa, demonstrando a interconexão e a interdependência entre sistemas.

Ao aplicar a teoria dos sistemas de Luhmann (1997) ao Programa Bolsa Família, esses elementos destacam como o sistema político-administrativo, por meio do PBF, lida com a complexidade social, mantendo a diferenciação funcional, gerenciando o acoplamento estrutural e respondendo dinamicamente às demandas do ambiente. Essa análise oferece uma compreensão mais profunda da interação entre o programa social e o contexto mais amplo em que está inserido. Por isso, não basta apenas distribuir um valor em dinheiro para o alívio da pobreza e extrema pobreza, mas ampliar a inclusão em outros sistemas, com isso não basta garantir a inclusão na política, mas também considerar múltiplas dimensões e níveis como das interações práticas sociais.

O programa opera por meio de critérios específicos para inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A inclusão no PBF está sujeita a regras e normas estabelecidas pelo sistema político-administrativo. A exclusão de beneficiários, por não atenderem aos critérios estabelecidos, é uma manifestação do controle do sistema. Isso reflete as operações de seleção e a busca por eficácia na alocação de recursos. A inclusão e exclusão de beneficiários devem ser guiadas por critérios justos e transparentes. Questões éticas relacionadas à seleção de beneficiários destacam a necessidade de considerar princípios de equidade. Com isso, o PBF também conta com condicionalidades, por exemplo, que as famílias beneficiárias comprovem assiduidade dos filhos nas escolas e acompanhamento pré-natal,

vacinação e acompanhamento do quadro nutricional e atualização do cadastro único, como destaca Curralero (2003).

Além disso, como aponta Dutra (2020) em suas considerações sobre Luhmann, existe uma dimensão pessoal que não pode ser controlada de modo técnico pelo dinheiro e pelas leis. Isso refere-se à complexidade e singularidade dos indivíduos como seres humanos, que não podem ser totalmente capturadas ou manipuladas por mecanismos puramente técnicos, como leis e dinheiro. Desta maneira, Luhmann destaca haver aspectos da pessoa que transcendem as estruturas e processos formais, exigindo abordagens mais sutis e contextuais para compreendê-los e lidar com eles.

Neste sentido, vale destacar também, que segundo Dutra (2020), existe uma dinâmica relevante entre o sistema político administrativo e os sistemas das interações cotidianas entre agentes implementadores de políticas públicas e as pessoas que recebem ou tentam receber benefícios sociais e serviços públicos. Essa dinâmica, segundo o autor, diz respeito ao “processamento de pessoas” na relação entre burocratas de nível de rua e usuário, entretanto, existem outros aspectos que podem ser explorados no nível das interações e que implicam nos processos de inclusão e exclusão.

Desta maneira, Dutra (2020) contribui para delinear como se dá a interação entre os sistemas político-administrativos e sistemas de interações. Com isso, o autor parte de uma abordagem multissistêmica e multinível, pensando a partir dos subsistemas socialmente diferenciados, bem como sistemas ao nível das organizações e das interações. Nesse sentido, faz-se necessário ir além da noção de diferenciação funcional, como em primeiro momento coloca Luhmann (1997), pensando a diferenciação por níveis entre sociedade, organizações e interações para descrever as práticas sociais. Com isso as organizações podem ser Estatais e não Estatais. Importa salientar que o subsistema político não é sinônimo de Estado, que é a organização central das unidades segmentares deste subsistema, isto é, os territórios nacionais que aglutinam responsabilidades de produzir decisões coletivamente vinculantes. E o sistema das interações compreende a percepção da presença de seus participantes.

Com isso, a função política não é realizada apenas com o monopólio legítimo da violência física, mas também é necessário o desenvolvimento de uma sensibilidade com o ambiente societal, formado por diferentes interesses, demandas e visões de mundo Dutra (2020). Os sistemas sociais visam incluir pessoas a partir de uma seleção por atribuições generalistas e não das particularidades individuais, permitindo suposições a respeito das

expectativas comportamentais de pessoas relativamente desconhecidas. Vale destacar que essas generalizações não alcançam o nível dos papéis sociais formalmente construído, mas apenas tipificações informais desses papéis, podendo influenciar nas trajetórias individuais de inclusão e exclusão em diversos níveis sistêmicos imbricados no processo de implantação de políticas públicas.

Tais tipificações informais ocorrem intensamente e de forma rotinizada no nível das interações entre burocratas de nível de rua e público, em situação de percepção de copresença entre as partes. No entanto, sob uma ótica sistêmica, as interações podem gerar tipificações informais nas operações dos sistemas funcionalmente diferenciados e em diferentes níveis, podendo influenciar nos processos de inclusão e exclusão. Nesse sentido, também é possível pensar sobre as relações entre os beneficiários do PBF e dos burocratas nível de rua que atendem esses usuários. Dessa forma, as tipificações podem recair em julgamento social e moral sobre o consumo dos beneficiários do PBF, como apontam Pinto (2023) e Marins (2014), influenciando nos processos de exclusão ou inclusão tanto no nível das interações quanto no consumo.

Desta maneira, a abordagem multissistêmica de Niklas Luhmann (1997) oferece uma lente interessante para analisar programas sociais como o Bolsa Família e sua relação com a inclusão no sistema econômico. Luhmann propõe uma teoria sociológica que enfatiza a complexidade dos sistemas sociais e a sua operação por meio de comunicações. Aplicar essa teoria ao Bolsa Família e à inclusão no sistema econômico pode fornecer parâmetros sobre como esse programa interage com outros sistemas sociais e influencia a dinâmica das práticas econômicas.

Em termos luhmannianos, o Bolsa Família pode ser visto como um programa do sistema político administrativo. Ele opera através da comunicação de decisões e políticas governamentais para fornecer apoio financeiro a famílias em situação de pobreza. Essa comunicação é estruturada por critérios estabelecidos pelo programa e é dirigida tanto aos beneficiários quanto à sociedade em geral. A inclusão no sistema econômico, por sua vez, pode ser entendida como a capacidade das famílias de participar ativamente do mercado e ter acesso a bens e serviços essenciais para um bem-estar de vida. O Bolsa Família, ao fornecer uma renda adicional às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pode contribuir para essa inclusão, permitindo-lhes acesso a alimentos, moradia, educação, saúde e bens e serviços, por exemplo. No entanto, a eficácia do Bolsa Família na promoção da inclusão no sistema econômico também depende de outros fatores, como a disponibilidade de infraestrutura básica,

oportunidades de emprego e políticas de desenvolvimento econômico.

Além disso, a teoria de Luhmann destaca a importância da diferenciação funcional dos sistemas sociais. Isso significa que o Bolsa Família não opera isoladamente, mas está interligado a outros sistemas, como já foi discutido anteriormente. Assim, as políticas de inclusão no sistema econômico precisam ser integradas a outras iniciativas, como programas de capacitação profissional, políticas de geração de emprego e acesso a serviços públicos de qualidade, para que sejam eficazes a longo prazo. Por outro lado, é importante reconhecer os limites do Bolsa Família e da abordagem multissistêmica de Luhmann na promoção da inclusão no sistema econômico. O programa pode enfrentar desafios, como a burocracia, a corrupção e a dependência crônica dos beneficiários.

Em síntese, a aplicação da teoria multissistêmica de Luhmann à análise do Bolsa Família e da inclusão no sistema econômico oferece uma perspectiva interessante sobre as interações complexas entre políticas sociais, sistemas sociais e práticas econômicas. No entanto, é importante complementar essa abordagem com outras teorias e perspectivas para uma compreensão mais abrangente e crítica desses fenômenos sociais. Deste modo, importa considerar o nível dos sistemas das organizações e das interações. Por isso, este trabalho se volta para as reflexões da teoria multissistêmica por meio do sistema político administrativo e o Programa Bolsa Família para compreender as suas relações com as práticas econômicas dos beneficiários do PBF. Nesse sentido, para dar conta dos objetivos propostos, o capítulo seguinte trata das práticas econômicas de consumo a partir da sociologia econômica.

3. CAPÍTULO 3 - BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E PRÁTICAS ECONÔMICAS POPULARES:

No Brasil de 2020, a crise mundial do coronavírus ressaltou o quadro de desigualdades e vulnerabilidades sociais e econômicas no país e no mundo. Mas, para além dos impactos da pandemia, já ocorria a diminuição de políticas públicas de proteção social (Almeida, 2021, p. 333). Durante os governos petistas, segundo Antunes (2018), foi promovida uma política social focalizada e, amplamente, assistencialista, o Programa Bolsa Família, ampliando e consolidando a sua base eleitoral, entretanto, a gestão política serviu principalmente ao capital financeiro, industrial e ao agronegócio (p.118 e 210). Ainda conforme Antunes, embora o PBF tenha amenizado a pobreza extrema, o desemprego e a desigualdade social, isso não promoveu mudanças estruturais na questão da desigualdade brasileira.

No ano de 2020, após intensas negociações entre a oposição no Congresso Nacional e

o Governo Federal sob a gestão de Bolsonaro, o Programa Auxílio Emergencial — PAE foi aprovado em decorrência da pandemia. A proposta inicial era um valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), para 38 milhões de brasileiros, mas, depois das divergências políticas, o Governo Federal aumentou a sua proposta para o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). Segundo Almeida (2021), essa proposta foi recusada enquanto o Projeto de Lei apresentado por um Deputado Federal na Câmara, foi aprovado pelo Congresso Nacional. Sendo assim, o PAE foi aprovado no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para adultos e R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) para as mães solas, distribuídos para 100 milhões de pessoas. O auxílio foi previsto para os meses de março a maio, e, em seguida, foi prorrogado pelo mesmo valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) até julho. A partir de agosto a dezembro do mesmo ano foi prorrogado com cortes, sendo reduzido aos valores de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), R\$ 200,00 (duzentos reais) e R\$ 300,00 (trezentos reais) (Trovão, 2002.).

Em 2021, o Governo Federal regulamentou o Programa Auxílio Brasil como substituto ao PBF, extinto pela Medida Provisória n.º 1.061 de 9 de agosto de 2020. Ao seguir algumas normativas do Bolsa Família, o Auxílio Brasil foi direcionado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Desta forma, as famílias cadastradas no PBF migraram automaticamente para o Auxílio Brasil, já as cadastradas apenas no CadÚnico e quem não tinha cadastro precisava se cadastrar e solicitar o benefício. Em fevereiro de 2022, o valor do Auxílio Brasil é de R\$ 400,00 reais e continua com as condicionalidades do Bolsa Família, abarcando 10 milhões de pessoas que também receberam o Auxílio Emergencial. Contudo, eram 39 milhões beneficiadas pelo Auxílio Emergencial, ou seja, o Governo Federal deixou 29 milhões de famílias desassistidas (Almeida, 2022, p. 694-696). Deste modo, mesmo que o Auxílio Brasil tenha uma cobertura maior que o Bolsa Família, devido o esvaziamento das políticas públicas, aliado a crise generalizada do coronavírus, houve um aumento significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social que o Auxílio Brasil não alcançou.

De Souza (2019) destaca que o Programa Bolsa Família (PBF) surgiu em 2003 como resultado da unificação de quatro programas sociais anteriores. Os programas que antecederam e estruturaram o Bolsa Família foram o Programa Bolsa Escola Nacional, criado em 2001, tinha como objetivo principal garantir a permanência das crianças na escola, concedendo benefícios financeiros diretamente às famílias em situação de pobreza. O Programa Bolsa Alimentação, também criado em 2001, vinculava a renda mínima à educação, concedendo benefícios financeiros às famílias em troca do cumprimento de condicionalidades na área educacional. Programa Auxílio Gás: Implementado em 2002, subsidiava a compra de gás de cozinha para

famílias de baixa renda. Cartão Alimentação, outro programa implementado em 2002, visava garantir o acesso a alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade alimentar. Esses programas estavam vinculados a ministérios diferentes tais quais são: Segurança Alimentar e Combate à Fome, Educação, Minas e Energia e Saúde.

A unificação desses programas resultou na criação do Programa Bolsa Família, que se tornou uma das principais políticas sociais do governo federal brasileiro. A unificação dos programas permitiu simplificar a gestão e a operacionalização das políticas sociais, reduzindo a burocracia e os custos administrativos De Souza (2019). O Bolsa Família ampliou a cobertura e o alcance dos benefícios, atendendo um maior número de famílias em situação de vulnerabilidade social. O programa fortaleceu a focalização nos mais pobres e a implementação de condicionalidades nas áreas de saúde e educação, visando promover o desenvolvimento humano e a inclusão social.

As despesas do Bolsa Família, ainda segundo o autor, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro são modestas, mas superiores à média de países latino-americanos. No entanto, as despesas ainda são consideradas baixas se comparadas a outros programas sociais, como as despesas previdenciárias. Além disso, ressalta que o Bolsa Família utiliza mecanismos de focalização diferentes de outros programas similares em países em desenvolvimento. Segundo De Souza (2019), enquanto muitos programas usam proxy means tests, o Bolsa Família adota testes de meios propriamente ditos, focalização geográfica ou comunitária.

O Bolsa Família adota uma abordagem de focalização geográfica ou comunitária em vez de utilizar proxy means tests (testes de proxy de meios) para determinar quem são os beneficiários do programa. Enquanto o proxy means tests analisam variáveis socioeconômicas, como renda familiar, educação e posse de bens, para estimar a pobreza e a elegibilidade para programas sociais por meio de um score, o Bolsa Família adota uma abordagem mais simplificada e direta.

Ainda segundo De Souza (2019), na focalização geográfica ou comunitária, as áreas geográficas ou comunidades são identificadas com base em indicadores de pobreza e vulnerabilidade social. Essa abordagem reconhece que a pobreza muitas vezes é concentrada em determinadas regiões ou comunidades, e, portanto, direciona os recursos do programa para essas áreas especificamente. Isso pode contribuir para uma maior inclusão social, pois atinge diretamente as populações mais vulneráveis e excluídas. Por outro lado, os proxy means tests podem ser mais complexos e sujeitos a erros devido à dificuldade de capturar com precisão a

situação socioeconômica das famílias. Além disso, eles podem criar barreiras burocráticas que dificultam o acesso aos benefícios, resultando em exclusão de indivíduos e famílias que realmente necessitam de assistência.

Ao adotar uma abordagem de focalização geográfica ou comunitária, o Bolsa Família pode alcançar uma inclusão mais eficaz, direcionando os recursos para onde são mais necessários e reduzindo as barreiras de acesso. Isso pode contribuir para tratar da exclusão social e econômica, proporcionando às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e seus agravantes os meios necessários para acessar serviços básicos, como alimentação, saúde e educação. No entanto, é importante reconhecer que mesmo com essa abordagem, ainda pode haver desafios de exclusão, como a falta de cobertura total das áreas mais pobres, a exclusão de grupos marginalizados dentro dessas comunidades e a inadequação dos valores dos benefícios para suprir completamente as necessidades das famílias. Portanto, é fundamental que o Bolsa Família seja complementado por outras políticas e programas sociais que visem abordar essas lacunas e promover uma inclusão mais abrangente e eficaz.

3.1 Principais apontamentos sobre o Bolsa Família:

O Programa Bolsa Família (PBF) é um dos maiores programas de transferência de renda condicionada do mundo e tem sido objeto de interesse em diferentes contextos sociais, políticos e científicos ao longo de sua história. Desde sua criação, o Bolsa Família passou por várias reformulações e ajustes, refletindo mudanças nas prioridades políticas, bem como nas condições socioeconômicas do país. Os principais trabalhos publicados sobre o PBF visam discutir eficácia, avanços e limites

O autor, De Souza et al. (2019) discute os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade nos primeiros quinze anos de sua implementação e trabalha com dados até 2017. Concluindo que o programa tem sido eficaz na focalização dos mais pobres, na redução da pobreza e na diminuição da desigualdade, contribuindo significativamente para a melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas. Muito embora o Bolsa Família tenha uma ampla cobertura, o valor do benefício possibilita um tratamento um pouco mais eficaz para a extrema pobreza, porém é insuficiente no combate da pobreza. Nesse sentido, segundo autores como Silva (2019) e Neri *et. all* (2013) o Programa Bolsa Família tem potencial multiplicador do PIB nacional e municipais, gerando consumo no comércio local, uma vez que os beneficiários do PBF tendem a ter uma propensão marginal ao consumo mais elevada. Segundo

Marques (2004) e Moreira (2023), a propensão marginal ao consumo se refere propensão de grupos sociais a aumentar seu consumo quando sua renda tem um acréscimo. Isso é mais comum em grupos em situação de pobreza, em contraponto a propensão marginal a poupança, que ocorrem em grupos menos vulnerabilizados economicamente.

Quanto ao tema do Bolsa Família e educação, a partir da pesquisa de Martins e Rückert (2019), em um levantamento bibliográfico de artigos sobre produções acadêmicas a respeito desse tema, é possível traçar um panorama geral das discussões. Nesse sentido, os autores encontram uma eficácia do PBF na manutenção de crianças e adolescentes na escola, no entanto, no que diz respeito a qualidade de ensino é pouco explorada. As escolas com maior quantidade de beneficiárias têm um rendimento menor, mas também são escolas geralmente localizadas em contexto mais empobrecidos. Contudo, os autores observam uma carência de estudos qualitativos para explorar aspectos desta dimensão.

A despeito das discussões sobre gênero, raça e Programa Bolsa Família, Matos (2021), a autora ressalta o contexto histórico de desigualdade de gênero, em que as mulheres passam por dificuldade em conseguir emprego, quando trabalham são menos remuneradas que homens. Além disso, enfrentam jornadas duplas e muitas vezes triplas de trabalho, formal ou informal, doméstico e do cuidado com os familiares. Com isso, a partir de dados do Ministério da Cidadania que as mulheres representam 57,4% dos beneficiários, enquanto os homens representam 42,96% em 2020. Segundo o site do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome¹, em 2023 58,1% dos beneficiários são mulheres e 83,6% das mulheres são responsáveis pela família.

Ainda segundo Matos (2021), em se tratando de raça e Bolsa Família, a autora destaca também o contexto histórico de desigualdade racial na qual a população negra enfrenta, desafios na sociedade que são frutos de uma série de acontecimentos históricos, sociais, econômicos e legais que criaram barreiras ao longo do tempo. Por isso, a autora aponta como a população negra foi vulnerabilizada material e simbolicamente nesse contexto, e como resultado existe uma grande parte da população negra vivendo em moradias precárias, encarceradas, com condições de saúde, educação e empregabilidade comprometidas. Quando se trata da mulher negra, a autora, a partir de Lélia Gonzalez, visa articular as desigualdades de gênero, raça e classe, nesse sentido, aponta como a mulher negra se torna base da pirâmide social ao longo do

¹ [https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/bolsa-familia-tem-em-2023-a-maior-media-de-familias-atendidas-de-investimento-federal-e-de-valor-de-beneficio-da-historia-do-programa#:~:text=Do%20total%20de%20pessoas%20que,preta%20ou%20parda%20\(73%25\).](https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/bolsa-familia-tem-em-2023-a-maior-media-de-familias-atendidas-de-investimento-federal-e-de-valor-de-beneficio-da-historia-do-programa#:~:text=Do%20total%20de%20pessoas%20que,preta%20ou%20parda%20(73%25).)

aprofundamento do que alguns autores chamam de modernidade concentrando vulnerabilidades. O direcionamento do PBF às mulheres, principalmente negras, cumpre um papel de reduzir a desigualdade de gênero também, possibilitando a partir da distribuição de renda uma maior autonomia. No entanto, segundo Matos (2021), isso faz com que as beneficiárias tenham mais responsabilidade com família e com cuidado, principalmente quando não conseguem cumprir as condicionalidades do programa.

O tema da segurança alimentar e nutricional, além de necessário, também encontra recorrência nas produções científicas sobre o Programa Bolsa Família, visto que desde o seu surgimento precisou lidar com essa questão. Chacon (2023) em um balanço bibliográfico sobre a segurança alimentar, visa definir a partir da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) a segurança alimentar e nutricional. Desta forma, coloca a autora, que a segurança alimentar se configura quando as pessoas conseguem acesso a alimentos suficientes em seu cotidiano, que sejam nutritivos sempre que necessário às necessidades humanas. A autora destaca, no Brasil, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional que define como um direito de todas as pessoas o regular acesso e contínuo de alimentos suficientes e de qualidade. Isso deve ocorrer sem o comprometimento de outras necessidades essenciais a partir de uma base alimentar saudável que contemple a diversidade cultural, a dimensão ambiental, econômica e socialmente sustentável.

Quando se trata da segurança alimentar, deve-se considerar quatro dimensões essenciais, a primeira se refere à quantidade de alimentos disponíveis em determinada região, considerando a produção, os estoques e o comércio de alimentos. A disponibilidade de alimentos é crucial para garantir que haja suprimento suficiente para atender às necessidades da população. A segunda diz respeito à capacidade das famílias de obterem os alimentos necessários, tanto do ponto de vista físico quanto econômico (renda disponível, preços acessíveis). Quanto à terceira dimensão, envolve a ingestão adequada de energia e nutrientes, garantindo uma alimentação saudável e balanceada. Além da quantidade de alimentos consumidos, a qualidade nutricional, a diversidade da dieta e a distribuição dos alimentos no domicílio. A quarta refere-se à capacidade de manter as três dimensões anteriores de segurança alimentar consistentemente ao longo do tempo, fatores climáticos, políticos e econômicos como desemprego, altos preços dos alimentos também podem influenciar a segurança alimentar.

Segundo Chacon (2013) A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é uma ferramenta utilizada para mensurar o grau de insegurança alimentar em domicílios brasileiros. Ela foi desenvolvida para captar a percepção das famílias em relação à disponibilidade e acesso

aos alimentos, considerando diferentes aspectos relacionados à qualidade e quantidade da alimentação. A escala é aplicada por meio de entrevistas realizadas com os moradores dos domicílios. A EBIA se estrutura da seguinte forma: segurança alimentar, neste nível, as famílias têm acesso pleno e regular a alimentos de qualidade, sem enfrentar dificuldades significativas. Insegurança alimentar leve, indica uma situação em que há preocupação quanto à possibilidade de falta de alimentos no futuro, mas ainda não há uma redução significativa na quantidade e qualidade da alimentação. Insegurança alimentar moderada, neste nível, já ocorre uma redução mais perceptível na quantidade e qualidade dos alimentos e as famílias enfrentam dificuldades para garantir uma alimentação adequada. Insegurança alimentar grave, representa a situação mais crítica, indicando que as famílias vivenciam uma escassez extrema de alimentos, com impactos severos na qualidade de vida e nutrição.

O Programa Bolsa Família também tem como um dos objetivos a redução da insegurança alimentar. Segundo Cotta e Machado (2013) em sua pesquisa bibliográfica sobre o Bolsa Família, observou que a maior parte do valor do benefício recebido é destinada para o consumo de alimentos. Porém, o aumento na aquisição de alimentos não representa diretamente o bem-estar nutricional ou a diminuição da insegurança alimentar, uma vez que não basta apenas ter acesso à alimentação, mas também qualidade e continuidade. Outro aspecto importante na garantia da segurança alimentar é o acesso à água tratada. Desta forma, a segurança ou insegurança alimentar indicam o grau das limitações econômicas e de consumo das pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza relevantes para esta pesquisa.

Alguns autores também têm se debruçado sobre os aspectos das práticas de consumo e questões morais entre os beneficiários do PBF, como, por exemplo, Cunha (2012) cuja pesquisa examina a interseção entre renda mínima, consumo e cidadania, com foco no Programa Bolsa Família em Areia Branca–RN. Analisa-se como a distribuição de renda mínima influencia as práticas de consumo e a percepção de cidadania dos beneficiários, considerando o contexto socioeconômico local. A investigação tem em vista compreender os efeitos do programa na inclusão social e na satisfação das necessidades básicas, destacando a importância da distribuição de renda para promover a igualdade e a participação cidadã. Nesse sentido, embora a autora aponte uma inclusão dos seus interlocutores no consumo e na cidadania, vale salientar que essa pesquisa foi publicada há 12 anos e considera as particularidades locais. Entretanto, apesar da autora considerar a inclusão, aponta a inserção em uma forma de consumo precário, ou seja, limitado e insuficiente para uma qualidade de vida.

Pinto (2022), em seu artigo “Programa de Transferência de Renda: Bolsa família, consumo e moralidade” relata a dimensão de uma vigilância da pobreza baseado em discursos

moralizantes do que pobres e beneficiários de programas de transferências de renda podem ou não consumir. Nesse sentido, uma fala marcante de uma interlocutora do artigo citado, diz respeito ao receio que uma beneficiária teve de o benefício acabar, mas que mesmo assim resolveu fazer uma festa de aniversário para o filho, ficando sem dinheiro e arrependida de ter gastado, porém, o PBF não acabou. A autora destaca também que segundo dados do Cadastro Único, a maioria da titularidade das famílias são de mulheres, possibilitando maior liberdade e autonomia. Outro ponto relevante, que uma das entrevistadas aponta que gasta a maior parte da renda no comércio local.

Ainda segundo Pinto (2022), o valor do Programa Bolsa Família não altera a situação econômica das famílias beneficiárias, mas gera um alívio na vida de algumas famílias. Dessa forma a saída do programa se torna muito difícil com baixa escolaridade, empregos informais e condições precárias de moradia, um ciclo que se repete alcançando as próximas gerações. De modo geral, a autora conclui que os beneficiários do PBF em sua pesquisa enfrentam vigilância e julgamentos morais sobre o consumo.

Marins (2014) também identifica efeitos da moralidade entre os beneficiários do bolsa família que passam a cumprir um papel de sofrimento na hora do cadastramento para serem vistos e percebidos por meio do estereótipo da pobreza durante o cadastro. Os relatos que a autora apresenta são de falas de entrevistados do PBF e dizem respeito a sentimento de humilhação e vergonha com a necessidade ser atendidos e avaliados a partir dos critérios de inclusão no Programa, esperar na fila do atendimento por um valor modesto. Dutra (2020) aponta também para o fato de como os sistemas políticos de implementação e aplicação de políticas públicas são complexos ao analisar como preconceitos de raça, gênero e divisões simbólicas de classe estão presentes na sociedade. Sendo assim, esses preconceitos são incorporados pelos burocratas do nível de rua, funcionários que lidam com públicos-alvo de políticas públicas e acabam produzindo inclusão e exclusão dentro dessas políticas na interação com público.

3.2 Sociologia econômica e práticas econômicas:

A Sociologia Econômica, tanto em sua abordagem clássica quanto atual, compreende as interações sociais e institucionais que moldaram e moldam o sistema econômico. Karl Marx (2007), um dos fundadores da sociologia, forneceu uma perspectiva crítica da economia clássica, especialmente através de sua teoria do materialismo histórico. Ele argumentou que as relações de produção e as estruturas de classe eram fundamentais para entender a dinâmica

econômica e social. Marx criticou o capitalismo por sua exploração da classe trabalhadora e pela alienação resultante. Ele via a economia como um sistema que perpetua desigualdades e crises inerentes. A abordagem clássica da sociologia econômica, influenciada por Marx, enfatiza a importância das estruturas sociais na determinação dos processos econômicos. Com isso, a sociedade é vista como dividida em classes com interesses distintos.

A sociologia econômica contemporânea expandiu seu foco, incluindo a perspectiva institucionalista e a teoria da racionalidade limitada. Ela explora como as instituições moldam o comportamento econômico e como a racionalidade dos agentes econômicos opera cálculos além de econômicos, mas também sociais, culturais e cognitivos, como apontam autores como Simmel (2009); Bourdieu (1993) e Granovetter (2007). Na abordagem contemporânea, destaca-se a importância das redes sociais e da confiança nas transações econômicas. Argumenta-se que as relações sociais influenciam a eficiência econômica e a criação de capital social. Diferente da abordagem clássica, especialmente a perspectiva de Marx, critica profundamente a estrutura do capitalismo, destacando as desigualdades e as contradições intrínsecas.

Ressalta-se também, como a abordagem contemporânea coloca maior ênfase na subjetividade e na agência individual, reconhecendo que os agentes econômicos podem ter motivações variadas e que as instituições moldam, mas também são moldadas pelos atores econômicos. A sociologia econômica, ao longo do tempo, evoluiu de uma abordagem mais direta e centralizada para uma perspectiva multidimensional. Ambas as abordagens contribuíram para uma compreensão mais rica e holística das interações entre sociedade e economia. Desta maneira, a sociologia econômica e a teoria sistêmica da diferenciação funcional oferecem uma perspectiva abrangente das interações entre sociedade e economia.

Essa integração permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, econômicas e culturais, considerando a interdependência e a autonomia relativa dos diferentes sistemas sociais. Isso inclui a análise das interações entre os sistemas sociais e econômicos, a exploração das instituições e estruturas econômicas, a consideração das implicações sociais e culturais das atividades econômicas e a análise das dinâmicas de mudança social. Ao integrar essas abordagens, podemos obter uma visão mais multidimensional e completa das complexas relações entre sociedade e economia na contemporaneidade.

Georg Simmel (2009) fez contribuições significativas para a sociologia econômica através de sua obra “Filosofia do Dinheiro”. Publicada pela primeira vez em 1900, essa obra

oferece uma análise profunda e inovadora sobre o papel do dinheiro na sociedade, indo além de meras considerações econômicas para explorar as implicações sociológicas e psicológicas do dinheiro. O autor destaca a dualidade intrínseca do dinheiro, reconhecendo-o como um meio de troca essencial na economia, mas também como um símbolo com significados culturais profundos. Ele argumenta que o dinheiro é, ao mesmo tempo, objetivo e subjetivo, representando tanto um valor quantitativo quanto um valor simbólico.

Uma das contribuições centrais é a análise das relações sociais mediadas pelo dinheiro. Ele explora como as transações financeiras afetam as interações humanas, destacando como o dinheiro pode moldar as relações de poder, influenciar o prestígio e criar formas distintas de comunicação entre as pessoas. Ele argumenta que o dinheiro pode influenciar não apenas as relações sociais, mas também a psique individual, impactando como as pessoas percebem o mundo ao seu redor.

Simmel (2009) estava mais interessado na forma das interações sociais do que nas estruturas substanciais. Ele argumentava que as formas específicas das relações sociais, como o tamanho do grupo, a proximidade ou distância social, poderiam ter efeitos significativos na dinâmica social. Em vez de uma análise baseada em conflitos de classe, Simmel desenvolveu uma teoria das distinções sociais. Ele explorou como as diferenças nas relações sociais, status e estilo de vida contribuem para a formação de grupos distintos na sociedade. Simmel introduziu o conceito de “Grupos de Estranhos”, sugerindo que, em sociedades modernas, as interações sociais podem ser caracterizadas por relações impessoais e superficiais. Ele argumentava que, em grandes cidades, as pessoas muitas vezes interagem como estranhos, e essas interações são moldadas por formas específicas de diferenciação social.

Com isso, reconheceu a individualização dentro das classes sociais, destacando que cada indivíduo tem uma combinação única de características que contribuem para sua posição social. Isso contrasta com a visão mais coletivista de classes sociais em algumas abordagens marxistas. Ao contrário de algumas teorias que consideram as classes sociais como determinantes rígidos do comportamento, Simmel (2009) adotou uma abordagem mais flexível e não-determinista. Ele enfatizou a importância das escolhas individuais e das interações sociais na construção da identidade e da posição social.

No entanto, a teoria de Simmel (2009) tem algumas limitações em relação aos avanços da sociologia econômica, como a ênfase nas inter-relações sociais e na análise da forma social,

o que pode resultar em uma falta de atenção para as estruturas econômicas mais amplas. Nesse sentido, propõe uma abordagem intermediária entre a microestrutura social para pensar a relação das ações sociais, interações sociais e padrões de comportamento coletivo, com a abordagem da macroestrutura mais voltada à compreensão em maior escala das instituições. Entretanto, Simmel não oferece uma análise detalhada da dimensão política e institucional da economia, isso pode limitar a capacidade de compreender as estruturas e tendências econômicas mais amplas. Sua ênfase nas interações sociais pode negligenciar as influências políticas nas estruturas econômicas. É frequentemente associado à análise da vida urbana moderna e das relações monetárias. Isso pode limitar a aplicabilidade de suas teorias a contextos não urbanos ou a períodos históricos anteriores.

Pierre Bourdieu (1983) também fez contribuições significativas para a sociologia econômica e a análise das classes sociais por meio de seus conceitos-chave, como *habitus* e *campo*. O conceito de *habitus*, desenvolvido por Pierre Bourdieu, é fundamental em sua teoria sociológica. O *habitus* refere-se a sistemas de disposições duráveis e estruturadas que os indivíduos adquirem ao longo de suas vidas por meio de experiências sociais. Estas disposições incluem formas de perceber, pensar, sentir e agir, tornando-se parte do sujeito de maneira incorporada e pré-reflexiva. O *habitus* é moldado pelas condições sociais, econômicas e culturais do ambiente em que o indivíduo está inserido.

Essas disposições incorporadas funcionam como princípios organizadores que orientam as práticas cotidianas e as escolhas dos indivíduos. O *habitus* influencia as percepções estéticas, as preferências de consumo, as decisões educacionais e as estratégias de vida. É, portanto, um componente crucial na reprodução social, uma vez que as experiências e práticas passadas moldam as ações presentes e futuras, contribuindo para a reprodução ou transformação das estruturas sociais.

O conceito de *campo* em Bourdieu (1983) é fundamentado, segundo o autor, a exemplo de uma arena social específica, caracterizada por relações de poder, competição e lutas simbólicas. Cada *campo* possui suas próprias regras, hierarquias e formas específicas de capital valorizadas. O capital, nesse contexto, refere-se a recursos que podem ser convertíveis em formas de poder e reconhecimento dentro do *campo*. Os *campos* podem variar de *campos* econômicos, como o mercado de trabalho, a *campos* culturais, como as artes, a *campos*

intelectuais, como a academia. Cada campo tem suas próprias dinâmicas e lutas internas pela dominação. Os atores sociais que participam desses campos competem por capital específico relacionado ao campo em questão, seja capital econômico, cultural, simbólico ou social.

O habitus de um indivíduo está intimamente ligado ao campo em que ele está inserido. O habitus molda as estratégias e táticas que os atores adotam para navegar e competir dentro do campo. Ao mesmo tempo, as regras e as relações de poder dentro do campo influenciam a formação e a transformação do habitus dos participantes. A interconexão entre habitus e campo é central na teoria de Bourdieu. O habitus não é apenas uma resposta passiva às condições do campo, mas também contribui para a reprodução ou transformação dessas condições. Os atores sociais trazem seus habitus para o campo, influenciando suas estratégias e posições, ao mesmo tempo, em que o campo molda e modifica o habitus dos participantes.

Essa relação dinâmica entre habitus e campo é crucial para entender a reprodução social e as desigualdades. As disposições incorporadas pelo habitus orientam as escolhas dos indivíduos no campo, enquanto as estruturas e regras do campo moldam o habitus ao longo do tempo. A análise simultânea do habitus e do campo permite uma compreensão mais profunda das práticas sociais, das hierarquias e das lutas simbólicas que ocorrem dentro das diferentes esferas da vida social.

Dessa forma, é possível notar que a teoria de Bourdieu (2009) concebe mais dimensões que à teoria de Simmel (1983), como, por exemplo, as dimensões dos campos, e, por isso, compreende uma maior complexidade de relações entre estrutura e agência. No entanto, a teoria de Bourdieu pode ser interpretada como demasiadamente determinista como em Lahire (2002), especialmente no que diz respeito ao papel do habitus na reprodução social. Isso pode negligenciar a agência individual e a capacidade de transformação das estruturas sociais

Ricardo Visser (2022) destaca a importância de considerar as práticas e condições econômicas sob uma perspectiva sociológica. A integração dessas teorias permite uma compreensão mais ampla das relações entre economia, sociedade e poder, contribuindo para o desenvolvimento de um programa de pesquisa robusto nesse campo interdisciplinar. Desse modo, o autor destaca a importância de investigar as práticas e condições econômicas sob uma

perspectiva multidimensional, visando compreender como as estruturas sociais influenciam e são influenciadas pelas atividades econômicas.

Ao longo do artigo, Visser (2017) explora as visões de Simmel e Bourdieu sobre a economia e a sociedade, ressaltando como esses pensadores abordam a relação entre os aspectos econômicos e os contextos sociais mais amplos. Ele discute como Simmel enfatiza a distinção e assimilação das classes na estabilização da oferta e demanda, enquanto Bourdieu analisa a influência das elites econômicas na política e na legitimação de práticas econômicas.

Além disso, o autor propõe uma análise das teorias de Simmel e Bourdieu aplicadas às práticas econômicas contemporâneas, destacando a importância da dinâmica singular das práticas e sua relação com as condições econômicas. Ele argumenta contra a visão materialista que considera as condições econômicas como causas inerciais, defendendo que as práticas econômicas desempenham um papel ativo na determinação das condições econômicas favoráveis.

O artigo também aborda a relação entre as disposições econômicas dos diferentes estratos sociais e as instituições mediadoras dessas condições, ressaltando a importância do acesso a condições econômicas estáveis e da diferenciação das práticas econômicas como elementos-chave na compreensão das desigualdades sociais e econômicas.

Segundo Granovetter (2007), a discussão sobre estrutura e ação nas ciências sociais nem vem de hoje, com isso o autor discorre sobre o que chama de questões clássicas da teoria social sobre como os comportamentos e as instituições são afetadas pelas relações sociais. Nesse sentido, o autor inicialmente apresenta duas correntes de pensamentos e ao longo dos seus escritos aborda pontos, questões, relações e contrapontos. A primeira é sobre uma tradição utilitarista vinda do pensamento econômico, principalmente clássico e neoclássico, que pressupõem uma centralidade nos interesses racionais, ou seja, ações sempre com objetivo final de satisfazer a vontade de quem executa, invocado um estado idealizado e cristalizado das relações de sub socialização.

Por outro lado, o autor aponta também para a super socialização focada nas variedades de comportamento humano que vem com a sociologia moderna. Ambos os extremos tornam uma respectiva atomizada na análise social, assim, o autor critica a imersão econômica ou propor outra preceptiva de imersão que considera aspectos normativos das relações sociais e aspectos comportamentais e seus contextos históricos e sociais. Com isso, é importante destacar que na abordagem sub socializada a atomização provém de uma busca apenas utilitarista dos interesses pessoais. Enquanto, por outro lado, a super socialização se atomiza na explicação de que os padrões de comportamento são interiorizados e perpetuados sem levar a devida

consideração do papel das relações sociais sobre o comportamento.

Na perspectiva de Granovetter (2007), o autor discute acerca confiança e má-fé na vida econômica, neste ponto, vai tensionar afirmativas sobre como arranjos institucionais inteligentes podem evitar a má-fé em uma perspectiva sub socializada. Por exemplo, a confiança, precisa ser originada nas relações pessoais em uma moralidade generalizada, mas que também possui grande potencial para gerar má-fé em seu aspecto super socializado. Este último se dá pelo fato de que a confiança gera intimidade e exige continuidade, tornando provável que em caso de alguma quebra de expectativa, possa ser interpretada como má-fé. Com isso, entre uma abordagem e outra, importa destacar que cada situação será determinada pelos detalhes da estrutura social.

O autor aborda também a questão dos mercados e hierarquias, nesse sentido, diz que a eficácia do poder hierárquico em uma empresa é exagerada e ancorada num conceito sub socializado, pois se ignora o papel das relações sociais entre os indivíduos e empresas diferentes. Dessa forma, o autor vai dando exemplos de como as relações de negócio se misturam com relações sociais, como associações de empresas, relação do vendedor e o agente de compra, às vezes de anos. Contudo, o autor propõe o conceito de instituições como articuladoras das relações sociais a níveis comportamentais individualizados e socializados, colocando em perspectiva a história contextual de cada situação e a estrutura social envolvida. Sendo assim, uma abordagem institucional que se propõe considerar a relevância e limites de uma abordagem das macros relações e das micro relações, da ação e da estrutura. Visando assim, tomar cuidado com explicações sub e super socializadas a fim de evitar cair em uma perspectiva atomizada do ser, das relações e instituições.

Bernard Lahire (2002), em sua obra “O Ator Plural: Cenas e Bastidores”, articula a relação entre estrutura social e agência individual por meio do conceito central de disposições. Ele visa esclarecer a dinâmica complexa entre as influências sociais e as ações individuais, oferecendo uma visão mais relacional entre estrutura e agência. Lahire define disposições como estruturas duráveis de personalidade, incorporando experiências passadas, aprendizado social e histórico de vida. Essas disposições moldam a forma como os atores percebem o mundo, respondem a estímulos e tomam decisões. Destaca a pluralidade de disposições que coexistem dentro de cada indivíduo. Em vez de adotar uma visão unitária da personalidade, argumenta que as pessoas são marcadas por uma multiplicidade de disposições que se manifestam em

diferentes contextos e situações.

A forma como os atores sociais interagem com os diferentes campos sociais molda suas experiências e afeta a formação de seus habitus. A teoria do ator plural de Lahire (2002) e a teoria da diferenciação funcional dos sistemas de Luhmann (1997) sociais podem contribuir na compreensão de como os processos de socialização e as interações sociais são influenciados pela estrutura e dinâmica da sociedade contemporânea. A variedade de habitus individuais reflete a capacidade de adaptação à complexidade dos sistemas sociais, resultando no desenvolvimento de múltiplas identidades e formas de comportamento para se ajustar aos diferentes contextos sociais.

O autor examina como as disposições são formadas ao longo da vida, sendo influenciadas por fatores como socialização familiar, experiências educacionais, interações sociais e contextos culturais. Lahire (2002) destaca a importância da biografia na construção das disposições e enfatiza que as disposições individuais não surgem de maneira isolada, mas são fortemente influenciadas pelas estruturas sociais mais amplas. As hierarquias sociais, instituições, normas culturais e práticas coletivas moldam as disposições dos indivíduos. Argumenta o autor, que as ações individuais não podem ser compreendidas isoladamente da estrutura social que as molda. As disposições fornecem uma lente para entender como as pessoas se comportam em diferentes contextos, considerando a interação entre as estruturas sociais e as características individuais.

Desta forma, Lahire (2002) destaca a mediação das disposições na relação entre estrutura e agência. As disposições atuam como intermediárias, moldando as interpretações e escolhas dos indivíduos, enquanto também são moldadas pelas condições estruturais em que vivem. Outro ponto é o reconhecimento da variação temporal das disposições, sublinhando que elas podem evoluir e se adaptar ao longo da vida em resposta a novas experiências e mudanças nas estruturas sociais. Com isso, ele explora como as disposições participam tanto da reprodução das práticas sociais quanto da sua transformação. Indivíduos podem reproduzir padrões existentes ou desafiar normas sociais com base em suas disposições específicas. Nesse sentido, o autor marca posição contra o determinismo econômico, bem como Luhmann (1997) ao conceber os sistemas como autônomos e autorreferentes, descaracterizando o sistema econômico como único predominante na sociedade contemporânea.

Lahire (2002) critica abordagens deterministas que simplificam a relação entre estrutura

e agência e enfatiza a complexidade do processo, destacando que as disposições introduzem uma dose de não-determinismo na relação entre a estrutura social e as ações individuais. Aplica suas ideias em diversos contextos, incluindo a sociologia da educação, demonstrando como as disposições influenciam o desempenho acadêmico, escolhas educacionais e trajetórias profissionais. Portanto, ao articular a relação entre estrutura social e agência individual por meio das disposições, fornece uma abordagem que destaca a complexidade da interação entre indivíduos e sociedade. Ele demonstra como as disposições oferecem uma lente poderosa para entender a diversidade de comportamentos individuais, ao mesmo tempo, em que estão intrinsecamente entrelaçadas nas estruturas sociais mais amplas. Essa abordagem enriquece a compreensão da sociologia, destacando a dinâmica fluida e multifacetada da ação humana.

Lahire (2002), em sua leitura sobre as desigualdades sociais a partir de contextos educacionais e culturais, contribui com a sociologia das micro relações ao propor a reflexão sobre o caráter plural das ações dos atores. Neste ponto, o autor está tecendo um contraponto ao conceito de habitus enquanto um conjunto de disposições duráveis e linearmente transferíveis pelo núcleo familiar em Bourdieu. Para Lahire é raro um caso em que as configurações familiares são inteiramente homogêneas tanto cultural como moralmente, com isso, o conjunto de uma família se mostra muitas vezes contraditório, com familiares experienciando posição e sistemas de comportamentos e gostos variados (Lahire p.36, 2002). Outro contraponto se refere ao conceito de campo por Bourdieu, que segundo Lahire não considera que um ator pode experimentar mais de um campo e algumas pessoas não compõem nenhum campo, uma vez que a maioria deles tem um caráter profissional, indagando em que campo estariam as donas de casa? Com isso, Lahire estabelece uma teoria da ação em uma sociedade complexa e multi diferenciada a partir de uma sociologia disposicionalista das práticas sociais.

Segundo Visser (2019) a teoria disposicionalista em Lahire e a concepção multidimensional de Luhmann (1997) apresentam uma nuance que concilia entre a diferenciação funcional e a estratificação. Para Visser, Lahire questiona a sobredeterminação da família no sucesso escolar e Luhmann encara a multidimensionalidade da desigualdade como processos de inclusão e exclusão diferenciados funcionalmente em cada sistema, podendo ou não ser integrado em mais de um sistema. Nesse sentido, ambos os autores contribuem para uma teoria sociológica que considera o impacto das ações nas estruturas sociais. Luhmann contribui para um olhar micro e macrosociológicos ao pensar os sistemas sociais em

multiníveis, como a interação e Lahire um olhar voltado para microsociologia das interações para pensar as disposições e trajetórias individuais, fornecendo uma análise abrangente e complexa das sociedades modernas. Sendo assim, estes são dois autores principais para pensar a relação do Programa Bolsa Família em uma perspectiva multissistêmica e as práticas econômicas de consumo dos seus beneficiários.

Portanto, essa proposta de pesquisa assume uma perspectiva multidimensional e multissistêmica das desigualdades sociais para compreender, a partir do marcador de renda, os aspectos da realidade do consumo das populações em situação de vulnerabilidade social, como no caso dos beneficiários PBF. Dessa forma, essa pesquisa se volta para análise da relação entre o PBF em uma perspectiva multissistêmica, que pode influenciar no consumo dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Com isso, importa destacar que discutir políticas de distribuição de renda é também discutir acesso ao consumo e inclusão no sistema econômico, uma vez que uma grande parte da população brasileira está excluída do acesso a bens de consumo e serviços básicos.

3.3 A pobreza da moralidade, consumo popular e estrutura de renda:

Quando o assunto é consumo, o repertório mais comum é a associação com a alienação, o descontrole e a compulsão, como uma prática negativa que afeta os seres humanos corrompidos pelas propagandas que consomem para compensar as suas mazelas. Esta visão sobre o consumo é um tanto enviesada e dominou, por muito tempo, diversos campos de conhecimento que abordavam o tema. Contudo, mesmo atualmente, ainda é preciso combater alguns estereótipos danosos. Miller (2004), em “à Pobreza da Moralidade”, discute sobre o fato de o consumo ser tratado como algo negativo, por uma culpa burguesa com gastos em excesso e acumulação de itens que não são extremamente necessários. Ignora-se que muitas pessoas pelo mundo, em situações de vulnerabilidade social, carecem de bens e serviços básicos, como alimentação, vestuário, moradia e educação. Por isso, o autor indaga como pode o consumo desses bens e serviços básicos serem supérfluos? Uma vez que os estudos sobre o consumo não podem ser reduzidos a uma expressão de culpa ou de ansiedade.

Ainda segundo Miller (p, 32, 2004), toda essa crítica ao consumo também tem origem na crítica ao capitalismo, que, por sua vez, seria o responsável pela cultura material. Porém, pensar o materialismo proveniente do capitalismo seria contrário ao próprio pensamento marxistas. “Marx viu que o problema do proletariado era que seus integrantes haviam sido separados das pessoas porque haviam sido separados das coisas. O inimigo de Marx era a

pobreza e a falta de posses.”. Desta maneira, destaca-se que a noção de pessoas e objetos traçam uma diferenciação a partir das sociedades capitalistas. Mauss (1954) descreve, por exemplo, em seu ensaio do Dom, como as crianças são trocadas como se fossem coisas.

É a trajetória em direção ao capitalismo que leva ao desenvolvimento de uma ideologia da pessoalidade pura (e.g. Sennet, 1976), assim como um distanciamento crescente das coisas, que, durante o Iluminismo, começaram a ser vistas como algo radicalmente diferente das pessoas, como algo que poderia diminuir nossa humanidade em vez de realçá-la (Miller, p. 25, 2004).

Douglas e Isherwood (1990) também se debruçam sobre as discussões de consumo e pobreza, a partir da perspectiva da antropologia econômica. Retoma Mauss, em Ensaio sobre a Dádiva, onde é possível notar como os sistemas de trocas, o Kula, também é uma forma de consumo anterior ao sistema de trocas contemporâneas, baseado no dinheiro. Isso torna compreensível o consumo como inerente às relações sociais e, por isso, o ato de consumir vai muito além da satisfação das necessidades físicas ou do espírito. O consumo não é algo puramente individual, mas relacional e coletivo. Conforme Miller (p. 26, 2004), um par de tênis da Nike ou uma calça jeans, comprado por uma mãe para o seu filho pode estar embutido do sentimento de zelo, é o mesmo sentimento que leva indianos a fazerem dívidas para dar festas de casamento enquanto carecem de serviços básicos, ou ingleses, moradores de bairros miseráveis a preservar um cômodo da casa exclusivo para exibição. A antropologia oferece ferramentas para a interpretação da riqueza simbólica de diversos grupos em diferentes lugares do mundo, como um procedimento extremamente complexo, desde os povos amazonenses, da Malásia, aborígenes da Austrália até os grupos urbanos e rurais das cidades modernas.

Barbosa e Campbell (2006) abordam a cultura do consumo como o principal orientador da identidade dos sujeitos modernos. Desta maneira, nem todo mundo produz, mas todo mundo consome. Conforme as autoras, existe o consumo individual, coletivo e hospitaleiro para agradar e receber. De modo geral, o exemplo da madame Bovary evidencia a dimensão do desejo e do encantamento presente na prática do consumo, não apenas das pessoas ricas, mas das pessoas pobres também. Toda essa discussão se faz importante na compreensão de que o consumo não é meramente para satisfazer as necessidades físicas e biológicas. Por isso, o consumo não é orientado apenas pela lógica do custo e do benefício, e/ou por imposição direta, ou indireta do mercado, como sugere a teoria do consumidor dos economistas. Mas com os avanços do mundo moderno, da informação, do transporte e da comunicação, torna-se inevitável a percepção de uma pluralidade de pessoas com valores, autenticidades e estilos de vidas distintos. Ao passo que a lógica de consumo antiga fracassa ao lidar com uma sociedade

diversa.

Essa diversidade de identidades impõe que as empresas lidem com o fracasso das suas abordagens ultrapassadas, bem como a rejeição de determinados mercados e produtos. Tal cenário só se modificou quando passaram a considerar o fator cultural e as suas dinâmicas e constantes mudanças e oscilações. Por isso, há um crescente interesse pela etnografia por parte de marcas, produtos e mercados para acompanhar a recriação de si, experimentado no mundo contemporâneo. Todo e qualquer ato de consumo, seja de alimentação, vestimenta, diversão ou cultural, das mais triviais às mais excepcionais, sempre decorre de esquemas simbólicos que atribuem sentido ou significado. Os bens e serviços também são partes de sistemas de práticas e representações que os tornam significativos (Barbosa; Campbell, 2006, p. 108).

Quando o assunto são as classes populares no Brasil, encontra-se uma série de pré-noções sobre o comportamento e as práticas sociais, principalmente, a respeito das práticas de consumo. Desta forma, com base na tese “Com o suor do trabalho”: uma análise do ethos dos batalhadores manifesto no âmbito do consumo” da autora Alves (2022), o objetivo é discutir sociologicamente temas como classe e comportamento de consumo. Para isso, a autora dialoga com autores como Jesse de Souza para desenvolver as discussões sobre as classes no contexto sociopolítico brasileiro; Bourdieu e a sua teoria disposicionalista para tecer sobre a reprodução social e o conjunto de disposições duráveis que orientam a vida material e simbólica dos agentes sociais; Lahire para tencionar a abordagem disposicionalista, bourdieusiana, possibilitando análises de trajetórias individuais e particulares.

A partir disto, Alves (2022) propõe analisar as disposições de consumo das frações de classe ascendente nos últimos anos da primeira década dos anos 2000, comumente atribuída a uma nova classe média, devido ao aumento da sua renda. Geralmente, essa ascensão ocorre pela acumulação de mais de um emprego, dupla jornada de trabalho e estudo, capacidade de poupança, resistência ao consumo imediato e uma forte crença em si mesmo e no trabalho.

Segundo Souza (2009) essa classe ascendente vem da classe social chamada por ele de ralé brasileira, uma denominação provocativa da ralé estrutural que sofre com o abandono social e político, resultado do processo da colonização e do passado escravocrata. O autor desenvolve o conceito de "ralé", que se refere a uma camada social marginalizada e estigmatizada, composta por pessoas que vivem em condições de pobreza e exclusão social. Ele destaca como as desigualdades de classe, raça e gênero se entrelaçam para perpetuar a marginalização desses

grupos sociais. Desse modo, o conceito de "ralé" não se refere apenas às condições econômicas precárias, mas também às formas como esses grupos são estigmatizados e marginalizados pela elite dominante. Sendo assim, o autor busca desafiar essa visão estereotipada e mostrar como a desigualdade estrutural e o poder econômico e político influenciam as condições de vida desses grupos.

Entretanto, faz-se importante compreender, minimamente, o contexto que possibilita essa ascensão de uma fração da ralé. Essa se deu a partir dos anos 2000, com o governo Lula do Partido dos Trabalhadores (PT), quando houve crescimento econômico, implementação de políticas sociais e incorporação de parte da agenda política da classe trabalhadora. Dessa forma, segundo Alves (2022), a partir dos anos 2000 ocorreram algumas transformações na estrutura da sociedade brasileira, decorrentes das políticas petistas que contribuíram para a ascensão de uma fração das classes populares, em que a autora, a partir de Jessé de Souza, chama de ralé.

Os batalhadores ascéticos, Segundo Alves (2022) são caracterizados pela ascensão pelo trabalho duro, voltados para a família, evitam gastar por prazer ou lazer e consomem para expressar dignidade material. Os batalhadores empreendedores buscam ascender por meio do seu próprio negócio, possuem disposições de autossuperação, consomem para construir boa imagem do seu empreendimento, e, embora predomine a orientação ascética, costumam consumir com lazer e esfera doméstica, como casa própria e carro. Os batalhadores hedonistas caracterizam-se por uma disposição ao consumo de bens direcionados ao prazer individual, mas também possuem disposições ascéticas, desde que o seu consumo seja voltado para a satisfação pessoal e como uma recompensa pelo trabalho duro. No caso dos batalhadores culturais, são aqueles que ascenderam aproveitando a oportunidade de estudos, ensino superior e que acumularam capital cultural, conquistando os melhores empregos, mas que também possuem disposições ascéticas para ascender nos estudos e trabalho. Desta forma, é possível observar manipulações entre as disposições hedonistas e ascéticas.

O trabalho parece possibilitar as condições materiais e simbólicas para a maior inserção dos membros das classes populares na cultura de consumo, favorecendo o ajuste entre seus desejos de consumo, aos quais os membros dessas classes estão cada vez mais expostos, e os valores e disposições ascéticas constitutivas do ethos do trabalho duro. Portanto, mesmo a orientação hedonista encontrada entre os batalhadores permanece marcada, em boa medida, pelo ascetismo. Além dos ajustes com relação aos valores constitutivos do ethos, outras variáveis se mostraram fundamentais na orientação das práticas de consumo das frações ascensionais das classes populares, tais como o volume e estrutura de capital, a trajetória social — entendida de maneira ampla como os diversos processos de socialização que atravessam os indivíduos —, a origem social, marcada por uma maior ou menor

distância com relação ao mundo das necessidades materiais, a idade, o gênero, a posição no seio da família, ocupação, além do momento específico no ciclo de vida e no ciclo de desenvolvimento da unidade doméstica (ALVES, 2022, p. 452).

A partir destas colocações, é possível concluir que os batalhadores são caracterizados por combinações complexas de elementos ascéticos e hedonistas, onde o consumo de bens e serviços tem a função de autoafirmação, em que os indivíduos exprimem a sua nova posição social e se distanciam do passado, marcado pela privação material e estigma da pobreza. Os batalhadores ascéticos adotam as novas práticas de consumo, justificadas pelo conforto e constituição familiar do ambiente doméstico, sempre em acordo com o ethos do trabalho duro. Os batalhadores com inclinações hedonistas no estilo de vida, em busca de satisfação e prazer individual, por meio do consumo de bens, também são tensionados com os compromissos familiares. Os batalhadores de orientação mais hedonista assumem tal comportamento desde que justificado como uma recompensa pelo trabalho duro, bem como aponta Alves (2022).

Visto isso, as classes populares ascensionais costumam incorporar o ethos do trabalho duro para justificar a sua aquisição de bens e serviços e obterem reconhecimento social, bem como afastar o estigma da pobreza. Nesse aspecto, a ascensão e a aquisição de bens de consumo e serviços não se equivale ao mesmo sentido de consumo da classe média, devido à trajetória de luta dos batalhadores. Nesse sentido, o que importa aqui, é a compreensão das variações entre estilos de vida, gostos, valores, comportamentos e práticas das classes populares para implementação de políticas distributivas.

Rocha e Visser (2022) aponta para as dinâmicas das práticas econômicas em diferentes classes sociais que para o autor não são orientadas sempre por uma racionalidade econômica, mas por uma constelação relacional de elementos combináveis, como, por exemplo, o caráter associativo e coletivo que as práticas econômicas podem ter. Desta forma, o autor estabelece cinco eixos e análises das práticas econômicas importantes para esta pesquisa: Estrutura de Renda; Diferenciação de Domínios Práticos; Tipo de Prospecção; Institucionalização das Práticas; Autonomia Decisória. Estes eixos se voltam sobre estabilidade e segurança da renda, diferenciação entre salários para despesas fixas e correntes, referência de ordenação temporal das práticas econômicas, vínculo entre práticas econômicas e instituições e restrições para decisões com o capital econômico.

Nesse sentido, a estrutura de renda refere-se à organização e distribuição da renda das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. A pesquisa analisa como a transferência de

renda do programa afeta a estrutura financeira das famílias, considerando a estabilidade e segurança proporcionadas pela renda adicional. A diferenciação de domínios práticos diz respeito à distinção entre diferentes áreas ou categorias de gastos e despesas das famílias. A pesquisa examina como as famílias beneficiárias do PBF diferenciam suas práticas econômicas em termos de prioridades de gastos, como despesas fixas versus despesas correntes.

Tipo de prospecção para compreender a forma como as famílias beneficiárias planejam e projetam suas despesas e investimentos futuros. A pesquisa investiga como a estabilidade da renda proporcionada pelo PBF influencia a capacidade das famílias de planejar a longo prazo e prospectar suas necessidades financeiras. A institucionalização das práticas se refere a relação entre as práticas econômicas das famílias e as instituições sociais e econômicas. A pesquisa analisa como as práticas econômicas e gastos das famílias beneficiárias do PBF são influenciadas e moldadas por instituições externas, como políticas públicas e programas sociais. E autonomia decisória que diz respeito à capacidade das famílias de tomar decisões autônomas em relação às suas práticas econômicas. A pesquisa investiga em que medida as famílias beneficiárias do PBF têm autonomia para decidir sobre seus gastos e investimentos, considerando fatores como capital econômico e restrições institucionais.

Esses conceitos são fundamentais para pensar os beneficiários do Programa Bolsa Família, ao permitirem uma análise aprofundada das práticas econômicas, compreensão do papel do programa, planejamento e prospecção financeira, além de promover a autonomia e o empoderamento das famílias em situação de vulnerabilidade econômica. Esses conceitos são essenciais para compreender as dinâmicas financeiras das famílias beneficiárias e identificar estratégias para melhorar sua condição de vida.

4. CAPÍTULO 4 - PRÁTICAS ECONÔMICAS DOS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA NO CRAS JARDIM CARIOCA, GUARUS:

Em uma breve contextualização, será apresentado uma modéstia introdução histórica da formação de cidade de Campos dos Goytacazes, passando pela fundação, urbanização e planejamento urbano e um perfil socioeconômico para explicitar processos de segregação, exclusão e desigualdades. Na seção seguinte, será justificada a escolha do subdistrito conhecido popularmente como Guarus, bem como apresentação das disposições do bairro juntamente com alguns dados sobre a população. Por fim, será justificada a escolha do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no bairro do Jardim Carioca, localizado no subdistrito de Guarus, assim como dados do perfil socioeconômico dos cadastrados no CRAS.

Desde o século XVIII, a cidade de Campos dos Goytacazes é inserida na economia do país, expressivamente, como uma forte produtora de cana-de-açúcar, atingindo o seu auge na virada do século XIX e sendo referência no desenvolvimento econômico nacional (Leandro, 2016, p. 39). Já no século XX, sofreu com o impacto da crise de 29 e foi perdendo espaço para a produção mais modernizada e eficiente em São Paulo. Conseqüentemente, ocorre o declínio da produção da cana-de-açúcar e a ascensão do setor petrolífero na região Norte fluminense e posteriormente o Porto (Piquet; Tavares; Pessoa, 2017, p. 139). Com todo esse histórico de potencial econômico na região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes vem apresentando um crescimento da extrema pobreza. Inclusive, conforme dados do CadÚnico, em Campos do Goytacazes, o número de extremamente pobres é ascendente desde 2017, antes da Pandemia, até 2020, quando apresenta um número maior que os anos anteriores (Almeida, 2021, p. 337).

Isso pode ser explicado em alguma medida, segundo Almeida (2017), no processo de formação e desqualificação do trabalhador braçal em Campos dos Goytacazes, que foi influenciado por diversas transformações no complexo agroindustrial do açúcar e do álcool. Nesse contexto, a mecanização da lavoura e as mudanças nas relações de trabalho levaram a um movimento migratório significativo dos trabalhadores rurais para as áreas urbanas, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. Essa migração foi intensificada pela redução das atividades de colonato e parceria, pela perda da moradia e pelo aumento das relações assalariadas. Com a mecanização da lavoura, houve uma desqualificação do trabalhador da lavoura de cana-de-açúcar, que antes exercia funções mais especializadas e agora se via obrigado a buscar emprego em outras áreas, muitas vezes com baixa qualificação e salários precários.

Ainda segundo a autora, essas mudanças estruturais no mercado de trabalho contribuíram para a formação de um contingente de trabalhadores braçais com pouca qualificação profissional, baixa escolaridade e inserção precária no mercado de trabalho local. Esses trabalhadores acabaram sendo relegados a empregos informais, sem carteira assinada e sem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, perpetuando um padrão de desigualdade e exclusão social na região. Portanto, o processo de formação e desqualificação do trabalhador braçal em Campos dos Goytacazes foi resultado das transformações no setor agroindustrial, que impactaram negativamente a qualificação e as condições de trabalho desses profissionais, levando a uma inserção precária e vulnerável no mercado de trabalho local. Essas pessoas com baixa qualificação em situação de vulnerabilidade social são os principais alvos do Programa Bolsa Família.

Conforme (Almeida, 2021, p. 337), o número dos extremamente pobres vem crescendo, antes da pandemia, até 2020, quando apresenta um número maior que os anos anteriores, de 30.572 famílias em 2017 para 89.735 famílias em 2020. A partir de dados do CECAD2 2023, 70.899 famílias estão em situação de extrema pobreza no município. De acordo com Plano Municipal de Assistência Social 2022 -2025 de Campos dos Goytacazes, em 2021 a maioria das pessoas cadastradas no CadÚnico são de mulheres e pessoas negras, o que corrobora com levantamentos sobre dados, raça e gênero em serviços de Assistência Social

No último censo demográfico de 2022, a população da cidade é de 483.540 habitantes. Conforme os dados do Perfil de Campos dos Goytacazes (2018, p. 48-65), no que diz respeito a renda em 2010, 26,34% das famílias com renda per capita inferior a meio salário-mínimo, 29,77% possuem renda de meio salário até um salário-mínimo e 19,98% possuem renda per capita entre um e dois salários-mínimos. O perfil racial da cidade, de acordo com levantamento do IBGE (2010), é de 37,08% de pardos e 14,50% de pretos. A população branca representa 47,73%, sendo 0,59% amarela, 0,05% indígena e 0,04% sem declaração. Conforme o Plano Municipal de assistência social Campos dos Goytacazes (2022–2025, 2022, p.48), o levantamento do Cadastro Único do município indica 72.383 famílias e 187.900 pessoas cadastradas, isso representa 38,86% da população situação de vulnerabilidade socioeconômica cadastradas.

Tendo em visto o histórico e contexto socioeconômico da cidade, além do Programa Bolsa Família, existiu outro programa transferência de renda chamado Cheque Cidadão, que segundo Silva (2008) foi um programa que surgiu no estado do Rio de Janeiro em 1999, mas que teve seu foco no município de Campos dos Goytacazes. Implantado em Campos em 1º de maio de 2009 Rego (2017), o Programa Cheque Cidadão substituiu o Programa Vale Alimentação, instituído em setembro de 2004. O Cheque Cidadão se estende às famílias que residem em Campos há pelo menos dois anos, cuja renda familiar não ultrapasse a metade de um salário-mínimo e inscritos no Cadastro Nacional de Programas Sociais (CadÚnico), recebendo mensalmente uma quantia de 200 reais destinada ao atendimento de suas necessidades alimentares diárias. Nesse período, em 2009 a prefeita era Rosinha Garotinho.

Mais tarde, segundo uma matéria publicada no site da prefeitura, em maio 2022, foi criado e implementado o Cartão Goytacá na gestão municipal de Campos dos Goytacazes de

² https://cecad.cidadania.gov.br/painel01.php?p_ibge=33&mu_ibge=3301009#

Wladimir Garotinho, filho da antiga prefeita Rosinha Garotinho³. O cartão Goytacá se enquadra como um programa de transferência de renda e com o mesmo valor do cheque cidadão, R\$ 200,00 voltado para pessoa em situação de vulnerabilidade social e cadastrada no CadÚnico, cujo objetivo é o alívio da pobreza e extrema pobreza, bem como a fome.

Com base nas informações fornecidas no documento "TERMO DE REFERÊNCIA - CARTÃO GOITACÁ 2022", foi possível identificar que o programa "Cartão Goitacá" é um programa de transferência de renda implementado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social de Campos dos Goytacazes, com o objetivo de proteger e assistir famílias em situação de extrema pobreza no município. O programa visa estimular a economia local ao restringir o uso dos créditos aos estabelecimentos comerciais sediados em Campos dos Goytacazes, contribuindo para o fortalecimento do comércio e o apoio às famílias mais vulneráveis, especialmente afetadas pela crise econômica e pela pandemia de COVID-19. Para se qualificar para o programa, os beneficiários devem atender a critérios específicos, como estar inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais, ter renda per capita mensal de até R\$178, ser residentes do município há pelo menos 3 anos e preferencialmente não estar inseridos em outros programas de transferência de renda. A territorialização do acesso ao programa leva em consideração os diagnósticos produzidos pela Vigilância Socioassistencial, visando atender às famílias mais vulneráveis e em risco social.

O "Cartão Goitacá" estabelece critérios específicos para a utilização do cartão, como a compra exclusiva de gêneros alimentícios nos estabelecimentos credenciados, a personalização do cartão com nome do usuário e dados específicos, a necessidade de uma senha pessoal e intransferível para validação das transações eletrônicas, e a entrega dos cartões no prazo de 5 dias úteis após a disponibilização da lista de beneficiários. Essas condições e limitações visam garantir o uso adequado do cartão, protegendo os beneficiários e promovendo o desenvolvimento econômico local, ao mesmo tempo em que estabelecem obrigações e responsabilidades tanto para a contratada quanto para a contratante, visando a efetividade e transparência na execução do programa.

Além disso, o programa "Cartão Goitacá" prevê a utilização de um aplicativo para os usuários, disponível nos sistemas operacionais iOS e Android, com diversas funcionalidades para facilitar o acesso e a utilização dos benefícios. O aplicativo permite aos usuários

³ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=86428

pesquisarem os itens da cesta básica, consultar valores mínimos e máximos, visualizar marcas disponíveis e verificar o ranking de preços dos itens. Os beneficiários também podem acessar informações sobre os estabelecimentos credenciados, incluindo nome, endereço e horário de funcionamento, além de terem controle sobre o saldo e as transações realizadas. Essas medidas visam garantir uma experiência mais transparente, eficiente e acessível para os usuários do "Cartão Goitacá", contribuindo para o sucesso e impacto positivo do programa na comunidade local. Nesse sentido, diferentemente do PBF o Cartão Goytacá estabelece limites sobre o que se pode comprar e onde, neste caso, apenas alimentos em comércios locais que são cadastrados a essa política.

4.1 A escolha do subdistrito de Guarus:

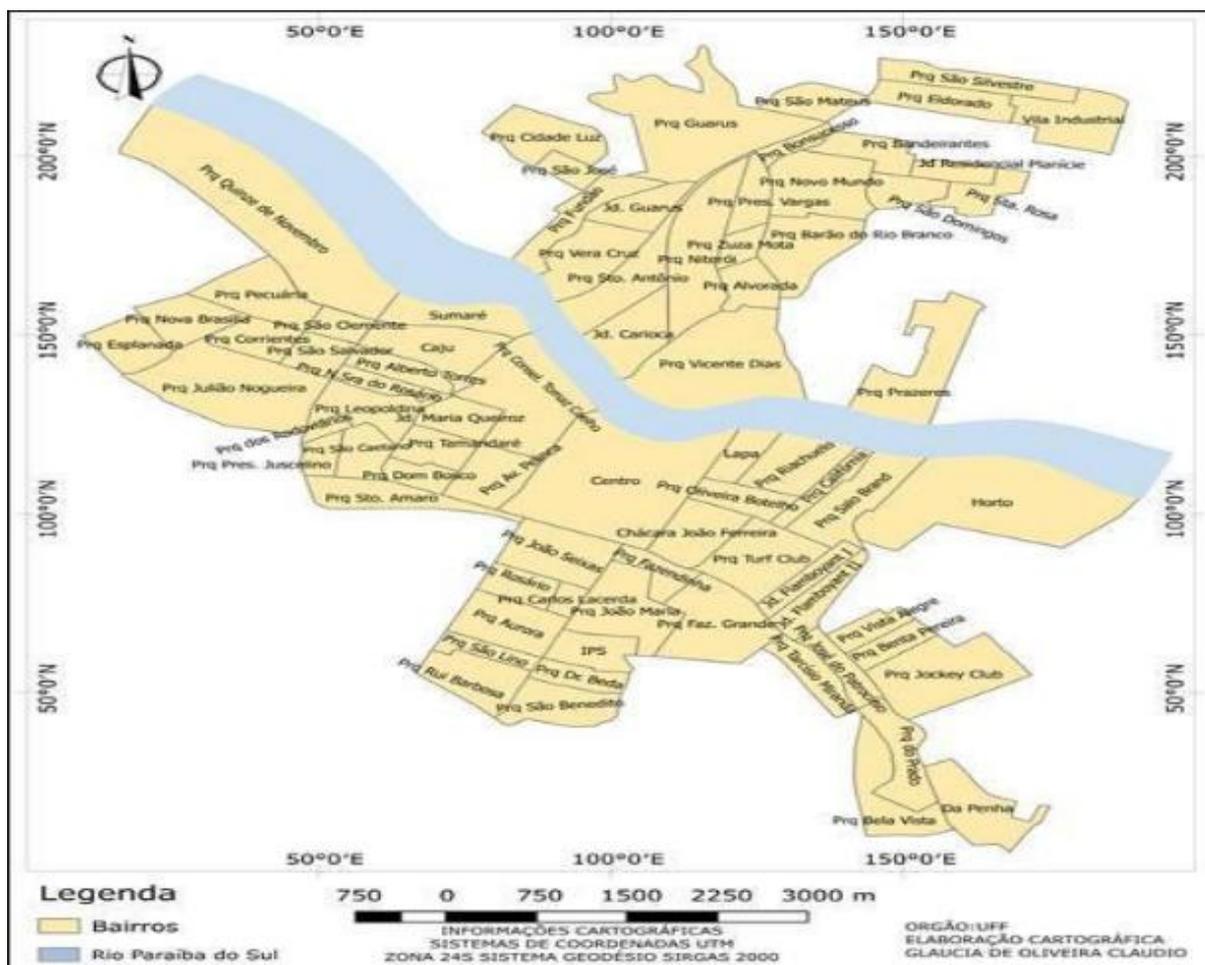
O núcleo urbano da cidade de Campos dos Goytacazes foi iniciado na margem direita do Rio Paraíba do Sul com a construção da catedral e da praça de São Salvador, construídas em frente ao rio (Alvarenga, 2020). Segundo Aliprandi (2017), a vila de São Salvador foi elevada a cidade de Campos dos Goytacazes em 1835. No ano de 1854, foi permitida a construção da nova igreja Matriz de Santo Antônio dos Guarulhos, do lado esquerdo do Rio Paraíba do Sul, onde se tornou a região que hoje é conhecida como Guarus. Em 1877, é construída a ponte de forro que liga os dois lados do rio na cidade. No entanto, Alvarenga (2020) destaca que, apesar da construção de outras pontes e do consequente aumento das relações entre as regiões, nas margens do rio ocorre um processo de segregação.

Alvarenga (2020) expõe como a construção da cidade, desde o seu planejamento urbanístico, em 1902, por Saturnino de Brito, tinha um projeto higienista. Nesse projeto, o centro ao lado direito do rio teve melhoramento das ruas e da drenagem da área alagada. Por sua vez, desencadeou no aumento do custo de vida e, conseqüentemente, da migração das pessoas de baixa renda, população negra de ex-escravos para áreas em que eles pudessem pagar, sendo essas, geralmente, de baixa infraestrutura. No ano de 1940, foi a vez do plano urbanístico de Salo Brand, que apesar de ter contemplado o subdistrito de Guarus, não foi implementado em sua totalidade. Desta forma, ainda conforme a autora, ao longo do tempo, as políticas urbanas em Campos dos Goytacazes foram importantes ferramentas no processo de segregação social espacial, de renda e de raça entre os distritos, subdistritos e bairros.

Entretanto, com base no censo de 2010, o Subdistrito de Guarus possui a maior concentração de famílias pobres e extremamente pobres do território, e, em 2021, essa

concentração permanece alta (Plano Municipal De Assistência Social De Campos Dos Goytacazes, 2022-2025). Além disso, Alvarenga (2020) aponta que, ao longo da sua formação, o subdistrito de Guarus sofre com uma segregação social, espacial, de classes e raça, onde a sua população conta com uma expressiva concentração de pessoas negras e de baixa renda. Desta forma, como meu objetivo é articular as discussões sobre as desigualdades e as práticas econômicas dos beneficiários de políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família e mais recente o Cartão Goytacá, o subdistrito de Guarus se torna um bom local relevante para investigações sobre as desigualdades, uma vez que, historicamente, é uma localidade que concentra pessoas vivendo em vulnerabilidade social. A Figura 1, que apresenta o mapa da cidade de Campos dos Goytacazes com a divisão dos principais bairros, ajuda a ilustrar a discussão desenvolvida nesta seção.

Figura 1 - Mapa dos Bairros em Campos dos Goytacazes



Fonte: CLAUDIO, G. O.; SANTOS, L. B. Os espaços da exclusão social na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ. Revista Cerrados (UNIMONTES), v. 17, p. 66-95, 2019

Conforme Cláudio, Santos (2019) e Alvarenga (2020), o subdistrito 3, popularmente chamado de Guarus, conta com 25 bairros. Segundo o levantamento do IBGE em 2010, são eles: Parque Jardim Carioca, Parque Vicente Gonçalves Dias, Parque Prazeres, Parque Santo Antônio, Parque Niterói, Parque São José, Parque Cidade Luz, Parque Alvorada, Parque Barão do Rio Branco, Parque Bonsucesso, Parque Alvorada, Parque Presidente Vargas, Parque Vera Cruz, Parque Novo Mundo, Parque Zuzá Mota, Parque Guarus, Parque Santa Rosa, Parque Jardim Residencial Planície, Parque Bandeirantes, Parque São Mateus, Parque Fundão, Parque São Domingos, Parque Eldorado, Parque Vila Industrial, Parque São Silvestre. Ademais, existem bairros que se formaram posteriormente a esse levantamento do IBGE, a saber: “Parque Aldeia, Residencial da Lapa I e II, Novo Eldorado, Codin, Terra Prometida, Parque Pomares, Jardim Boa Vista, Parque Aeroporto e Parque São Jorge (Alvarenga, 2020, p.96)”.

De todo modo, importa salientar que embora o subdistrito Guarus sofra com um olhar

estigmatizado pela pobreza não pode ser resumido a uma territorialidade de pessoas vulnerabilizadas e vitimizadas pelos processos históricos, sociais, políticos e econômicos. Dessa forma, Almeida (2017) fala sobre os catadores de lixo do bairro da Codin, situados na localidade de Guarus, composta por outros bairros já mencionados. A autora aponta que a condição socioeconômica desses catadores é fruto da espoliação urbana e dos processos econômicos que implicaram na desqualificação de mão de obra e vulnerabilização social. No entanto, os catadores de recicláveis, assim como outros grupos sociais afetados pelo processo de “acumulação por espoliação”, têm protagonizado diversas formas de resistência diante das condições adversas impostas pela segregação socioespacial e pela violação de direitos fundamentais.

Além disso, segundo Assis (2021), em seu estudo sobre Guarus em Campos dos Goytacazes, a condição ambígua do bairro é evidenciada pela dualidade de representações sociais. Por um lado, Guarus é estigmatizado e associado a grupos socialmente desqualificados, como favelados, desempregados e subempregados. Essa visão negativa é reforçada por estereótipos e preconceitos presentes tanto no senso comum quanto na mídia local. Por outro lado, o bairro também é descrito como um local que abriga uma expressiva parcela da classe média campista, principalmente no bairro do Jardim Carioca, indicando uma diversidade socioeconômica e cultural dentro de Guarus. Essa ambiguidade na percepção do bairro reflete as complexidades das relações sociais e das representações construídas em torno de Guarus. Muito embora essa ambiguidade não seja o foco desta pesquisa, importa ser delineada quando se trata de contextualização.

4.2 A escolha do CRAS no Jardim Carioca:

O bairro Jardim Carioca tem origem na década de 40 e está localizado no subdistrito de Guarus, na margem esquerda e separado da área central da cidade pelo Rio Paraíba do Sul. Trata-se de um local de planície de inundação e a sua urbanização decorre do êxodo rural. Desta maneira, cresce desordenadamente e sem planejamento urbano e investimento por parte do poder municipal. Com isso, o perfil socioeconômico, que se conforma no bairro, é de uma população de baixa remuneração e poucos recursos de infraestrutura urbana, sofrendo com ruas pequenas, inundações e insalubridades, principalmente, no início do século XX. Com a aceleração do processo de urbanização e do crescimento da especulação imobiliária nos anos 80, ocorre um aumento no fluxo de automóveis. Sendo assim, foram direcionadas obras para o asfaltamento das ruas e calçamento das calçadas, medidas que não foram suficientes para

resolver os problemas do bairro e que implicam, diretamente, nas condições de vida dos seus moradores (De Souza, 2008, p. 79 - 90). Segundo dados do Plano Municipal de Assistência Social de Campos dos Goytacazes (2022-2025), o Jardim Carioca engloba outras 14 localidades, com:

uma extensão territorial de 19 km². Compreende as localidades de: Parque Alvorada, Jardim Carioca, Parque Niterói, Parque Prazeres, Parque Presidente Vargas, Parque residencial da Lapa II, Parque Santo Antônio, Parque São Jorge, Parque Vicente Gonçalves Dias, Residencial da Lapa I, Residencial Santa Rita, Residencial Vila Alice, Zuza Mota e Parque Calabouço (Plano Municipal de Assistência Social de Campos dos Goytacazes 2022-2025, 2022, p. 91).

Em dados do Plano Municipal de Assistência Social de Campos dos Goytacazes 2022-2025, p. 91-95 referente ao perfil dos cadastrados no CadÚnico e vinculados ao território do Jardim Carioca, no ano de 2021, os dados revelam 5.691 famílias e 13.965 pessoas. Sendo 58,1% das pessoas cadastradas do gênero feminino e 41,88% do gênero masculino. O perfil racial mostra que 47,23% população cadastrada no CRAS do Jardim Carioca se autodeclara Parda, 33,33% Branca, 18,53% Preta, 0,87% Amarela e 0,11% Indígena. A faixa etária predominante é entre os 25 e 59 anos. No que diz respeito a renda per capita, 55,4% declararam renda de até R\$ 89,00, considerado nível de extrema pobreza, e apenas 17,6% possuíam renda per capita acima de ½ salário-mínimo, representando 8.392 beneficiários do Bolsa Família no Centro de Referência.

Embora o CRAS do Jardim Carioca não seja o que mais cresceu em números de cadastro ao longo dos últimos 3 anos e, assim como, não é o maior em número de cadastrados, é o que mais cresceu em termos de cobertura em 2021 (Plano Municipal de Assistência Social de Campos dos Goytacazes 2022-2025). Sendo assim, é possível observar que, em 2021, o CRAS do Jardim Carioca alcança uma cobertura de 4,4% de cadastrados. Enquanto o CRAS na Esplanada, em porcentagem de alcance, fica logo atrás com 3,4%, uma diferença de quase um ponto percentual. Os outros CRAS, indicados na tabela acima, alcançam uma cobertura máxima de 2,8%. Com isso o CRAS do Jardim Carioca pode se configurar como um centro de referência em expansão e funcionamento. Com isso, além de se esperar oportunidades relevantes para investigações com os beneficiários cadastrados, pode ser provável encontrar um universo de pesquisa diverso quanto ao tempo de beneficiários do PBF e contextos.

Embora o CRAS do Jardim Carioca não apresente o maior grau de vulnerabilidade dos seus cadastrados, ficando atrás do CRAS de Travessão, Ururaí, Codin, Goytacazes,

Custodópolis, Parque Guarus, Morro do Coco, Jockey, Penha e Explanada, seu grau de extrema pobreza ainda é alto (55%), pela gravidade dessa condição. No entanto, há um certo equilíbrio entre cadastrados em condições de pobreza e extrema pobreza, possibilitando uma maior heterogeneidade no que tange renda em comparação com os outros territórios. Isso pode garantir melhores chances de encontrar interlocutores distribuídos entre essa medida de pobreza, podendo apresentar diferenças nas disposições das práticas econômicas. Outro ponto que contou para escolha do CRAS no Jardim Carioca é sua localidade que faz fronteira com o centro e com bairros mais periféricos, bairros estes que compõem os territórios alcançados pelo centro de referência.

Figura 2 - Ranking de vulnerabilidades e riscos sociais das famílias e pessoas referenciadas ao Cadastro Único, por território

TERRITÓRIOS	Extrema Pobreza	Famílias Numerosas	Arranjo Monoparental de Chefia Feminina	Pessoas com Deficiência	Idosos	Crianças e Adolescentes	Pessoas com 18 anos ou mais com ausência de trabalho remunerado no último ano	Pessoas com 25 anos ou mais que possuem apenas o Ensino Fundamental	Pessoas que trabalharam no último ano no trabalho informal	Total
TRAVESSÃO	71%	27%	24%	8%	9%	40%	80%	76%	81%	418%
URURAI	73%	26%	27%	5%	9%	41%	77%	72%	86%	417%
CODIN	76%	27%	28%	7%	7%	42%	74%	70%	85%	417%
GOITACAZES	67%	24%	22%	8%	12%	36%	72%	70%	89%	402%
CUSTODOPOLIS	74%	26%	23%	6%	9%	39%	72%	64%	84%	397%
PARQUE GUARUS	72%	23%	24%	7%	11%	37%	83%	64%	72%	393%
MORRO DO COCO	66%	20%	19%	8%	14%	32%	78%	71%	80%	388%
JOCKEY	67%	24%	22%	9%	11%	38%	70%	63%	83%	386%
PENHA	63%	24%	20%	8%	13%	35%	66%	61%	85%	374%
ESPLANADA	62%	22%	19%	8%	13%	34%	76%	56%	80%	370%
JARDIM CARIOCA	55%	20%	21%	9%	13%	34%	63%	59%	87%	362%
CHATUBA	52%	21%	17%	8%	17%	32%	69%	59%	83%	357%
MATADOURO	44%	14%	14%	8%	16%	27%	79%	53%	79%	334%

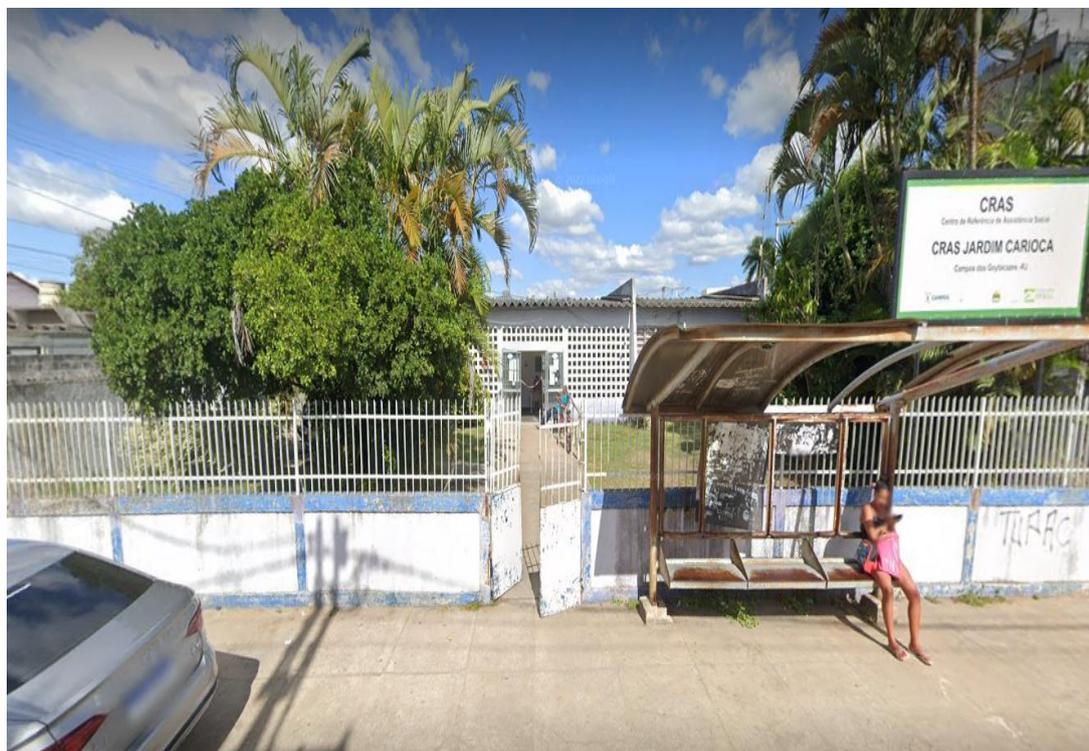
Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS, Consulta, Seleção e Extração de informações do CadÚnico (Cecad), maio de 2021.

Desta forma, O CRAS do Jardim Carioca apresenta especificidades que interessam ao desenho desta pesquisa, isso se dá devido ao histórico do bairro, quantidade e perfil dos bairros que o território do CRAS alcança, bem como, o seu recente elevado grau de cobertura e a distribuição do grau de pobreza que sugere uma possibilidade de amostra mais diversa e abrangente. Além disso, não existe nenhuma outra territorialidade, no subdistrito de Guarus, que apresenta essas condições.

4.3 Materiais e métodos — relato e análise do campo:

O campo de pesquisa foi delimitado com base nos dados do Plano Municipal de Assistência Social de Campos dos Goytacazes 2022, como já foi apresentado aqui. No dia 23 de março de 2023 em uma quinta-feira às 09:00 horas, foi realizada a primeira visita ao campo para apresentar a proposta de pesquisa. Logo ao chegar foi possível identificar o Centro de Referência, pintado com as cores branca e azul com uma placa de identificação bem visível na fachada, um muro de alvenaria com grade, que possibilita ver do lado de dentro, por isso pude ver algumas pessoas sentadas em cadeiras. O portão fica de frente para recepção e as pessoas sentadas no entorno desse caminho formam um corredor. A imagem 1 a seguir contribui para visualização da fachada do CRAS no Jardim Carioca.

Imagem 1 - CRAS do Jardim Carioca



Fonte: Google Maps

No primeiro dia, logo ao chegar, cumprimentei todas as pessoas que estavam ali esperando com um “Bom dia”, na recepção a proposta de pesquisa foi apresentada, e também foi perguntado sobre a possibilidade de um horário para conversar com a coordenação. Em resposta, foi informado que aquele não era o dia da coordenadora estar lá, mas que eu poderia voltar na segunda-feira ou na quarta-feira pela manhã, os dias da coordenadora atuar no CRAS. Na segunda-feira, dia 26 de março, por volta das 09:00 horas, chegava mais uma vez ao CRAS. Ao chegar na recepção e me apresentar novamente, foi dito por uma funcionária que a coordenadora tinha saído uns 5 minutos atrás, e me pediram para deixar meu número que ela entraria em contato comigo. Deixei o número, agradei e guardei umas 3 semanas, porém, não houve resposta. No dia 27 de abril, de volta ao CRAS, pela parte da manhã, quando perguntado sobre a possibilidade de falar com coordenadora, uma funcionária respondeu que a coordenadora deixara o cargo no dia anterior e que seria preciso aguardar até que outra

coordenadora fosse selecionada. Quando indagado sobre alguma previsão para quando outra coordenadora poderia assumir, ela respondeu não saber, bem como, disse não saber quem poderia responder pela coordenação nesses casos. Ela disse não saber ao certo, mas disse que, neste caso, só a coordenadora do CRAS poderia autorizar a pesquisa e que, por enquanto, deveria aguardar.

Posteriormente, procurando mais informações com pessoas que trabalham na área da assistência social no município, a fim de descobrir como prosseguir com a pesquisa e com quem poderia falar, consegui alguns contatos. No dia 12 de maio uma das pessoas com quem falei passou o número de quem poderia responder no período em que estava sem coordenação, no entanto, não houve resposta deste contato. Em 15 de junho, uma das pessoas consultadas, indicou o e-mail da Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social — SMDHS para que pudesse fazer uma solicitação formal. No mesmo dia, foi enviado um e-mail com as devidas apresentações, em anexo, um documento com o resumo da proposta de pesquisa assinado pelo orientador, e, pelo Laboratório de Gestão e Políticas Públicas — LGPP da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro — UENF. Após 4 dias, em 19 de junho, o e-mail foi respondido com 2 arquivos anexos, um ofício de solicitação para um detalhamento formal da pesquisa e um termo de compromisso de utilização dos dados coletados. No dia 22 de junho, foram enviados os documentos preenchidos e no dia 25 de junho a Vigilância Socioassistencial da SMDHS mandou um novo e-mail solicitando o envio do termo de ciência e concordância que será disponibilizado aos participantes da pesquisa.

No dia 3 de julho o modelo do termo de ciência e consentimento foi enviado, e no dia 6 julho foi informado que a solicitação para iniciar a pesquisa no CRAS estava sendo encaminhada para o Jurídico da SMDHS. Após algum tempo e nenhuma resposta, dia 15 de agosto, em mais uma ida ao CRAS do Jardim Carioca, na expectativa de encontrar e falar com alguém que pudesse ajudar, fui orientado a procurar outra unidade pública de assistência social. Ao conversar com uma funcionária, foi informado que ainda estava sem uma pessoa responsável pela coordenação. Dito isso, quando perguntado onde e com quem poderia falar, a funcionária me indicou ir à Gestão do Cadastro Único para tentar falar com alguém. Ainda no mesmo dia, chegando à Gestão do Cadastro Único, a proposta de pesquisa foi resumidamente explicada. A funcionária responde que a autorização não se consegue lá, e que essa pesquisa não seria possível, uma vez que os dados são sigilosos, além de que o ano seguinte será de eleições municipais. Não retruquei, mas disse que precisava falar com algum responsável pelo CRAS do Jardim Carioca, então, a recepcionista me indicou ir a SMDHS, pois segundo ela,

seria provável falar com algum responsável pelo Centro de Referência lá.

Na SMDHS, foi explicado novamente a proposta da pesquisa, a funcionária fez ligações para se orientar para onde encaminhar e disse para ir à sala da Diretoria de Proteção Social Especial, onde foi brevemente apresentada a proposta de pesquisa. Uma das funcionárias pegou o meu número dizendo que entraria em contato assim que verificasse o procedimento para este caso. Na saída, a funcionária, que orientou aonde ir, perguntou como foi, disse que pegaram meu número, mas que já havia deixado o número outra vez e não retornaram. A funcionária olhou para mim, pegou o celular, abriu um número de contato, colocou o celular no balcão para que eu pudesse ver e me deu uma caneta e papel para que eu pudesse anotar. Nesse momento, ela me olhou e disse algo do tipo: “eu não te passei nada, mas acho que esse contato pode te ajudar” e indicou mandar a mensagem após horário do almoço, assim foi feito, mas não houve retorno.

No dia 17 de agosto outro e-mail foi enviado para o endereço da vigilância perguntando sobre um retorno da solicitação que havia feito, dia 21 de agosto a resposta foi de que era preciso aguardar a resposta da Diretoria de Proteção Social Básica, responsável pelos CRAS. Neste período, ao relatar a dificuldade de acesso ao campo de pesquisa para um familiar, ele perguntou se poderia tentar falar com um vereador que conhece, e eu disse que sim, inclusive a essa altura, sinalizei que poderia ser o acesso a qualquer CRAS.

No dia 22 de agosto, esse familiar enviou via *WhatsApp*, por indicação do vereador a quem ele se propôs a falar, o contato do vice-presidente da Fundação Municipal da Infância de Juventude — FMIJ, para que eu pudesse falar com ele sobre o acesso ao campo de pesquisa. Nesse sentido, foi enviada uma mensagem pelo *WhatsApp*, apresentando a proposta de pesquisa, também foi explicado que o vereador passou o contato dele, não muito depois o Vice-Secretário me liga. Durante a ligação ele perguntou sobre a pesquisa, dessa vez a pesquisa foi apresentada em ligação, e ele respondeu dizendo que os dados sobre os beneficiários são sigilosos, o acesso é restrito e que não tinha certeza sobre a viabilidade da pesquisa. Em respostas, 3 argumentos me vieram no momento, algum deles foi conversado previamente em uma orientação de pesquisa. Disse algo a respeito de que as informações coletadas são processadas a partir do rigor teórico-metodológico que serão avaliados a partir de critérios científicos e institucionais da UENF; sobre a importância da pesquisa na construção da ciência e a contribuição para o desenvolvimento social; e também, sobre a lei de acesso à informação e a dados que visam garantir a pesquisa científica, mesmo que citando superficialmente a

respeito das leis de dados. Não o bastante, disse que o orientador dessa pesquisa não entendeu a demora para conseguir acesso ao campo, pois têm experiências com pesquisas na área e disse que não costuma ser muito demorado conseguir uma resposta das propostas de pesquisa. O vice-secretário perguntou quem é o orientador, foi respondido quem é, e em seguida perguntado se ele não o conhecia, pois o orientador da pesquisa escreve para um Jornal na cidade, talvez poderia conhecer. Por fim, o vice-secretário do FMIJ pareceu concordar e disse que iria ver o que poderia ser feito.

No dia 28 de agosto foi recebido um e-mail da vigilância confirmando minha solicitação para fazer pesquisa no CRAS do Jardim Carioca com o contato da coordenadora para combinar os detalhes necessários. No dia 29 de agosto, em primeiro contato com a nova coordenadora, ela disse que foi informada sobre a pesquisa, muito solícita, informou que assumiu e começou o trabalho no CRAS no dia anterior, e marcou uma ida ao campo na semana seguinte. Na segunda-feira da semana seguinte, no dia 4 de setembro, como foi orientado pela coordenadora, pela manhã, estava lá, dessa vez, oficialmente em campo. Em conversa com a coordenadora, ela disse que os melhores dias são segundas e quarta-feira na parte da manhã, por serem os dias com mais beneficiários do PBF. Ela se demonstrou entusiasmada com a pesquisa, e também ficou combinado de sempre avisá-la antes de ir. Sempre com boa recepção por parte dos funcionários e também dos usuários do CRAS, ao chegar, cumprimentava as pessoas na fila, em seguida abordava uma pessoa por vez, explicando a pesquisa e perguntados quem poderia ajudar respondendo umas perguntas. Desta maneira, falei que estudo na UENF e seria uma pesquisa de conclusão de curso, porque acho que esse tipo de informação gera alguma empatia por reforçar a identidade do estudante. Era também informado previamente sobre assinatura do termo de consentimento, e, que seria uma entrevista com gravação por áudio para poder consultar no fazer da pesquisa. Poucas pessoas se incomodaram com a ideia de terem suas falas gravadas e ninguém se incomodou em assinar o termo, o que foi uma surpresa, pois esperava mais resistência.

Depois de todo o processo para conseguir acesso ao CRAS, oficialmente, o campo foi realizado em seis vezes, ou em seis idas, no dia 04 e dia 06 de setembro, 18 de outubro, 08 e 24 de novembro e dia 06 de dezembro. Sempre chegando na parte da manhã, por volta das 09:00 horas e voltando às vezes 12:00, 13:00 e 15:00 horas, sendo comum a realização de 3 entrevistas por dia, às vezes 2 a depender do dia e da disposição dos beneficiários. As entrevistas duraram em torno de 30 minutos, às vezes mais, às vezes menos. As falas das entrevistas aparentavam

cansaço e fadiga, pois como são 20 atendimentos por dia, os beneficiários se encaminham para o CRAS pela madrugada para conseguirem atendimento. Os relatos eram de cansaço, sono, fome e em alguns dias ocorreram desentendimentos a respeito das situações de atrasos no atendimento, como, por exemplo, no dia que a impressora deu problema e atrasou os atendimentos. Neste dia, estava muito calor, as pessoas fatigadas, reclamando, passando mal e muitos ruídos no ambiente que apareceram nas gravações dos áudios, outros dias eram mais calmos e alguns nem tanto. Durante o período em que as entrevistas foram realizadas, o CRAS passou por uma reforma com muitos ruídos de obras, com isso, houve uma mudança na imagem 1, pois o corredor de entrada foi coberto, promovendo mais sombra.

Com base no relato de campo apresentado, é possível concluir que a pesquisa realizada no CRAS do Jardim Carioca envolveu desafios significativos para obter autorização e acesso ao campo. A resistência inicial por parte de autoridades e a necessidade de contornar obstáculos burocráticos foram evidentes. No entanto, com persistência e a intervenção de terceiros possibilitaram o avanço do estudo. As observações feitas durante as visitas ao CRAS destacaram as condições de atendimento dos beneficiários, a fadiga e as dificuldades enfrentadas por eles, bem como as condições do ambiente, incluindo a reforma em andamento. Os procedimentos científicos utilizados para delimitar o campo de pesquisa envolveram a consulta a documentos oficiais e a busca por autorização junto às instâncias responsáveis. Esses aspectos ressaltam a importância da perseverança e da adaptação a desafios inesperados durante a condução de pesquisas de campo.

4.4 Análises das entrevistas:

As entrevistas foram realizadas com objetivo de compreender as relações entre a política do Programa Bolsa Família e as práticas econômicas de seus beneficiários, uma vez que existem poucos estudos que tratam do tema que se faz relevante para discutir as formas de mitigação das desigualdades sociais. Nesse sentido, a política do PBF é interpretada por uma abordagem multissistêmica inspirada em Luhmann (1997), buscando compreender os processos de inclusão e exclusão nos sistemas funcionalmente diferenciados que envolvem o Programa Bolsa Família. Busca-se também investigar as práticas econômicas de consumo dos beneficiários a partir de tipos de disposições para o consumo como em Alves (2022); estrutura de renda, tipos de prospecção, institucionalização das práticas e autonomia decisória em Visser (2022); bem como analisar as relações entre moralidade e pobreza e sobre o consumo Miller (2004) e Barbosa e Campbell (2006) e principalmente sobre o julgamento moral do consumo dos beneficiários do

PBF em Pinto (2023).

As entrevistas foram realizadas com 16 interlocutoras no CRAS do Jardim Carioca no período entre agosto e dezembro de 2023, segue um delineado do perfil das entrevistadas. Todas as entrevistadas são mulheres, isso pode ser explicado pelas mulheres serem o público-alvo da política do Programa Bolsa Família, serem maioria do beneficiário no CRAS do Jardim Carioca. Segundo Bartholo *et. all* (2019) existem críticas sobre a majoritária titularidade das mulheres no PBF, definido previamente na formulação da política. Nesse sentido, uma das críticas argumenta que esse direcionamento às mulheres contribui para responsabilizá-la pela mediação entre o Estado e a família, reforçando o papel de cuidadora. Outra crítica diz respeito sobre como as condicionalidades em saúde e educação podem gerar mais responsabilidade e consequentemente mais sobrecarga no cotidiano, atribuindo a mulher papéis de cuidado familiar, ganhando tarefas e responsabilidades familiares. Deste modo, por outro lado, as beneficiárias do PBF também conquistam algum poder de decisão financeira com o benefício, menor dependência em relações de violência doméstica, por exemplo. Com isso é preciso compreender e articular melhor as questões que envolvem mais responsabilização da mulher em relação a uma melhor autonomia de fato. Os poucos homens que encontrei e abordei para conseguir entrevistas não aceitaram e demonstravam-se mais desconfiados, semelhante ao que ocorreu na experiência com pesquisa realizada por (Pinto, 2023, p. 3).

O perfil racial das entrevistadas é de maioria declarada parda, ou seja, 11 entrevistadas se declararam pardas e 2 se declaram pretas, 2 autodeclaram brancas e 1 se autodeclara amarelo. Isso pode ser um reflexo do perfil racial da cidade de Campos dos Goytacazes e dos bairros alcançados. Essas informações coincidem com os dados sobre o perfil dos beneficiários do PBF como foi colocado por Matos (2021), Pinto (2022) e os dados Plano Municipal de Assistências Social de Campos dos Goytacazes 2022-2025.

O bairro em que 9 das interlocutoras moram é o Jardim Carioca, onde está pesquisa é realizada, Parque Prazeres teve 4 respostas, seguidas de 1 Usina São João, 1 Presidente Vargas e 1 Calabouço. Todas as interlocutoras têm filhos, algumas até 4 filhos, no entanto, o perfil etário representa em maioria mulheres entre 42 e 57 anos, no entanto, entre respondente de 18 a 62, contudo, muitas delas não moram com seus filhos, pois já são adultos e casados.

O perfil do nível de escolaridade indica 7 entrevistadas com Ensino Fundamental incompleto, 1 com Ensino Fundamental completo, 4 com Ensino Médio completo, 1 com Ensino Médio incompleto, 1 com Ensino Superior Completo, 1 com Ensino Superior

Incompleto e 1 sem escolaridade, porém alfabetizada. Quanto ao perfil ocupacional, declaram-se desempregadas 11 entrevistadas, 2 trabalham como faxineiras, 1 vende quentinha e 1 vende doces, papelão e latinha para complementar renda e 1 autônoma que vende salgados. (perfil ocupacional), as rendas variam entre R\$ 600,00 a R\$ 1.600,00.

A interlocutora com a maior renda, de R\$ 1.600,00, mora com 4 pessoas, dando R\$ 400,00 reais por pessoa, enquanto a interlocutora cuja renda é R\$ 1.100,00 mora sozinha. Porém, ajuda os filhos e os netos com a soma de 300,00 reais mensais das vendas de doce, papelão e latinha, mais R\$ 600,00 reais do Bolsa Família e mais R\$ 200,00 do cartão Goytacá. As outras interlocutoras que moram sozinhas têm renda mensal entre R\$ 600,00 reais e R\$ 900,00 reais, enquanto as que possuem renda um pouco maior moram entre 2 e 4 pessoas. Vale destacar que a renda total conta com o valor recebido pelo Programa Bolsa Família, Cartão Goytacá, atividades econômicas autônomas e ajuda de familiares e vizinhos. Neste ponto a ajuda de familiares e vizinhos demonstram que ocorre cooperação.

Segundo Visser (2022) a autonomia decisória visa tematizar as condições econômicas que se revertem em possibilidade ou restrições para decisões com capital econômico. Com isso, 600,00 reais para quem não tem nada ou muito pouco pode contribuir para uma melhora da autonomia decisória a respeito das questões econômicas, porém ainda assim não necessariamente significa uma grande autonomia decisória. Segue um quadro para visualização do perfil das entrevistadas, cujos nomes, vale destacar, são todos fictícios.

Quadro 1 - Perfil das Entrevistadas

Nome	Idade	Raça	Bairro	Filhos	Escolaridade	Ocupação	Renda por Unidade Familiar
1 – Denise	50	Pardo	Jardim Carioca	2	Ensino Fundamental Incompleto	Vende doce, cata papelão e latinha	1.100, mora sozinha, recebe
2 – Erica	53	Pardo	Usina São João	3	Ensino Médio completo	Desempregada	900, mora sozinha
3 – Fernanda	48	Pardo	Parque Prazeres	4	Ensino Fundamental Incompleto	Desempregada	800, mora sozinha

4 - Carolina	62	Pardo	Jardim Carioca	1	Ensino Superior incompleto	Desempregada	800, mora sozinha
5 - Ângela	32	Pardo	Jardim Carioca	3	Ensino Médio Completo	Autônomo Faz salgado, renda variável	1.300, mora em 4 pessoas
6 - Gorete	57	Pardo	Jardim Carioca	2	Ensino Fundamental Incompleto	desempregado	800,00, mora em 3 pessoas
7 - Ísis	46	Pardo	Parque Prazeres	3	Ensino Fundamental incompleto	faxina	Até 1.320, mora em 2 pessoas
8 - Lélia	18	Preto	Parque Prazeres	1	Sem escolaridade/ Alfabetizada	desempregada	16,00, mora em 3 pessoas
9 - Maria	43	Pardo	Parque Presidente Vargas	3	Ensino Médio Completo	desempregado	600,00, mora em 2 pessoas
10-Sueli	42	Branco	Jardim Carioca	1	Ensino Superior Completo	desempregada	800,00, mora em 2 pessoas
11-Beatriz	55	Pardo	Jardim Carioca	5	Ensino Fundamental Incompleto	Desempregada	840,00, mora sozinha- Cartão
12-Conceição	58	Branca	Jardim Carioca	2	Ensino Fundamental Incompleto	desempregada	600,00, mora sozinha
13-Jaqueline	45	Pardo	Parque Calabouço	3	Ensino Fundamental incompleto	faxina	900,00 mora em 4 pessoas
14-Silvia	55	Pardo	Jardim Carioca	3	Ensino Fundamental Completo	Vende quentinha	1,600,00, mora com 4 pessoas
15-Sula	32	Preto	Parque Prazeres	2	Ensino Médio Incompleto	desempregada	1,300,00, mora em 3 pessoas
16 -Marlene	38	Amarelo	Jardim Carioca	1	Ensino Médio completo	desempregada	1.000.00, mora em 2 pessoas

Fonte: Autoria Própria

Quanto à conta entre a renda e as despesas, ao menos 5 entrevistadas não souberam

dizer, ou não se sentiram à vontade para isso, e diziam que não sabem dizer ao certo quanto ficam as despesas. Dentre as 11 interlocutoras que responderam essa pergunta, deram uma estimativa notadamente fazendo uma aproximação, nenhuma pareceu ter uma resposta pronta, mesmo que todo mês precise lidar com as contas. Das entrevistadas que responderam, 5 declaram ter as despesas maiores que a renda mensal e 6 têm as despesas menores a renda mensal. Nesse sentido, importa salientar que as respostas das interlocutoras podem ter influências do ambiente onde as entrevistas foram realizadas, no CRAS, em meio a fila para atendimento com outros usuários do centro de referência do Jardim Carioca e funcionários. Além disso, perguntas relacionadas a renda nesse contexto são sensíveis, uma vez que como aponta Marins (2014), beneficiários do PBF podem utilizar de estratégias para conseguir o benefício, como omitir rendas de parentes, além do reforço discursivo de sua vulnerabilidade socioeconômica entre outros. No entanto, mesmo assim, as respostas têm alguma margem de acerto sobre suas realidades, padrões e especificidades que podem ser relevantes.

No entanto, as interlocutoras afirmam ter as despesas menores que a renda mensal por uma diferença de até 200,00 reais, um valor facilmente gasto com necessidades domésticas. Além disso, as interlocutoras em sua maioria dizem ao longo das entrevistas que o dinheiro é contado, que não é o suficiente para as necessidades de uma família no período de um mês, que tentaram economizar com grande dificuldade e algumas nem conseguiram. Por isso, pode ser que além das interlocutoras não se sentirem confortáveis para falar das suas rendas e despesas, elas tenham poucas experiências e talvez dificuldade nesse tipo de gestão financeira doméstica. Por isso, pode-se compreender que a autonomia decisória promovida pelo PBF ocorre parcialmente.

O valor recebido pelo Programa Bolsa Família entre as interlocutoras é de 600,00 reais em média, no entanto, algumas delas recebem quantias superiores ou inferiores a essa média. Com isso, segundo Junior (2024), foi disponibilizado um empréstimo consignado para beneficiários do Programa Auxílio Brasil, desse modo, uma das interlocutoras diz receber 440,00 reais, descontado o valor das parcelas do empréstimo que solicitou. Ainda segundo o autor, além da possibilidade de endividamentos, as parcelas podem comprometer parte da renda. As interlocutoras que declaram receber até 750,00 reais, dizem que recebem 50,00 reais a mais por filho menor de idade.

Quanto às condições de saneamento, todas as interlocutoras têm água encanada, 15 têm acesso a esgotamento, quanto ao acesso à água para consumo 5 dizem utilizar água da torneira, 6 filtrada, 1 sem tratamento e 2 fervida. Nesse sentido, é possível aglutinar as pessoas que

consomem água da torneira, fervida e sem tratamento como práticas não ideais, totalizando 7 respostas. Vale destacar que água sem tratamento compõe segundo Chacon (2013) um dos critérios de insegurança alimentar.

Deste modo, vale reforçar que na cidade de Campos dos Goytacazes, existe o cartão Goytacá, um programa de transferência de renda do município no valor de R\$ 200,00 reais e com objetivo de amenização da pobreza e extrema pobreza e outras formas de privação das famílias. Cabe salientar aqui, que 10 das interlocutoras têm o Cartão e 6 não têm o Cartão Goytacá. Das 10 interlocutoras que são beneficiárias do Programa Bolsa Família e do também do Cartão Goytacá, 9 delas sentem olhares de menosprezo a respeito de sua condição como beneficiárias e vigília sobre seus gastos.

Por outro lado, uma delas declara não passar por esse tipo de situação e que não sente menosprezo ou vigiada. Dos 6 interlocutores que recebem apenas o Programa Bolsa Família, duas relatam passar por essa experiência de menosprezo e vigia por suas condições de beneficiárias, enquanto 5 delas dizem que não passam por isso. Essas proporções citadas acima, provavelmente se devem ao fato que diferentemente do Programa Bolsa Família, o Cartão Goytacá não cai em uma conta bancária onde o beneficiário pode fazer as transações sem evidenciar a origem do dinheiro. Pelo contrário, o valor só pode ser usado utilizando o Cartão Goytacá, tornando mais evidente quem é beneficiário.

O perfil de tempo de recebimento do Programa Bolsa Família varia entre 4 meses e até 19 anos, sendo 8 das interlocutoras que recebem há 5 anos ou mais, e, por outro lado, 8 interlocutoras recebem a menos de 5 anos. Desta forma, apresenta-se uma diversidade de tempo de experiência como beneficiárias do Programa Bolsa Família. Todas as entrevistadas consideraram pouco relevante a mudança de nome do Programa Bolsa Família para o Auxílio Brasil e novamente de volta para o Programa Bolsa Família. Quando perguntado sobre medo de ter o benefício cortado, bloqueado ou diminuído, 15 interlocutoras responderam que sim e apenas uma pessoa respondeu não. Sobre ter o benefício de fato cortado ou bloqueado, 10 relatam que já tiveram o benefício bloqueado ou cortado e as outras 6 responderam que nunca tiveram o benefício cortado ou bloqueado.

De todo modo, mesmo as interlocutoras tendo respondido não considerar ter havido mudanças relevantes com a troca de nome da política, por vezes relataram preocupação com mudanças de governo e possuem preferências por um dos programas. Isso se baseia nas falas das entrevistadas quando perguntado: “O que achou da mudança de nome do Programa Bolsa

Família para o Programa Auxílio Brasil e de volta para o Programa Bolsa Família?”, desta forma, questões do jogo político aparecem recorrentemente como uma fonte preocupação entre as entrevistadas.

Inicialmente foi perguntado sobre a percepção das entrevistadas a respeito das mudanças de nome do Bolsa Família, para Auxílio Brasil e de volta para Bolsa Família a fim de captar se as mudanças de nomes que, na prática, também significam mudanças políticas têm potencial de influenciar as práticas econômicas dos beneficiários. A maioria das respostas são orientadas por falas que expressam poucas relevâncias nessa mudança de nomenclatura. Esta e algumas outras perguntas foram formuladas com objetivos de captar a relação entre a instituição e as práticas econômicas de seus beneficiários, isto é, para Visser (2022), é importante considerar a possibilidade de que vínculos institucionais podem orientar práticas econômicas, o que se diferencia das disposições econômicas.

Beatriz achou que confundiu e que se preocupou com cortes no benefício: “Confundi, né... eu mesma achei que ia parar... com essas trocas... e eu fui ficando preocupada, igual agora que estão bloqueados e cortando todo mundo. (Beatriz, 2023)”. Outra interlocutora, Carolina, diz:

“Acho uma coisa assim... desnecessária, acho que é coisa de mudança de governo, um quer dar um nome e outro que dar outro, porque manteve o mesmo jeito, a mesma quantidade e o mesmo valor. Então para mim, pessoalmente, eu acho que é só uma questão mesmo, de governante mesmo que precisa colocar o nome, que quer diferenciar do outro e sinceramente não vejo nada de positivo nem negativo, não altera nada. (Carolina, 2023)”

Erica enfatiza que o nome não muda nada, mas que o problema é ficar sem o dinheiro, trazendo para uma realidade bem objetiva: “O negócio é ficar sem o dinheiro, para a gente não muda em nada (Erica, 2023). Nesse sentido, Erica parece não se preocupar com a mudança de nome, mas que o problema seria ficar sem o dinheiro. Gorete expressa em sua fala que não se preocupou com a mudança do nome: “Para mim ficou a mesma coisa, não mudou em nada, nem me tremi na base, como não quero infartar, nem me preocupei. Se Deus achar que vais ser meu, vai ser meu (Gorete, 2023)”. Enquanto Sueli se atentou para um outro fato objetivo, a mudança do Bolsa Família para Auxílio Brasil fez com que aumentasse o valor para 600,00 reais: “Boa, aumentou né o valor, deu uma ajudada (Sueli, 2023)”

No entanto, Jaqueline expressa estranhamento com a mudança, nesse ponto a interlocutora pode estar se referindo também ao auxílio emergencial que foi acionado como medida na Pandemia: “Eu achei estranho, né? (Jaqueline, 2023)” — Pesquisador: “Por que

estranho?” — Jaqueline: “É porque o auxílio todo mundo panha, né? Todo mundo. Mesmo tendo filho, não tendo. E o Bolsa Família já era mais para quem tem filhos. (Jaqueline, 2023)”. De todo modo, as falas a respeito da mudança de nome do benefício parecem não representar uma preocupação, mas a mudança de presidente e flexibilidade de alguns critérios como ter filhos ou não.

Essa pergunta visa compreender as relações entre o PBF e as práticas econômicas dos beneficiários sobre bloqueios e cortes no benefício. As respostas obtidas foram as seguintes. Ângela responde que um dos principais motivos de ter medo de ser bloqueada foi a troca de presidente: “A troca de presidente, essas coisas assim... troca de governo, fiquei preocupada com as coisas que vão sendo faladas (Ângela, 2023)”. Aqui já é possível observar que operações políticas (Luhmann, 1997) como as eleições e a mudança de presidente estão sendo um fator de preocupação dos beneficiários recorrentemente. Beatriz se demonstra preocupada por acabar dependendo financeiramente do filho: “Já, porque agora eu não estou trabalhando, dependendo dos outros e isso me deixa bem preocupada, apesar de que é meu filho que me ajuda, mas a gente fica sem jeito né. (Beatriz, 2023)”. Carolina, por sua vez, também relata os motivos de ter esse receio:

“Claro, tive sim. Já teve várias vezes que isso foi especulado, já foi declarado em vários lugares que seria baixado, mas uma falava que ia ser um valor absurdo. Eu também não acreditava que fosse subir até aquele valor, e outros falavam que ia reduzir, eu achava muito mais provável reduzir que subir para aquele valor absurdo. (Carolina, 2023)”

Durante a entrevista, o pesquisador indaga: “E onde você ficava sabendo dessas coisas? — Carolina diz:

“Muitas pessoas falavam, até mesmo televisão, passou em órgãos, veículo de comunicação, entendeu, mas não sei também, porque acho que o povo quer fazer um pouco de ibope e chamar atenção para a reportagem. Acaba passando coisas que podem não ser a própria realidade dos fatos, né, mas que foi especulado foi. Uma hora para aumentar e outra hora para diminuir, então eu acreditava mais que diminuísse do que para aumentar. O problema é que você fica esperando com o coração não mão para saber o que vai resolver da sua vida. Porque na realidade você vê, que eu praticamente dependo do meu auxílio, porque eu tenho sorte de ter ajuda, porque eu ainda tenho ajuda do meu filho, do meu irmão, mas não é em tudo que eles podem me ajudar, entendeu? Porque eu já dou muitas despesas para eles, porque eles pagam meu aluguel, a minha conta de luz, a minha conta de água às vezes, nesse caso que quando fiquei com benefício bloqueado eles tiveram que se virar para poder pagar para mim. Mas aí eu sei que eu perturbo a vida de todo mundo, então que dizer, é chato para caramba. Eu me sinto assim, entrando na vida do povo e, por exemplo, você faz um planejamento e estou eu lá quebrando seu planejamento. Às vezes também você já está naquela estica, já fez aquele mês o que você podia, daí você faz uma dívida por minha causa, para me ajudar, então não acho legal isso, eu não gosto. E eu sempre fui muito independente, mas agora por motivos de saúde sou obrigada a segurar minha onda, eu querendo ou não.

(Carolina, 2023)”

Neste caso, Carolina relata ter ouvido em reportagens de TV, pronunciamentos dos governos e sobre uma especulação com o Programa Bolsa Família, sobre proposta de mudanças no valor, que ocorreram nos períodos mais críticos da pandemia. Destaca-se aqui, que Carolina também se preocupa em dar muitas despesas ao seu filho e seu irmão, pois como disse, costumava ser mais independente, porém a doença a fez ter que se segurar. A fala de Carolina revela que as operações políticas como trocas de governo, campanhas, promessas e especulações sobre o PBF com foco na eleição e reeleição podem contribuir para os beneficiários ficarem apreensivos com o futuro e com os gatos futuros, podendo interferir nas práticas econômicas. Com isso, é possível observar nas falas de Carolina uma expressiva falta de controle de sua vida econômica, principalmente quando ela relata ficar com o coração na mão para saber como decidir a sua vida, demonstrando preocupação com sua situação financeira. Além disso, ela atribui a sorte o fato de ter ajuda financeira do filho para complementar o benefício, embora sinta que o incomode com isso. Desta forma, o medo de perder o benefício do PBF pode representar bem uma disposição econômica de quem vive objetivamente na instabilidade econômica.

Denise, outra interlocutora, por sua vez, diz: “Sim, porque estão falando que a pessoa que tem menos de 50 anos, eles estão cortando, estão falando por aí, mas aí eu fico preocupada. (Denise, 2023)”. Erica diz o quanto depende do benefício e por isso sua preocupação em perdê-lo:

“Já muitas vezes, porque mês passado foi bloqueado, o meu e de muita gente, porque eu sou única na casa e moro sozinha, então eles dão essa desculpa, mas como a casa é cedida para mim, eu moro nela, o dono a deixa largada e eu tomo conta da casa. Aí de vez enquanto eu ficava preocupada de bloquear até que bloqueou, estou vindo aqui agora para isso, para resolver o bloqueio. Mas essa é sempre uma preocupação porque eu dependo desse valor, aí cada um fala uma coisa, e a gente fica naquela dúvida, né, se vai continuar a mesma coisa ou se vai mudar de presidente, vai diminuir o valor. (Erica, 2023)”

A partir de uma das interlocutoras, foi dito que pessoas que moram sozinhas estariam sendo cortadas do benefício. Fernanda também, como seu filho casou-se, ela ficou morando sozinha e por isso sua preocupação. Fernanda diz:

“Sim, porque você conta com ele, aí no caso se ele diminuir né! Eu fiquei com medo dele diminuir porque meus filhos casaram e fiquei só eu, e quem tá sozinha agora tá cortando. Ai me deu um certo medo, quando fui receber em agosto não tinham nada, tava bloqueado, aí me quebrou pé e mão, porque fiquei

devendo os outro, fiquei devendo aluguel. (Fernanda, 2023)”

Segundo site da secretaria de comunicação social⁴ do Governo Federal, em 2023, o Bolsa Família passou por ajustes para corrigir distorções e reduzir fraudes. Houve desinformações sobre 8,4 milhões de pessoas perdendo o benefício, quando, na verdade, 3,7 milhões tiveram seus benefícios realmente cancelados. Com busca ativa e retomada do conceito de composição familiar, o número de beneficiários subiu de 54,7 milhões para 56 milhões. As famílias bloqueadas permanecem no programa e, uma vez que resolvem a razão do bloqueio, voltam a receber o benefício, incluindo os valores não sacados durante o bloqueio. A averiguação cadastral detectou mais de 17 milhões de cadastros desatualizados ou inconsistentes. Porém, os efeitos da possibilidade de bloqueios ou cortes causam preocupações suficientes aos beneficiários, e, quando ocorre de fato, pode gerar consequências econômicas muito negativas na vida de quem o benefício é a principal fonte de renda.

Gorete diz não ter medo do benefício diminuir, mas conta que já teve o benefício bloqueado: “Diminuir não, mas já fiquei 2 meses sem receber, broquearam e nada de conseguir, mas assistente social falou que eu tenho que conseguir, que tenho doente em casa e tenho que conseguir. (Gorete, 2023)” — Pesquisador: “E como você fez quando ficou sem receber?” — Gorete: “Ficou tudo parado até voltar, eu simplesmente eu ia na padaria, avisava “não, tá tranquilo”, ia no açougue e avisava, ia na farmácia, avisava... “não menina, a gente sabe qual é a sua, a gente sabe que você paga”, então é esperar. (Gorete, 2023)”.

A análise do impacto dos cortes e bloqueios do Programa Bolsa Família na vida dos beneficiários, a partir do relato de Gorete, revela a vulnerabilização e a precariedade enfrentadas por essas famílias diante da instabilidade dos benefícios sociais. O relato de Gorete evidencia a angústia e a incerteza geradas pelo bloqueio do benefício, que resultou em dificuldades financeiras e na necessidade de fazer dívidas para suprir as necessidades básicas da família. A experiência de Gorete também destaca a dependência dessas famílias em relação ao benefício do Programa Bolsa Família e a confiança depositada na sua regularidade. O fato de Gorete contar com a compreensão e a confiança dos comerciantes locais, que permitem que ela faça compras a crédito na expectativa de receber o benefício posteriormente, ressalta a importância desse programa social como fonte de segurança e sustento para muitas famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

⁴ <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2023/3/nao-houve-cancelamento-de-8-4-milhoes-de-beneficiarios-no-bolsa-familia>

No entanto, a situação vivenciada por Gorete também aponta para os riscos e as consequências negativas dos cortes e bloqueios do benefício. A instabilidade na recepção dos recursos do Programa Bolsa Família pode gerar insegurança financeira, endividamento e dificuldades no acesso a bens e serviços essenciais. A necessidade de recorrer a estratégias de sobrevivência, como fazer dívidas e contar com a boa vontade dos comerciantes, evidencia a fragilidade da proteção social oferecida pelo programa diante de eventuais interrupções. Assim, o relato de Gorete ilustra contundentemente as repercussões dos cortes e bloqueios do Programa Bolsa Família na vida dos beneficiários, evidenciando a importância de políticas públicas consistentes e estáveis para garantir a segurança e a dignidade das famílias em situação de vulnerabilidades socioeconômicas. A necessidade de assegurar a continuidade e a regularidade dos benefícios sociais se torna fundamental para evitar a reprodução da precariedade e da exclusão social, permitindo que os beneficiários tenham condições de planejar e garantir sua subsistência de forma mais estável e segura.

A fala de Ísis marca um ponto objetivo que parece recorrente, os bloqueios: “Ah, tive, porque só tem esse benefício. (Ísis, 2023)” — Pesquisador: “Mas aí, por que você teve medo? Por que você... Qual foi o motivo? — Ísis: “Porque esse negócio está bloqueando direto, entendeu? Hoje mesmo eu vim desbloquear. (Ísis, 2023)”. É possível constatar que grande parte das entrevistadas relatam que já foram bloqueadas e a maioria delas recentemente. Isso revela, que os beneficiários têm sempre uma preocupação com a estabilidade e estrutura de sua renda, e, como relata a maioria das entrevistadas, que de fato tiveram o benefício bloqueado e a estrutura de renda muito comprometida.

Lélia relata que como pagava aluguel tinha medo de deixar de atender os critérios para pagar aluguel e parece que tem alguma condição além dos critérios: “Sim. (Lélia, 2023)” — Pesquisador: “E se sim, se você teve medo, qual foi o motivo que você achou que poderia ficar sem ele diminuir?” — Lélia: “Porque como eu já tenho minha filha, né? Ele praticamente já não dá para pagar as contas direito. Fora tudo que tem compra pra eu e minha filha. Aí se diminuir, aí a pessoa já não tem nem o que fazer, né?. (Lélia, 2023)” — Pesquisador: “E alguma vez você já teve medo de parar de receber o benefício?” — Lélia: “Sim, porque, primeiro, eu não tinha minha casa, né? Eles falam que eles vêm na casa, mas eu morava de aluguel. Aí depois que eu fui morar na minha casinha, aí sim eu parei de ter medo, mas enquanto eu estava morando de aluguel eu não estava com medo, né? Eles acham que você pode pagar aluguel, não precisa. (Lélia, 2023)”.

Essas falas também podem ser um indicador de que os beneficiários não sabem

precisamente quais os critérios são necessários para ser beneficiado pelo Programa Bolsa Família, reforçando a observação a respeito da falta de controle sobre suas próprias vidas. Além de que revela um receio de não ser mais apta a receber o benefício por pagar aluguel. A seguinte interlocutora, Maria, conta sua experiência em tentar atualizar o cadastro e ter dificuldades, tornando o risco de bloqueio mais constante:

“Sim, esse mês mesmo, por exemplo, que eu estou desde agosto tentando, porque venceu meu cadastro, e se eu não atualizar corre o risco de cortar, mas estou vindo desde agosto para resolver isso. Hoje tô desde as 04 horas da manhã e teve gente que dormiu aqui e ainda não resolvi. Então acaba sendo uma coisa que você não pode contar, porque esse mês você pode ter e mês que vem você pode não ter e está bloqueado e é isso, você não pode fazer nada contando com isso. Primeiro eles falaram que ia realmente cortar. (Maria, 2023)”

Pesquisador: “eles quem?” — entrevistada: “as conversas que eu ouvia por aí, depois venceu mesmo, tem que atualizar de 2 em 2 dois anos, eu não estou conseguindo fazer isso e estou com medo de cortar, então isso é uma coisa que me dá medo, mudança de presidente também (Maria, 2023)”. Maria expressa uma situação de incerteza com esses cortes e também uma dificuldade administrativa, burocrática e de gerenciamento dos processos de cada beneficiário. Maria expressa em relato uma falta de segurança na manutenção do benefício, uma eminência prolongada de sofrer um corte que pode impactar negativamente na estrutura de sua renda. Este medo recorrente de ter o benefício bloqueado e cortado reflete, aos moldes de Lahire (2002) e Alves (2022) uma disposição econômica de descontrole sobre a renda, podendo interferir negativamente no que Visser (2022) coloca como estrutura de renda, na autonomia decisória, nos planos para o futuro e no consumo Pinto (2023)

Conceição também relata o receio de parar de receber por morar sozinha e ter filhos casados: “tive e tenho” — Pesquisador: “De onde vem esse medo?” — Entrevistada: “Tenho ouvido falar que tem um pessoal que não vai receber mais, e eu sou sozinha, meus filhos são casados né, mas vejo muito na internet, no *TikTok*, no *Kwai*. (Conceição, 2023)”. Conceição diz que acaba ouvindo essas coisas em vídeos de aplicativos, o que não garante como veículos de informações oficiais, mas quem vem sendo cada vez mais acessados, e, de repente, vale outra pesquisa para abordar o tema. Jaqueline também ouviu dizer que quem tem filhos maiores de idade será cortado: “Eu, com certeza, claro que a gente fica pensando nisso.” — Pesquisador: Por que você achou que iria diminuir? — Jaqueline: “É, coisa que eu ouvi falar. E também eles falam sobre os filhos maiores. Que a mãe que tem filho de maior pode diminuir, pode perder, entendeu?” — Pesquisador: “Mas você ouviu falar dessas coisas onde? Por aqui, por pessoas

que você conhece? — Jaqueline: “É, as pessoas que a gente conhece. (Jaqueline, 2023)”

Silvia também tem uma preocupação de acharem que ela não precisa do benefício: “Sim, mas pode ser porque eu faço comida, não sei, eles acharem que eu não preciso. (Silvia, 2023)”. Isso também expressa uma preocupação com um certo julgamento social de ser uma pessoa que recebe, mas não precisa receber, como se estivesse tirando bom proveito. A interlocutora Marlene também relata preocupação com a mudança de governo: “Sim.” — Pesquisador: “Por que você achou que poderia diminuir? — Marlene: “Ah, né, com essa virada de governo, né? No início foi maior. Depois eles falam que diminuiria para 300, como era antes. Até no 600 já é compensado. (Marlene, 2013)”.

A partir dessas falas, pode-se notar, que a mudança do nome do benefício não pareceu muito relevante para as entrevistadas, porém os aspectos de mudanças mais objetivas que são foco maior de suas preocupações. As interlocutoras desta pesquisa falaram em mudanças de presidente e trocas de governo, notícias veiculadas em meios tradicionais e institucionais de comunicação e principalmente em meios não institucionais, e, também, por boatos que ouvem falar de conhecidos. Nesse sentido, é possível que as operações políticas (Luhmann, 1997) do Programa Bolsa Família, eleições e troca de governo em conjunto com mudanças, regras, valores financeiros, entre outras mudanças, geraram preocupações que podem interferir em como as beneficiárias recorrem ao valor recebido. Nesse sentido, os cortes e bloqueios causam insegurança quanto à estabilidade da renda, conseqüentemente compromete qualquer grau de autonomia decisória que se tenha conquistado.

Além disso, com o receio dos cortes e bloqueio no valor do benefício, foi perguntado sobre possíveis economias com objetivo de investigar como essas incertezas sobre o benefício se relacionam com as práticas econômicas. Desse modo, 12 interlocutoras relatam que tentaram economizar por conta do medo de não receber ou ser cortado no mês seguinte, muitos dizem que não dá, e que é tentar fazer “a economia da economia (Caroline, 2023)”. Enquanto 4 dizem que não tentaram economizar ou por não conseguirem, ou pela condição socioeconômica. Como se pode perceber nas falas das entrevistas a seguir.

Beatriz conta que por ouvir sobre os bloqueios, tentou economizar: “Tentei economizar, porque eu já estava ouvindo que estava bloqueado tudo e então eu fiquei com medo, mas não consegui guardar nada, eu também moro e aluguel né. (Beatriz, 2023)”. Essa fala é um indicativo de como o que se ouve falar sobre o Programa Bolsa Família tem potencial de interferir nas práticas econômicas dos beneficiários. Em falas consonantes a essas, Carolina diz:

“Com certeza, você tem que mudar totalmente sua realidade na sua vida.” — Pesquisador: “Mas você consegue com esse valor baixo?” — Entrevistada:

“Olha como são as coisas, para eu economizar fica difícil, porque para eu economizar eu tenho que parar de ter, porque a única renda que eu tenho é essa aí, então quer dizer, como eu vou economizar de uma renda que eu não tenho? Por exemplo, você vai analisar comigo, se eu só tenho 600 reais e aí se me dão 400 eu sou obrigada reduzir meu gasto para fazer essa adaptação, mas se eu não recebo os 600 eu não tenho nada. Mas quando eu ficava preocupada com os cortes, ficava tentar pelo menos ter algum respaldo porque você não sabe a programação da sua vida, mas você teria que fazer. Eu acho um absurdo falar isso, eu acho tão engraçado, mas você tem que fazer uma economia muito louca de uma coisa que já é economia, entendeu? Você já faz uma economia louca para gastar o que você gasta, aí você vai fazer uma economia louca da economia mais louca ainda e bota louca nisso. (Carolina, 2023)”

A fala de Carolina evidencia as dificuldades dos beneficiários do Programa Bolsa Família em economizar de uma renda limitada e instável, destacando a dependência do benefício como única fonte de renda. A expressão "economia louca" ilustra a falta de controle e estabilidade diante da imprevisibilidade econômica, especialmente relacionada aos cortes do benefício. A incerteza sobre a continuidade do Bolsa Família gera ansiedade e insegurança, comprometendo a estabilidade financeira e a autonomia decisória. A fala da Carolina ressalta a necessidade de políticas que garantam a estabilidade e previsibilidade dos benefícios sociais, permitindo aos beneficiários planejarem suas finanças e construir planos de vida. Outra interlocutora, Denise, relata que já precisou economizar com medo do benefício ser cortado e conta como é sua realidade e que precisa ajudar as netas:

“Muita coisa, porque eu tenho uma netinha que nasceu com probleminha e tinha que comprar um leite que a latinha era 300 reais, uma latinha de 400 grama. Meu filho preso, 5 crianças para criar, como que a gente vai pegar e vai comprar uma lata de leite de 300 reais que não dá nem para 4 dias? Eu, por exemplo, tive que diminuir bastante, cortar muita coisa, se come um pão de manhã, não vai comer à tarde, porque tinha medo de diminuir ou cortar e eu não posso ajudar minha netinha também. Mas graças a Deus, esse valor de 600 me ajuda muito, mas muito, a minha netinha tá lá graças a Deus, eu não posso dar duas latas, mas dou uma, não estão precisando de tanto de leite como antes, mas graças a Deus me ajuda muito, todo mês certinho ali. (Denise, 2023)”

Segundo Matos (2021) isso pode ser um reflexo da sobrecarga e responsabilização dos cuidados pela mulher. É possível notar que Denise apresenta uma inclinação para o consumo e bem-estar da família. Segundo a interlocutora, o Programa Bolsa Família ajuda bastante, ela se diz grata, mas é possível observar que alguma instabilidade mínima que seja pode influenciar no grau de segurança e insegurança alimentar. Nesse sentido, Denise diz que por vezes não tinha um pão para alimentação da manhã e da tarde, mas que agora não falta nada para comer, mas relata ter racionado o pão por incerteza da continuidade do benefício. Isso reflete uma

recorrente instabilidade financeira e escassez de recursos vivenciadas pelos beneficiários

As próximas respostas são mais curtas, mas que também respondem se já tentaram e conseguiram economizar por receios e instabilidade na continuidade do recebendo o valor do benefício do Programa Bolsa Família. Dessa forma, Érica responde: “Não porque eu não consigo, eu tenho três bebês lá em casa, dois vira-lata e um shih tzu, então tenho que ver ração, banho, tosa, essas coisas, quando dá eu faço quando não dá, não faz né. (Erica, 2023)”. Gorete diz: “Não, eu nunca fui no ouvido de ninguém que falasse, porque eles não trabalham lá dentro para saber das coisas, entendeu? Eu mesmo tirei um sofá e terminei de pagar agora em outubro, tranquilo com auxílio. (Gorete, 2023)”. Com isso, algumas interlocutoras relatam que tentaram economizar, outras tentaram e não conseguiram, e também houve quem nem tentou economizar.

Lélia, por sua vez, também responde: “Já, mas não tem como, porque quando uma criança tem filho, né, é muito gasto. Fralda toda semana. Minha filha gasta fralda toda semana, é leite que eu tenho que comprar pra ela. (Lélia, 2023)”. Maria diz: “sim, e consegui na marra, a gente abre mão de muita coisa. (Maria, 2023)”. Jaqueline Responde: “Não, porque quando vem, a gente tem que comprar alguma coisa pra casa, aí eu tenho que pagar a luz, pagar uma água, entendeu? (Jaqueline, 2023)”. Silvia diz: “já,” — Pesquisador: “E você conseguiu economizar?” — Entrevistada: “sim, mais ou menos, vou me segurando, né?”. As entrevistadas, relatam de maneira geral que sentem preocupação com a continuidade do recebimento do benefício, a maioria ao menos tentou economizar, algumas relatam que conseguiram na marra, ou dizem com certa ironia é quase uma loucura fazer economia do que já é economia.

Desta forma, a partir de trechos das entrevistas discutidos até aqui, parece que as operações políticas e todos outros fatores que ela gera tem potencial de interferência nas práticas econômicas das interlocutoras desta pesquisa e beneficiárias do Programa Bolsa Família. Com isso, as beneficiárias têm suas rendas mensais comprometidas quando se preocupam em perder o benefício e principalmente quando têm o recebimento suspenso, caso de 10 das 16 entrevistadas. Outro ponto que já foi mencionado por De Souza (2019) que o valor do benefício não é tão eficaz para uma redução substancial da pobreza.

Foi perguntado se as entrevistadas planejam o futuro, de forma livre, com intuito de investigar como é a relação com o tempo e estabilidade da renda. Essa pergunta foi construída para investigar aspectos da estrutura de renda das beneficiárias como volume, variação periódica da renda. Segundo Visser (2022) a estrutura de renda tematiza o nível de renda de

maneira dinâmica, considerando volume e variação da renda num período ou ciclo, no caso dos feirantes estudados pelo autor. Nesse caso, é preciso fazer um exercício para aplicar a estrutura de renda com beneficiários do Bolsa Família. Por isso, é preciso considerar que pode ser compreendida como uma renda de pouco volume, mensal, e, fixa se considerarmos aqueles que recebem o benefício por muitos anos, no entanto, é instável se considerarmos os cortes e bloqueios recentes.

Denise responde: “eu faço, de comprar minha casa, um dia eu vou sair desse pesadelo, o governo vai aumentar o bolsa família e vai dar uma oportunidade de comprar nossa casa pagando com bolsa família, eles falam que isso existe, eu nunca vi, eu nunca consigo. (Denise, 2023)”. Assim como Denise tem o sonho de ter uma casa própria, é possível verificar que é o sonho da grande maioria das entrevistadas. Porém, nesse caso, Denise acredita que um dia o governo possa dar uma casa para beneficiários do Bolsa Família e isso pode representar pouca perspectiva sobre si mesma no futuro. No entanto, Denise também complementa a renda de forma autônoma, catando papelão e latinha e vendendo doce na rua, mas não expressa em sua fala alguma forma de planejamento a partir dessas ocupações, provavelmente por falta de renda e/ou falta de disposição para se planejar.

Erica aponta para incerteza sobre o futuro: “não, porque não tenho certeza se vou ter futuro ou não, a doença que eu tenho é muito triste, num dia você tá rindo, no outro tá chorando e maior parte do tempo não tô bem. (Érica, 2023)”. Érica tem um fator de agravamento que é a depressão, uma doença que afeta a saúde e bem-estar mental das pessoas, além das condições socioeconômicas que podem inferir sobre sua perspectiva de futuro.

Gorete responde pensando em um futuro objetivo que pode ficar cada vez mais iminente com o avanço da idade: “pago o plano da boa viagem, todo mês pago, tem que garantir meu filho, a gente nunca se sabe. (Gorete, 2023)”. Neste caso, a perspectiva de futuro da Gorete parece ser pagar os custos de sua morte e provavelmente sua fala contém uma dose de ironia fatalística. Ísis reforça a dificuldade em uma perspectiva de futuro: “Nem dá. Não dá não, filhinho nem dá. A luta tá tão grande que nem sobra.” — Pesquisador: E plano para o mês, pra semana? — Ísis: “É, tudo instaladinho já, não dá não. Não dá não. (Ísis, 2023)”. Maria também tem plano de ter uma casa própria: “A gente faz né, ter a minha casa, sair do aluguel” — Pesquisador: “Você faz plano com esse dinheiro?” — Maria: “Com esse dinheiro, sinceramente não, não dá, não tem como fazer um plano com ele, (Maria, 2023)”. Sueli responde objetivamente: “Não... trabalhar, ganhar na mega da virada (Risos). (Sueli, 2023)”, mas com

o toque de humor. Jaqueline responde:

“Ah, faço. Não, com auxílio não, né? Eu faço que Deus abre a porta de emprego. Preciso trabalhar pra não a gente não precisar dele mais, né? Porque a gente precisa dele, porque não tem outra opção. Por que quem não quer trabalhar com carteira assinada? Chegar agora em dezembro e receber o 13º, entendeu? Quem não quer? Eu peço tanto a Deus num serviço de carteira assinada, mas eu boto o nome, currículo aqui, currículo aqui, até serviços gerais, até agora, nada. Se Deus quiser, uma hora vai vir alguma coisa, eu creio, né? É como dizem, a gente é brasileiro, não vamos desistir nunca. (Jaqueline, 2023)”

Desta forma, é possível observar que tanto Sueli quanto Jaqueline dizem ter perspectivas para o futuro, como trabalho com carteira assinada e não contam com o benefício para tempos posteriores. Outro ponto a ser tratado aqui, diz respeito às perspectivas de futuros das entrevistadas, ou como coloca Visser (2022) a prospecção para o futuro que para o autor se refere a ordenação temporal das práticas de consumo. Dessa forma, o modelo de prospecção para futuro proposto pelo autor para compreender a projeção a partir do tempo presente e também a partir do tempo futuro não parece aplicável às interlocutoras desta pesquisa. Isso ocorre devido a alguns possíveis fatores, como condições socioeconômicas, nível de escolaridade baixo, além de que o modelo do Programa Bolsa Família, embora tenha como objetivo combater à pobreza e extrema pobreza, não parece suficiente para possibilitar estabilidade e prospecção das práticas econômicas para o futuro.

Nesse ponto, as entrevistadas em sua maioria relatam dificuldade e uma falta de perspectivas para um futuro econômico. A minoria das interlocutoras relatou que espera conseguir um emprego para não depender mais do benefício, no entanto, as outras não expressaram nenhum plano pragmático para um futuro econômico.

A respeito da pergunta sobre se as contas das entrevistadas são equilibradas ou desequilibradas, também com objetivo de explorar a estrutura da renda a partir de Visser (2022), 12 entrevistadas falaram que suas contas são desequilibradas, enquanto 4 dizem que suas contas são equilibradas. Fernanda diz: “Minhas despesas é de uns 750, 00 reais, é além do que eu ganho, mesmo contando com ajuda de 200, 00 reais do meu filho, que para tentar dar conta do aluguel, água, luz e comida. (Fernanda, 2023)”. Gorete responde: “equilibrada, gasto aqui que recebo, (Gorete, 2023)”.

No entanto, será que ter as contas no limite exato representa mais a uma noção de contas equilibradas ou desequilibrada? Ísis responde: “Desequilibradas, sempre correndo atrás. (Ísis, 2023)”, a interlocutora expressa um contínuo esforço para dar conta das contas. Sueli relata:

“tentando equilibrar, no começo era mais desequilibrada e agora estou melhorando. (Sueli, 2023)”, o que também expressa um esforço para tal. Jaqueline afirma que tem que ser equilibrada: “Não, é equilibrada, tem que ser equilibrada. (Jaqueline, 2023)”, nesse sentido, a entrevista coloca também como se um esforço estivesse implícito na necessidade de ter que fazer as contas equilibrarem. E Marlene deixa expresso em seu relato que a tentativa de equilíbrio de suas contas é vulnerável: “Eu tento equilibrar, só desequilíbrio quando meu filho precisa mesmo de algum medicamento. E eu dou um jeito meu. (Marlene, 2023)”.

Dessa maneira, com a intercorrência de certas emergências de saúde, desequilibram sua situação financeira. Vale ressaltar que as interlocutoras que relataram terem as contas equilibradas também expressaram em outro momento suas preocupações financeiras. Esse é um outro indicativo de que o volume de renda possibilitado pelo PBF, e até mesmo juntamente com o Cartão Goytacá, não são suficientes para o ciclo mensal de recebimento.

Ao perguntar para as entrevistadas se elas já se arrependeram de comprar alguma coisa, o intuito é explorar como o valor do benefício possibilita atender as necessidades das entrevistadas e de que forma incertezas sobre a estabilidade do benefício pode interferir nas práticas de consumo das beneficiárias. Essa pergunta também permite identificar questões morais relacionadas ao consumo de pessoas em situação de pobreza Pinto (2023). Das entrevistadas, 5 delas relataram que já se arrependeram de comprar algo. Por exemplo, Beatriz que responde:

“Já, porque comprei duas sandálias porque eu não posso usar sandália baixa e eu tive que desinteirar o dinheiro para pagar e me arrependi, eu deveria ter comprado uma, dado um tempo e ter comprado a outra, aí me arrependi. Por causa que tenho esporão e é inflamado meus pés por baixo. (Beatriz, 2023)”

Uma condição em que fazer escolhas financeiras também pode significar abdicar de coisas necessárias à sobrevivência e/ou bem-estar, em seu sentido mais simples. O aspecto da culpa por comprar algo e ficar sem dinheiro também foi visto na produção de Pinto (2022), e também é algo que influencia na autonomia decisória, que acaba sendo parcial. Carolina também relata arrependimento, e conta um pouco sobre sua experiência com relação a sua decisão de compra:

“Nossa, já me arrependi várias vezes, gente... nossa. Não tem aquele tipo de coisa que você programa assim, você olha, você analisa, você pensa é aquilo que eu quero, botar isso na cabeça, vai lá, faz sacrifício, aí você vai lá e divide aquilo em 10 vezes num cartão que nem é seu, é seu filho do seu irmão e você fica com aquela mensalidade na cabeça. Você tem pouco dinheiro e você ainda fez aquela mensalidade em 10 vezes, já me arrependi. Me lembro claramente, foi uma televisão. Na hora você se empolga, pensa que vai tirar 100 reais todo mês e eu dou um jeito, vai dá certo, mas na hora do vamos ver, 100 reais é

dinheiro para caramba e fazem diferença. E na hora você se empolga e a empolgação te vence, é uma coisa de doido, te deixa burra, burra, burra... (Carolina, 2023).”

Carolina traz informações que corroboram com alguns autores da sociologia econômica quando diz que na hora de uma compra você se empolga, te faz tomar decisões financeiras “burras”. Por isso, pensar sobre as práticas econômicas é pensar além do que foi construído sobre racionalidade econômica, mas também fatores sociais das interações e relações humanas e também subjetivos. Bourdieu (1983); Simmel (2009) e Granovetter (2007) apontaram para que as práticas econômicas não ocorrem apenas a partir de um cálculo racional econômico. Denise, diz que não deixa de comprar o que precisa, estando caro ou barato:

“Não, quando eu vou fazer uma comprar eu nem penso se tá caro ou se tá barato, eu acho que a gente tá comprando o que precisa, eu mesmo quando vou no supermercado compro tudo que é preciso. Vou sem medo de ser feliz, não posso deixar meus netos passar falta de nada. Graças a Deus, a gente não passa fome não, mas não é só isso né. (Denise, 2023)”

Denise parece adotar uma postura contrária à culpabilização de se comprar algumas coisas, talvez, uma culpa imposta e justificada socialmente, principalmente quando se trata de beneficiários de políticas públicas e sociais. Nesse sentido, é possível observar como as disposições sociais em Lahire (2002) podem variar em um mesmo grupo econômico, fazendo com que as pessoas tenham práticas distintas, como as que se arrependem de comprar e as que compram sem medo. Segundo a entrevistada ela compra “sem medo de ser feliz”, pois tudo que compra é porque precisa. Ísis também relata sua experiência:

“Ah, sim, fui comprar... Alguma coisa, alguma roupa que... Pra mim, aí tem vezes que não dá, eu compro a roupa, depois se arrependo, eu gastei. Porque aí na hora a gente acha que é uma boa ideia, né? A roupinha, a roupinha pra menina e pra ela, aí depois fala, ah, se arrependi, tá faltando isso, tá faltando leite, fralda. É, a gente tem que ficar tentando equilibrar. (Ísis, 2023)”

Nesse caso, Ísis também relata que, por vezes, pode parecer uma boa ideia comprar alguma coisa em um determinado momento, mas que depois pode vir o arrependimento. Em respostas mais objetivas, Lélia diz: “No mesmo tempo, sim, no mesmo tempo não.” tudo que compra é o que precisa. (Lélia, 2023)”, demarcando uma ambiguidade de sentimentos e que mesmo com justificativa da necessidade, por vezes ainda se arrepende. Maria responde: “Não, porque eu penso muito antes, eu sou super preocupada em fazer e dívida e não conseguir pagar. (Maria, 2023)”, parece preocupada em não conseguir pagar o que compra e de repente não corresponder à expectativa social de que é esperado que se pague pelo que se compra. Sueli diz: “sim, roupa, aí faltou para alimentação, aí eu comi a roupa. (Sueli, 2023)”, em tom de humor com certo sarcasmo. Jaqueline diz: “Não, não, não. Porque a gente só compra as coisas quando

precisa mesmo. Entendeu? (Jaqueline, 2023)”, parecendo que justifica suas compras por necessidade. E Silvia relata: “Já, me arrependi de pagar para ir ao dentista. (Sílvia, 2023)”, ou seja, se arrependeu de pagar por um serviço importante para saúde humana que o sistema Único de Saúde provavelmente não deu conta. Dessa forma, a relação estabelecida como benefício do PBF cujo valor não é suficiente para uma melhora efetiva das condições de vida dos beneficiários, contribuem com sentimento de culpa relacionados ao consumo de bens e serviços básicos.

Os relatos das entrevistadas, como o de Beatriz, Carolina, Denise, Ísis, Lélia, Maria, Sueli, Jaqueline e Silvia, revelam diferentes facetas das experiências de arrependimento de aquisições. Carolina e Beatriz expressam arrependimento por decisões financeiras que resultaram em dificuldades, demonstrando a pressão e a falta de controle diante de escolhas financeiras desafiadoras. Carolina destaca a impulsividade nas compras e a dificuldade de lidar com as consequências financeiras a longo prazo. Denise adota uma postura de compra sem medo, priorizando as necessidades básicas de sua família, enquanto Ísis e Lélia demonstram ambiguidade em relação aos arrependimentos, mesmo comprando por necessidade. Os relatos de Maria, Sueli, Jaqueline e Silvia refletem preocupações com o equilíbrio financeiro, a responsabilidade com as dívidas e a priorização das necessidades básicas.

A relação estabelecida com o Programa Bolsa Família, cujo valor muitas vezes não é suficiente para garantir uma melhora efetiva nas condições de vida, contribui para sentimento de culpa e arrependimento em relação ao consumo de bens essenciais. Os relatos das entrevistadas corroboram com pesquisas anteriores que apontam para o arrependimento e a culpabilização em torno do consumo, especialmente em contextos de vulnerabilidade econômica, como Pinto (2023), Barbosa e Campbell (2006) que também apresentam sentimentos de arrependimento e culpabilização do consumo. Dessa forma, os relatos das entrevistadas evidenciam as tensões e desafios enfrentados pelos beneficiários do Programa Bolsa Família em relação ao consumo, à gestão financeira e à busca por autonomia decisória em um cenário de instabilidade econômica.

Orientada a partir da discussão proposta por Pinto (2003) sobre moralidade da pobreza, julgamento social e vigilância do consumo dos beneficiários do PBF, foi perguntado às entrevistadas, também beneficiárias PBF, se elas sentem esse estigma da pobreza. O objetivo dessa pergunta é investigar como as relações de julgamento social da pobreza podem afetar a vida e experiências das práticas econômicas dos beneficiários. A maioria das entrevistadas, 9 delas, relataram sentir olhares de julgamentos quando vão fazer compras com o benefício,

enquanto 7 relataram que não sentem esses olhares.

No entanto, importa salientar que a maioria das entrevistadas que responderam sentir esses olhares de julgamento, relataram que isso não é comum com o benefício do PBF, porque pode ser utilizado sem que as pessoas identifiquem a origem do dinheiro. Por outro lado, 7 das 9 entrevistadas responderam sentir olhares de julgamentos principalmente quem recebe e atribui essa situação ao Cartão Goytacá, porque só pode ser utilizado com o cartão fornecido pela prefeitura de Campos dos Goytacazes, evidenciando a origem do dinheiro. No caso das beneficiárias que só recebem do PBF, apenas 2 das interlocutoras relataram sentir julgamentos sociais, enquanto 5 relataram não sentir.

Nesse contexto, é relevante considerar a perspectiva de Georg Simmel (2009), que destaca o dinheiro como um meio de liberdade, pois seu uso é independente de sua origem. No entanto, os beneficiários do Cartão Goytacá não desfrutam desse privilégio, uma vez que o cartão fornecido pela prefeitura de Campos dos Goytacazes evidencia a origem do dinheiro e, consequentemente, expõe os usuários a olhares de julgamento. Enquanto o Programa Bolsa Família permite o uso do benefício de forma discreta, sem que a origem do dinheiro seja facilmente identificada, o Cartão Goytacá implica em uma exposição da fonte de renda, o que pode gerar estigmas e preconceitos por parte da sociedade. Essa diferenciação no modo de uso e percepção do benefício ressalta as complexidades e desafios enfrentados pelos beneficiários em relação à sua autonomia e dignidade no contexto das práticas econômicas e das interações sociais.

Por exemplo, Beatriz respondeu: “porque geralmente o bolsa família eu compro mais remédio, agora o Cartão Goytacá eu faço as compras.” — Pesquisador: E com o cartão Goytacá você sente olhares, como se estivessem vigiando? — Entrevistada: Quando a gente passa o cartão a gente se sente meio... que a pessoa tá meia... “tem cartão da prefeitura!”, tipo assim, ah lá... tá comprando isso e isso no cartão e era para estar comprando comida” — Pesquisador: Como você se sente com isso: — Entrevistada:

“Humilhada, né, que fica olhando... Quando não falam: “olha lá, fulano tem cartão da prefeitura!”, elas humilham, inclusive de pessoas que eu conheço, que trabalhou comigo... “Ui, quem era você, agora você está com cartão da prefeitura.”, aí eu falo assim? “É né, infelizmente.”, com bolsa família não tem como saber, mas com o cartão Goytacá tem muito preconceito. (Beatriz, 2023)”

Diferentemente de Beatriz, que relatou sentir olhares de preconceito e que se sente por vezes humilhada, Carolina relata uma experiência contrária, de que não percebe nenhum tipo

de olhar depreciativo:

“Não, nem me preocupo com isso, nem passa pela cabeça. Eu acho que hoje em dia o negócio está tão assim, abrangente, a quantidade de pessoas precisando, são tantas, tantas, tantas pessoas, que acho que as pessoas não têm nem tempo, nem de ficar vigiando com que as pessoas gastam. Então nesse ponto eu não posso referir que alguém me olhou de olho torto, comigo nunca aconteceu. Óbvio que acho que tem pessoas que fazem isso, porque sinceramente as pessoas acham que quem tem um cartão tipo cartão Goytacá, por exemplo, ou o Bolsa Família, é uma pessoa super hiper super necessita. Então ela tem que comprar ali, arroz, feijão, macarrão, açúcar e tudo básico, como se não tivesse que comprar uma carne, quer dizer, infelizmente tem muito disso por aí. (Carolina, 2023)”

A fala de Carolina revela uma perspectiva interessante sobre a percepção social em relação aos beneficiários de programas sociais, como o Cartão Goytacá e o Bolsa Família. Carolina demonstra não se preocupar com possíveis olhares de julgamento, pois acredita que atualmente há uma grande quantidade de pessoas necessitadas, o que torna as pessoas menos propensas a vigiar os gastos alheios. Ela ressalta a visão estereotipada que algumas pessoas têm em relação aos beneficiários desses programas, associando-os a uma extrema necessidade e limitando suas escolhas de consumo a itens básicos como arroz, feijão e açúcar.

Ao mencionar a percepção equivocada de que os beneficiários devem se restringir a comprar apenas itens essenciais, Carolina aponta para a existência de estigmas e preconceitos em relação às pessoas que recebem assistência social. Sua análise sugere uma crítica à visão simplista e limitada que muitas vezes é atribuída aos beneficiários de programas sociais, destacando a importância de combater estereótipos e promover uma compreensão mais ampla em relação às realidades e necessidades dessas pessoas.

Denise diz que isso acontece periodicamente: “Acontece, todo mês, mas eu nem ligo, mas a gente nunca tá livre disso. As pessoas olham com olhar quem nem me incomoda mais, olhares de “há, é pobre mermo”, para ter esse cartão Goytacá tem que ser muito pobre mesmo. (Denise, 2023)”. As próximas duas falas representam como a formulação do Cartão Goytacá contribui para um constrangimento social. Gorete diz: “Essa semana mesmo, uma mulher falou assim: “Ai que enjoo, esses povo com cartão Goytacá”, olham para gente com desprezo, tipo assim: “as mendiga vindo fazer compra com cartão”. (Gorete, 2023)”. A partir da fala de Gorete, é possível identificar um estigma e uma moralidade da pobreza.

Sueli também responde: “Sim, com Bolsa Família e com Cartão Goytacá, as pessoas olham principalmente com o cartão, ficam olhando que a gente tá levando”. — Pesquisador: “já deixou de comprar alguma coisa por conta desses olhares” — entrevistada: “Já. (Sueli, 2023)”. A análise das respostas de Sueli e de outras entrevistadas evidencia a influência dos

olhares de julgamento e estigmas sociais na vida dos beneficiários do Programa Bolsa Família e do Cartão Goytacá. Sueli relata que as pessoas costumam olhar, especialmente quando utilizam o Cartão Goytacá, o que gera desconforto e constrangimento. O fato de Sueli ter deixado de comprar algo devido a esses olhares revela o impacto negativo que a percepção alheia pode ter sobre as escolhas de econômicas e a autonomia decisória dos beneficiários.

Essas respostas apontam para a existência de um ambiente social marcado por preconceitos e estereótipos em relação aos beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família e o Cartão Goytacá. A necessidade de lidar com o escrutínio e a desconfiança alheia pode levar os beneficiários a se sentirem constrangidos e inibidos em suas decisões de compra, limitando sua liberdade e autonomia. A análise conjunta das respostas de Sueli e das outras entrevistadas sugere a importância de se considerar não apenas as questões econômicas e financeiras, mas também as dimensões sociais e emocionais envolvidas no contexto do consumo e da assistência social.

Jaqueline, por outro lado, tem outra resposta: “Não, porque hoje em dia tá tão raro agora, as coisas. Agora, minha filha, é muito difícil você ter até um carrinho cheio. Agora tá tudo assim.” (Jaqueline, 2023)”. A experiência de Jaqueline sugere que, em seu contexto, as interações sociais e os olhares de julgamento não são uma preocupação frequente, o que pode indicar uma maior tolerância e compreensão em relação às escolhas econômicas dos beneficiários. A percepção de que as dificuldades econômicas e a escassez de recursos afetam a todos pode contribuir para uma maior empatia e solidariedade na comunidade. Essa resposta de Jaqueline ressalta a diversidade de experiências e percepções entre os beneficiários dos programas sociais, evidenciando a importância de considerar as nuances e particularidades de cada contexto ao analisar as questões relacionadas as práticas econômicas, à assistência social e à estigmatização. A perspectiva de Jaqueline destaca a complexidade das interações sociais e econômicas vivenciadas pelos beneficiários e a necessidade de uma abordagem sensível e empática para compreender suas realidades e desafios.

De modo geral, questões morais sobre a pobreza também se apresentam na fala das entrevistadas como um fator que reforça sentimentos de humilhação, vergonha e culpa. Muito embora a maioria das entrevistadas afirmou não se importar com isso, algumas relataram que já deixaram de comprar por conta de olhares de vigilância e julgamento social. Com isso, não só as operações políticas do PBF têm o potencial de interferir nas práticas econômicas, mas também o julgamento social e moral da pobreza, embora conforme as entrevistas com menor força.

A partir da categoria de análise autonomia decisória proposta por Visser (2022), é possível notar que o Benefício do PBF para as entrevistadas possibilita uma autonomia para decisão do que fazer com o dinheiro. Desde necessidades básicas como alimentação e moradia, mas também de proporcionar algum bem-estar a família, como levar os netos ao shopping para tomar sorvete, como, por exemplo, Denise: “Dá para meus netos saírem, querem ir ao cinema? Não dá muito porque não tenho, mas que posso fazer”. No entanto, essa autonomia decisória é limitada pelo valor do benefício e a fala da Denise representa bem a maioria das outras entrevistadas. Isso pode significar que o benefício não é suficiente para durar todo o mês, assim como o julgamento social e pela estabilidade/instabilidade no recebimento do benefício.

Alves (2022) utiliza as categorias de consumo ascético e hedonista para analisar o padrão de consumo das classes populares que alcançaram uma ascensão social em sua pesquisa. Para aplicar esses conceitos com os beneficiários do PBF é preciso considerar que eles não estão em ascensão de classe e por isso, as disposições de consumo são influenciadas e limitadas pelo contexto socioeconômico e pela institucionalização do PBF. Com isso, é possível identificar que a maioria das entrevistadas tem um consumo voltado para a gestão doméstica, das 6 interlocutoras que declaram morar sozinhas, o consumo é orientado para elas mesmas. Mesmo nesses casos, das beneficiárias que moram sozinhas e em um primeiro momento se utilizam do dinheiro para suas necessidades, o que poderia se aproximar da disposição hedonista, mas vale destacar que não é um consumo voltado para o prazer individual, mas para a sobrevivência. No caso da Denise, mesmo morando sozinha relata que faz o que pode para ajudar os netos, se aproximando mais do consumo ascético. As outras interlocutoras que moram com familiares relatam que o consumo é mais voltado para família, uma disposição para o consumo ascético.

De todo modo, em níveis diferentes todas apresentam os dois tipos de disposições, contudo, o tipo de disposição predominante é do consumo ascético, justificado pelo atendimento das necessidades básicas da família. Isso pode ter uma explicação no fato de que como as beneficiárias relatam julgamento moral, um tipo de disposição para o consumo hedonista explícito pode gerar ainda mais julgamentos sociais. No entanto, vale ressaltar que nesses casos priorizar uma disposição para consumo ascético também significa se engajar na sobrevivência da família devido aos poucos recursos.

A análise das entrevistas revelou que as beneficiárias do PBF enfrentam desafios complexos na gestão de suas finanças, com a renda do programa proporcionando certa

autonomia decisória, mas limitada pelo valor do benefício e pela instabilidade no recebimento. A estrutura de renda impacta diretamente nas decisões econômicas, com as famílias priorizando necessidades básicas e adotando predominantemente uma disposição para o consumo ascético, voltado para a sobrevivência e gestão doméstica. Além disso, as entrevistadas relataram questões morais associadas à pobreza, como sentimentos de humilhação e julgamento social, influenciando suas escolhas de consumo. A análise também evidenciou a diferenciação de domínios práticos, a importância da prospecção para o futuro na gestão financeira, e a institucionalização das práticas econômicas no contexto do PBF.

Ao considerar as teorias das desigualdades sociais, a dissertação demonstrou a complexidade das interações entre aspectos econômicos, sociais e culturais que influenciam as práticas econômicas de consumo das classes populares beneficiárias do programa. A pesquisa qualitativa revelou a importância de compreender as dinâmicas sociais e econômicas presentes nesses grupos para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A dissertação analisou as relações entre o Programa Bolsa Família (PBF) e as práticas econômicas dos seus beneficiários, abordando questões de desigualdades multissistêmicas, autonomia decisória, estrutura de renda, prospecção para o futuro, e questões morais relacionadas ao consumo popular, bem como disposições para consumo ascético e hedonista.

Nesse sentido, a partir da perspectiva luhmanniana, a inclusão no sistema econômico não se limita apenas à aquisição de bens e serviços, mas também está relacionada à participação nas redes sociais e à integração nas diferentes esferas da sociedade. O PBF pode ser analisado como um mecanismo que visa não apenas garantir o acesso a recursos materiais, mas também promover a inclusão social das famílias beneficiárias. Ao considerar o Programa Bolsa Família sob a ótica da teoria multissistêmica inspirado em Luhmann, é possível ampliar a compreensão sobre como as políticas de transferência de renda impactam a inclusão do sistema econômico e nas dinâmicas sociais, destacando a complexidade e a interconexão dos sistemas sociais na sociedade contemporânea. Por exemplo, como as políticas econômicas afetam a distribuição de recursos e oportunidades, como o sistema político molda a formulação de políticas econômicas e como as normas culturais influenciam o comportamento econômico.

Ao analisar o comportamento econômico dos beneficiários do Bolsa Família à luz da teoria dos sistemas, torna-se evidente que as práticas econômicas de consumo não são um

fenômeno isolado, mas estão intrinsecamente ligados a uma série de fatores interconectados. Os sistemas políticos, econômicos e sociais exercem influência direta sobre as escolhas econômicas dessas famílias, moldando suas experiências e oportunidades no mercado, por outro lado, as experiências cotidianas dessas famílias também influem nas tomadas de decisões do sistema político. A teoria dos sistemas também ressalta a importância de considerar a dinâmica das interações entre os diferentes sistemas na análise das práticas econômicas. Por exemplo, as políticas públicas de transferência de renda, como o Bolsa Família, representam uma intervenção do sistema político na esfera econômica e social, impactando diretamente nas decisões econômicas e do bem-estar dos beneficiários.

A sociologia econômica, por sua vez, examina as implicações sociais e culturais das atividades econômicas, incluindo questões de desigualdade, estratificação social, mobilidade social, entre outras. Ao combinar essa análise com a teoria da diferenciação funcional, podemos entender melhor como as atividades econômicas estão inseridas em contextos sociais mais amplos e como essas interações influenciam a estrutura e o funcionamento da sociedade. Desse modo, a combinação da sociologia econômica com a teoria sistêmica da diferenciação funcional permite uma análise mais abrangente e integrada das interações entre os sistemas sociais. Político e econômicos, proporcionando percepções valiosas sobre o funcionamento e a dinâmica da sociedade contemporânea.

Com base nas práticas econômicas, econômicas dos beneficiários do Bolsa Família e na teoria dos sistemas, é possível estabelecer uma conclusão ampliada que destaca a interconexão entre esses elementos. A teoria dos sistemas, que considera os sistemas sociais como entidades complexas e interdependentes, oferece percepções relevantes para compreender as práticas de econômicas em um contexto mais amplo de relações sociais, políticas e econômicas. Portanto, ao relacionar as práticas econômicas de consumo dos beneficiários do Bolsa Família com a teoria dos sistemas, é possível enriquecer a compreensão sobre como os sistemas sociais complexos e interdependentes moldam e são moldados pelas práticas econômicas. Neste contexto, destaca-se a importância de uma análise abrangente e contextualizada para promover uma maior inclusão e equidade no acesso aos recursos e oportunidades econômicas.

A análise revelou críticas em relação à titularidade majoritária das mulheres no PBF, apontando para uma sobrecarga de responsabilidades e tarefas familiares, mesmo que as beneficiárias ganhem algum poder financeiro. Além disso, a questão racial das entrevistadas reflete o perfil da cidade de Campos dos Goytacazes e dos bairros alcançados, conforme dados

de estudos anteriores. Os relatos das entrevistadas evidenciaram preocupações com mudanças no valor do benefício, incertezas sobre o futuro econômico, e dificuldades em equilibrar as contas. A falta de perspectivas para um futuro econômico foi destacada, com poucas interlocutoras expressando planos concretos para sair da dependência do benefício.

As entrevistadas também mencionaram a dificuldade em manter as contas equilibradas, com relatos de desequilíbrio financeiro e esforços contínuos para lidar com as despesas. A incerteza em relação à estabilidade do benefício e as preocupações financeiras foram temas recorrentes nas entrevistas, evidenciando a vulnerabilidade econômica das beneficiárias. Com isso, as operações políticas do Programa Bolsa Família desempenham um papel significativo nas práticas econômicas dos beneficiários, com potencial de influência na estrutura de renda disponível para gastos e determinando as possibilidades de consumo. A segurança proporcionada pelo programa impacta a autonomia decisória dos beneficiários, que buscam equilibrar necessidades imediatas com perspectivas de futuro, como investimentos em educação e saúde.

Com base nas conclusões das entrevistas analisadas, observa-se que o medo e a falta de controle financeiro são aspectos significativos que permeiam a realidade dos beneficiários do Programa Bolsa Família. O medo de perder o benefício, seja por cortes governamentais ou por questões burocráticas, gera insegurança e incerteza quanto à estabilidade econômica dessas famílias. Essa instabilidade financeira impacta diretamente nas decisões aquisitivas e na capacidade de planejamento futuro dos beneficiários. A falta de controle financeiro evidenciada nas entrevistas reflete a vulnerabilidade econômica enfrentada por essas famílias, que muitas vezes se veem em situações de descontrole devido à insuficiência dos recursos recebidos e à imprevisibilidade dos cortes no benefício. Essa falta de controle não apenas afeta as condições de vida presentes, mas também gera preocupações em relação ao futuro e à capacidade de garantir as necessidades básicas.

A análise das entrevistas revela que a maioria dos beneficiários do Programa Bolsa Família adota uma postura de consumo mais voltada para a gestão doméstica e o cuidado da família, refletindo uma preocupação com a sobrevivência e o bem-estar coletivo. Isso constitui como mais próximo ao consumo ascético, direcionando seus recursos principalmente para garantir a subsistência familiar e atender às necessidades básicas do dia a dia. Essa escolha é influenciada não apenas pela escassez de recursos financeiros e cooperação familiar, mas provavelmente também pela percepção de julgamentos morais e estigmas sociais associados ao

seu status socioeconômico.

Os relatos apontam para a existência de um julgamento moral em relação às escolhas de consumo realizadas com esses benefícios, evidenciando estigmas e preconceitos sociais. No caso do Cartão Goytacá, os beneficiários relatam experiências de constrangimento e desconforto ao utilizarem o cartão em estabelecimentos comerciais, sendo alvo de olhares de desprezo e discriminação. Essa situação reflete a existência de um estigma associado ao uso do cartão, que é percebido como um símbolo de pobreza e dependência. Esses julgamentos sociais têm o potencial de influenciar as escolhas econômicas das entrevistas, levando-os a evitar determinadas compras ou a sentir-se constrangidos ao utilizar o benefício. Deste modo, mesmo que a maioria das entrevistadas tenham relatado ignorar os julgamentos, uma minoria relata já terem tentado evitar passar por isso, revelando uma face bem cruel da moralidade da pobreza.

As beneficiárias relatam sentir olhares de reprovação ao fazerem compras com o benefício, o que pode impactar sua autonomia decisória e sua autoestima. A associação entre o recebimento do benefício e a pobreza pode gerar sentimentos de inferioridade e exclusão, podendo influenciar ou não nas escolhas econômicas e na forma como os beneficiários se relacionam com o dinheiro recebido. No contexto do Programa Bolsa Família, a percepção de julgamentos morais também se faz presente, embora de forma mais sutil, considerando que a diferença na forma de usar o benefício, uma vez que com Cartão Goytacá fica explícito a origem do dinheiro diferentemente do Bolsa Família.

A análise das entrevistas com beneficiários do Programa Bolsa Família revelou uma complexa interação entre as políticas públicas, as práticas econômicas e as perspectivas de futuro desses indivíduos em situação de vulnerabilidades socioeconômicas. Os relatos dos entrevistados evidenciaram a importância da estabilidade e regularidade dos benefícios sociais para garantir a segurança e dignidade das famílias, bem como a preocupação recorrente com bloqueios e cortes nos benefícios. A incerteza em relação ao futuro econômico, a falta de perspectivas de melhoria e a dependência do programa foram temas frequentes nas entrevistas, demonstrando a fragilidade das condições socioeconômicas desses indivíduos.

Além disso, a influência de fatores políticos, como a comunicação política, trocas de governo e especulações sobre mudanças no programa, gerou apreensão e insegurança nos beneficiários, impactando diretamente em suas práticas econômicas e na sua autonomia decisória. A falta de controle sobre a própria renda, o medo de perder o benefício e a

necessidade de complementação financeira por parte de familiares foram aspectos destacados nas narrativas dos entrevistados.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas consistentes e estáveis, que garantam não apenas a subsistência imediata, mas também possibilitem a construção de um futuro mais seguro e promissor para essas famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A reflexão sobre as experiências e percepções dos beneficiários do Programa Bolsa Família nos convida a repensar a eficácia e abrangência dessas políticas, bem como a promover um debate mais amplo sobre a superação da pobreza e da exclusão social em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira. A disputa pelo lixo e a resistência dos catadores em contextos de segregação socioespacial/The dispute of the garbage and the resistance of catadores in socio-social segregation contexts. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 6, n. 2, p. 215-233, 2017.

ALMEIDA, É. T. V. A pandemia em contexto de vulnerabilidade socioeconômica: algumas considerações sobre Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil. **Vértices** (Campos dos Goytacazes), v. 23, n. 1, p. 325-350, 2021. Disponível em: <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15871>. Acesso em: 02 jul. 2021.

ALMEIDA, L. de A. Poder e políticas públicas: o que nos dizem os modelos teóricos? **Revista Agenda Política**, v. 4, n. 3, p. 216-237, 2016. Disponível em: <http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/115>. Acesso em: 04 de dezembro.2022.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. “**Com o suor do trabalho**”: uma análise do ethos dos batalhadores manifesto no âmbito do consumo. Recife: UFPE, 2020. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/689>. Acesso em: 24 agosto. 2022.

AMORAS, Maria; DO NASCIMENTO, Larissa Tuane Lima. MULHERES NEGRAS BENEFICIÁRIAS DO PBF: O DESAFIO DA CHEFIA FAMILIAR. **Revista Gênero**, v. 22, n. 2, 2022.

ASSIS, Renan Lubanco. A MORADIA COMO SÍMBOLO DE ESTIGMA NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ. **(SYN)THESIS**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 59–70, 2021. DOI: 10.12957/synthesis.2019.60184. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/synthesis/article/view/60184>. Acesso em: 27 mar. 2024.

BARTHOLO, Letícia; PASSOS, Luana; FONTOURA, Natália. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?. **Cadernos pagu**, p. e195525, 2019.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. (Org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. 2013.

CLAUDIO, G. O.; SANTOS, L. B. Os espaços da exclusão social na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ. **Revista Cerrados (UNIMONTES)**, v. 17, p. 66-95, 2019

AUGUSTO; SOUZA; DELLAGNELO; CARIO. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-

2011). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, vol.51 no. 4 Brasília Oct./Dec. 2013

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Jorge Abrahão de Organizador; MODESTO, Lúcia Organizador. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. 2010.

CHACON, Flávia Mariane Neme. **Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: trajetória, êxitos e desafios (2003-2022)**. 2023. 94 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

COSTA, Luciano Rodrigues; Santos, Yumi, Garcia dos. Entrevista com Daniel Bertaux: relatos de vida e trajetórias sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 103, p. 1 - 16, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pfd/>

COSTA, Luciano Rodrigues; SANTOS, Yumi Garcia dos. Entrevista com Daniel Bertaux: relatos de vida e trajetórias sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 103, p. 1-16, 2020.

COTTA, Rosângela Minardi Mitre; MACHADO, Juliana Costa. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 33, n. 1, p. 54-60, 2013.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional. **RAEeletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002. Disponível em: Acesso em: 05 de jul. 2021.7

CUNHA, Lidiane Alves. Renda mínima, consumo e cidadania: o caso do programa bolsa família em Areia Branca-RN. **Revista Inter-Legere**, n. 11, 2012.

CURRALERO, Cláudia Baddini et al. As condicionalidades do programa bolsa família. **Governo Federal**, v. 151, 2003.

DE OLIVEIRA CUNHA, Rafaela; SILVA, Vanessa Aparecida Nogueira; LEITE, Isabel Cristina Gonçalves. Atenção à saúde bucal de crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família: um relato de experiência. **HU Revista**, v. 47, p. 1-5, 2021.

DE SOUZA, Pedro HG et al. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a**

desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. Texto para discussão, 2019.

DO NASCIMENTO, Elcio Costa et al. A influência do Programa Bolsa Família nas práticas alimentares das famílias do Território do Marajó, Pará, Brasil. **Scientia Plena**, v. 12, n. 6, 2016.

DOMINGUES, Lidiane. Modernidade e diferenciação funcional: observação de uma racionalidade contingente. **Pensata**, v. 8, n. 1, 2019.

DUTRA, Roberto (2014). O problema da desigualdade social na teoria da sociedade de Niklas Luhmann. **Cad. CRH**, v. 27, n. 72, p. 547-561.

DUTRA, Roberto. Sistema político-administrativo e interações na implementação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, 2020.

FRASER, Nancy, HONNETH, Axel. 2003. Redistribution or Recognition? A Philosophical Exchange. New York: Verso

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 9, jan./jun. 2007.

HAGEN, Roar. Sociedade socialista e diferenciação funcional. *Discussões Sociológicas*, v. XVII, n. 37-38, p. 29-48, 2001.

JUNIOR, Antonio José Alves; PIMENTEL, Debora Mesquita. Ainda há espaço para o aumento da concessão de crédito às famílias no Brasil?. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 15, n. 33, p. 03-26, 2024.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação.** Vozes Editora, 2002.

LUHMANN, Nicolas. **A Nova Teoria Dos Sistemas.** Rio Grande do Sul, Editora da Universidade, 1997.

LUHMANN, Niklas. **Ecological communication.** University of Chicago Press, 1989.

LUHMANN, Niklas. *La sociedad de la Sociedad.* Ciudad de México: Universidad Iberoamericana: Herder, 2007.

MARINS, Mani Tebet. Repertórios morais e estratégias individuais de beneficiários e cadastradores do Bolsa Família. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, p. 543-562, 2014.

MARQUES, Rosa Maria et al. A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. **Avaliação de Políticas e Programas do MDS–Resultados**, v. 163, 2004.

MARTINS, Bárbara Amaral; RÜCKERT, Fabiano Quadros. O Programa Bolsa Família e a educação:

uma análise da produção científica brasileira fundamentada na base de dados SciELO (2003-2018).

Revista Brasileira de Educação, v. 24, p. e240061, 2019.

MATOS, Georgia Souza. Gênero e raça no Programa Bolsa Família: um olhar sobre o CRAS Cidade Ademar II em São Paulo. 2021.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. **Sociedade e Estado**, v. 28, p. 393-417, 2013.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2015.

MILLER, D. Pobreza da moralidade. Antropolítica. **Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**, n. 17, p. 21-43, 2º sem. 2004.

MOREIRA, Ana Virgínia do Nascimento. Os conceitos de risco e vulnerabilidade social na Política Nacional de Assistência Social no Brasil. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

MOREIRA, José ANTONIO CORRÊA DA SILVA et al. **Impacto do Programa Bolsa Família para o Desenvolvimento Econômico Municipal**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Brasil: FLACSO Sede Brasil. 2023.

NERI, Marcelo Côrtes; VAZ, Fabio Monteiro; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea**, v. 1, p. 193-206, 2013.

OLIVEIRA, Luísa Jardim Corrêa de et al. Iniquidades em saúde bucal: escolares beneficiários do Bolsa Família são mais vulneráveis?. **Revista de Saúde Pública**, v. 47, p. 1039-1047, 2013.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022-2025, 2022. Disponível em <

<https://www.campos.rj.gov.br/plano-diretor.php> > Acesso em: 05 de fevereiro de 2023.

PINTO, Michele de Lavra. Programa de transferência de renda: Bolsa Família, consumo e moralidade. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 22, 2023.

PIRES, André. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?.

Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 21, p. 513-531, 2013.

RANINCHESKI, Sônia Maria; SILVA, Carla Etienne Mendonça. Hegemonia, consenso e coerção e os beneficiários do Programa Bolsa Família. **Revista Katálysis**, v. 16. n.1, jan/jun, 2013.

REGO, Anna Paula Eckhardt De Almeida. Trabalho precário e reprodução social: a realidade dos catadores do lixo da codin em campos dos goytacazes/rj. 2017.

ROCHA, Emerson Ferreira; VISSER, Ricardo. Práticas econômicas e classes sociais: uma avaliação empírica e uma proposta analítica. **Sociedade e Estado**, v. 37, p. 909-929, 2022.

ROSA, Janaina Aparecida Oliveira da. Estado Nutricional e consumo de alimentos de beneficiários do Programa Bolsa Família em uma unidade básica de saúde de Porto Alegre-RS. 2011.

SANTOS, Adriano Maia dos, et al. Tensões e contradições da proteção social na fronteira da assistência com a saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, 2020.

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Contemporânea**, v. 1, n. 1, p. 49-68, 2011

Schimank, Uwe. "Modernity as functionally differentiated capitalist society - A general theoretical model." *Zeitschrift für Soziologie*, vol. 7, 1992, pp. 175-193.

SEN, Amartya., *Desigualdade reexaminada*, Tradução: Ricardo Doninelli Mendes, Rio de Janeiro, Record, 2008.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: records. 2016.

SILVA, Aristóteles Lemos da. **Programa cheque-cidadão: avaliação e responsabilidade social do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**. 2008. Tese de Doutorado.

SILVA, Wellington Aragão da. A Feira de Arara e o Programa Bolsa Família: impactos socioeconômicos e produção do espaço. 2019.

SILVEIRA, Adriana Dragone; SCHNEIDER, Gabriela. Política educacional, pobreza e educação: retrato do atendimento aos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família no Paraná. **Educar em Revista**, p. 113-130, 2017.

SIMMEL, Georg. *Philosophie de l'argent [Filosofia do Dinheiro]*. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

SIMONI, Sergio. Efeitos diretos e indiretos do Programa Bolsa Família nas eleições presidenciais

brasileiras. **Opinião Pública**, v. 27, n. 1, p. 230-260, 2021.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais. 2009.

SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira. Quem é e Como Vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SPERANDIO, Naiara et al. Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1771-1780, 2017.

THERBORN, Göran, *Inequalities of the World. New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*, Londres, Verso, 2006.

TILLY, Charles. "Historical perspectives on inequality", em Mary Romero e Eric Margolis (orgs.), *The Blackwell Companion to Social Inequalities*, Malden, Blackwell, 2005.

VISSER, Ricardo. SOCIOLOGIA DISPOSICIONALISTA E CLASSES SOCIAIS: reflexões sobre desigualdade. **Política & Trabalho**, n. 50, p. 43-57, 2019.

VISSER, Ricardo. A sociologia econômica de Simmel e Bourdieu: Considerações para um programa de pesquisa. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 17, p. e60-e78, 2017.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. In: *Classe, Estamento, Partido*. Rio de Janeiro: Editora LTC. 1982.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Ed. 1. Brasília. Editora: Universidade de Brasília. 2000.

WRIGHT, C. MILLS. **A Nova Classe Média (White Collar)**. Rio De Janeiro/RJ. Ed. Zahar. 1969.

WRIGHT, C. MILLS. *Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ANEXO: Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da pesquisa: “A percepção do nível de confiança/desconfiança dos beneficiários do Auxílio Brasil e seus reflexos no consumo no período de transição de volta para o Programa Bolsa Família.”, sob a responsabilidade do pesquisador: Lucas Teixeira Tavares, com o objetivo de compreender a percepção de segurança/insegurança dos beneficiários do Auxílio Brasil no período de retorno ao Bolsa Família, bem como o impacto desse processo no consumo.

Espera-se que os resultados da pesquisa possam gerar subsídios para a reflexão e contribuir com a comunidade científica na investigação do tema. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevistas que serão gravadas. Após a transcrição, elas serão apagadas. Se após consentir sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador na Avenida Alberto Lamego, n.º 2000, Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28.013-602, pelo telefone: (22) 99784-4951 ou poderá contatar o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro no prédio do Centro de Ciências do Homem no endereço citado acima.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e, porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas

assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ___/ ___/ 2023.

Assinatura do participante: _____

Assinatura do Pesquisador Responsável: _____